

Volume 1 ::

Gabriel Aladrén
Larissa Viana
María Verónica Secreto

Volume 1 ::



História da América II ::



História da América II

cederj



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Ministério da Educação





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da América II

Volume 1

Gabriel Aladrén

Larissa Viana

María Verónica Secreto



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Gabriel Aladrén

Larissa Viana

María Verónica Secreto

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Elaine Perdigão

Henrique Oliveira

Jorge Fernando Barbosa do Amaral

Marta Joyce dos Anjos Ferreira

Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godói

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Andréia Villar

Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

Alessandra Nogueira

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A316

Aladrén, Gabriel

História da América v. 1. / Gabriel Aladrén, Larissa Viana, María Verónica Secreto. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2011.

198 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-758-6

1. História da América. 2. América Latina. 3. Estados Unidos. I. Viana, Larissa II. Secreto, María Verónica.

CDD 970.03

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1 – A formação dos Estados Unidos no século XIX _____	7
Larissa Viana	
Aula 2 – A República norte-americana e a escravidão: tensões _____	29
Larissa Viana	
Aula 3 – A casa dividida: a Guerra Civil americana _____	55
Gabriel Aladrén	
Aula 4 – O Caribe na era das revoluções – o caso haitiano _____	87
Larissa Viana	
Aula 5 – A América Latina na época das independências: origens e contextos _____	111
Gabriel Aladrén	
Aula 6 – O pensamento político da emancipação latino-americana I: diálogos com a Ilustração _____	135
María Verónica Secreto	
Aula 7 – A consolidação da independência na América Latina: história e historiografia _____	161
Gabriel Aladrén	
Referências _____	193

Aula 1

A formação dos Estados Unidos no século XIX

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar noções gerais sobre a formação da república norte-americana na primeira metade do século XIX, com ênfase em quatro aspectos: a Constituição política; a ascensão dos democratas a partir de 1830; a expansão territorial e a ideologia do “homem comum”.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características da formação política republicana da América do Norte oitocentista;
2. reconhecer os significados da noção de democracia americana no período anterior à Guerra Civil.

Treze estados ou uma nação?

Na memória e na história dos Estados Unidos, os líderes que fizeram a independência, elaboraram a Constituição e se tornaram os primeiros governantes da América são vistos como “pais fundadores”, ou como heróis excepcionais. Nesta galeria de homens notáveis, destaca-se seguramente a figura de George Washington, líder do exército revolucionário que derrotou os ingleses e, mais tarde, o primeiro presidente dos Estados Unidos, em 1789. Nessa ocasião, inaugurou-se um estilo ainda em uso entre os norte-americanos para se dirigirem ao representante de governo: *Mr. President*, ou Senhor Presidente. Tratamentos como “Sua Alteza”, “Excelência” ou qualquer outro que remetesse ao poder despótico da realeza foram expressamente recusados em favor do estilo republicano e direto contido na fórmula simples: *Mr. President*. Tratava-se realmente de algo novo: um presidente eleito, cujo tempo de governo e os poderes eram limitados pelo texto constitucional.

George Washington nasceu em 1732, na Virgínia, em uma família de plantadores de tabaco. Iniciou a vida profissional ainda muito jovem como agrimensor, dedicando-se mais tarde às atividades militares e à vida pública nos negócios da política. Desde 1754 sua residência pessoal ficava em Mount Vernon, uma **plantation** lucrativa e cheia de escravos, que contou com mais de trezentos trabalhadores cativos em seus momentos de maior produtividade. Homem “persuasivo”, “digno” e “sem refinamentos desnecessários”, Washington foi celebrado por seu extremo devotamento à nação: não teria passado mais de dez dias em Mount Vernon, entre 1775 e 1783, quando as guerras de independência ocupavam todo seu tempo e atenções. Ao final de seu mandato na presidência, em 1797, ele deliberadamente evitou continuar na vida pública, preferindo se isolar em Mount Vernon, em um ato visto como prova de seu extremo zelo republicano. Afinal, um autêntico líder republicano não deveria se perpetuar no poder como os monarcas.

Plantation

Unidade produtiva baseada na grande propriedade, no trabalho escravo e no cultivo voltado para os mercados de exportação.

Politicamente, Washington expressou em diferentes ocasiões suas desconfianças e temores em relação às divisões políticas no interior de uma jovem república. Dizia que os Estados Unidos, cuja experiência federativa era nova e pioneira, deviam manter-se unidos em torno do ideal maior de uma república virtuosa e perfeita, razão pela qual se opunha fortemente às divisões político-partidárias. O século XIX, cujo alvorecer já não encontraria Washington na presidência dos Estados Unidos, trouxe ventos novos à política americana: expansão territorial, divisões partidárias e diversificação econômica eram os motores do século em que a nação americana se consolidou. Ao lado das heranças coloniais, entre as quais se destacava seguramente a permanência da escravidão, os Estados Unidos mudavam suas feições em ritmo acelerado.

Nesta aula, discutiremos o contexto de transformações e permanências que caracterizaram a América do Norte nas primeiras décadas do século XIX. Como as antigas treze colônias inglesas deram lugar a uma Federação, os Estados Unidos da América? O que era ser democrata na América oitocentista? Como os democratas se posicionavam em relação aos índios e à expansão territorial daquele período? São essas algumas das questões que trataremos nas páginas que se seguem.



Para conhecer os detalhes de Mount Vernon, a bela e engenhosa propriedade rural de George Washington, visite o *site* www.mountvernon.org



Fonte: www.mountvernon.org

A formação da República norte-americana

A guerra de independência dos Estados Unidos marcou a primeira ruptura colonial nas Américas. Para os habitantes das treze colônias, a década de 1760 inaugurou uma fase percebida por muitos como de crescente tirania da Coroa e do Parlamento britânicos em relação às possessões americanas. Os principais protestos americanos desse período diziam respeito às novas taxações, consideradas abusivas por ferirem as tradicionais liberdades dos colonos. Nos protestos de rua, nas sociedades secretas e nos Congressos Continentais, a mobilização dos colonos atingiu proporções intensas, e a independência tornou-se uma causa pública, ganhou as ruas e os campos de batalha.

Após o fim da guerra, as ex-colônias, transformadas em estados livres, começaram a discutir a nova organização política que formariam. Ente 1776 e 1789, ano em que foi promulgada a Constituição norte-americana, as disputas em torno do novo sistema de governo e da construção de uma unidade nacional foram intensas e ruidosas. Nada estava previamente estabelecido e muito esforço político e intelectual seria demandado para que se criasse um novo estilo de governo. Nem sequer a noção de ser norte-americano era uma identidade presente entre os habitantes de origem europeia das antigas colônias. Podemos lembrar, nesse sentido, os apelos do inglês Thomas Paine, autor de um famoso panfleto – *O senso comum* – que circulou nas colônias em 1776. Nele, Paine conclamava “os americanos” a se separem da velha Inglaterra, e podemos especular se não teria sido a primeira vez em que esse termo – “os americanos” – foi utilizado publicamente.

O certo é que os habitantes das treze colônias, se indagados, certamente se apresentariam como “ingleses vivendo nas colônias”, ou como homens e mulheres da Virgínia ou da Pensilvânia, para caracterizar suas regiões de nascimento ou residência. Ser americano era uma identidade a ser construída no século XIX (e depois muitas

vezes reinventada, por certo). O mesmo ocorria com a organização político-administrativa da nova nação, modelada sob intensas disputas entre 1776 e 1789.

Esse período, como observa a historiadora Mary Junqueira, é chamado de Confederação: não havia um governo central forte, e sim uma instituição que reunia e analisava os diferentes interesses e vontades dos treze estados (New Hampshire, Massachusetts, Maryland, Connecticut, Rhode Island, Nova York, Virgínia, Carolina do Norte, Nova Jersey, Carolina do Sul, Pensilvânia, Delaware e Geórgia). Tal instituição era o Congresso Continental, composto por representantes dos estados que tomavam decisões baseadas em um conjunto ainda difuso de normas, os Artigos da Confederação.



Sou fã de muitos historiadores, mas não escondo uma das minhas preferências nacionais: Mary Junqueira, professora de História dos Estados Unidos da USP. Boa parte desta aula apoia-se no excelente trabalho de Mary, e você pode aprofundar seus conhecimentos sobre o tema lendo o livro dela, intitulado *Estados Unidos: a consolidação da nação*, publicado em 2001 pela Editora Contexto.

Os problemas criados por esse arranjo político logo se evidenciaram: certos estados mantinham suas próprias milícias, cunhavam moedas particulares e estabeleciam relações comerciais com os parceiros que bem desejassem, guiando-se por princípios de governo que nos fazem desconfiar se se tratava mesmo de um único país.

Desta forma, pode-se afirmar que o Congresso Continental estabelecia princípios para a Confederação, mas jamais chegou a ter força para fazer cumprir tratados, acordos comerciais ou mesmo definições gerais sobre políticas fiscais e defesa militar. Uma possível

saída para os desacordos crescentes entre os estados foi proposta por algumas das mais eminentes figuras políticas daquele contexto, que pensaram na formação de uma Convenção para discutir os rumos políticos da nação. A Convenção teve início na Filadélfia em 1787, composta por 55 delegados que ao longo de quatro meses debateram as fragilidades da Confederação. Os notáveis da época, muitos deles hoje lembrados como pais fundadores da nação, estavam lá: George Washington, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. A principal questão em debate era a transformação da Confederação em uma Federação: a tarefa da Convenção, portanto, era a discussão de um contrato político que estabelecesse os contornos de um Estado Nacional no qual o governo central assumisse a direção de certas questões primordiais.

Ao final da longa reunião, ficou pronto um documento de normas gerais para o governo da nação, apenas mais tarde ratificado como a “Constituição americana”. Como propõe o historiador Bernard Baylin, a cultura política que emergiu da Independência americana demonstrava extrema preocupação com a distribuição do poder, pois o objetivo da maior parte daqueles líderes era fundar um novo corpo político, purificado da tirania britânica. Para isso, optaram por uma forma de governo republicana, e por uma constituição que preservasse as liberdades da nação diante da necessária existência de um governo central.



Uma república virtuosa?

Um dos valores mais apreciados pelos primeiros líderes da república americana era a virtude política. De acordo com o professor de Teoria da História Reinhart Koselleck, a filosofia política inglesa oferecia uma definição para a virtude: tratava-se das ações julgadas meritórias pelo conjunto dos cidadãos, opostas aos vícios, que eram as ações consideradas censuráveis. Esta ideia foi formulada originalmente por John Locke, o pensador inglês do século XVII que mais se destacou no campo das ideias liberais.

Os líderes republicanos da América do Norte, obcecados pela noção de virtude, certamente deviam muito às inspiradoras leituras de Locke. Mas a ideia de uma república virtuosa deitava raízes também na admiração que nutriam pela Roma Antiga. Como lembra Mary Junqueira, houve um fascínio pela Antiguidade entre os pensadores norte-americanos no período de construção da nação: liam Homero, Platão, Cícero, Horácio e Virgílio, entre outros. Na literatura, na arte e na arquitetura dos prédios públicos da época expressava-se igualmente a admiração pela Antiguidade clássica. A república era a formação política oposta à monarquia, e por isso mesmo surgia como alternativa à tradição inglesa, da qual os americanos esforçavam-se para se afastar.

Mas como bem observa o também historiador Arthur Schelesinger, os "pais fundadores" miravam a Roma Antiga como um exemplo e uma advertência a um só tempo. Afinal, a República romana havia se tornado uma tirania! Como evitar que o mesmo ocorresse nos Estados Unidos? Para alguns líderes políticos, a resposta estava nas virtudes do povo americano, um povo supostamente novo e vigoroso, alimentado pelo relativo isolamento da América e pela simplicidade institucional que caracteriza a jovem nação. Para outros, a virtude por si só não era garantia contra os perigos do despotismo, razão pela qual a Constituição deveria ser elaborada de forma a garantir a máxima distribuição dos poderes.

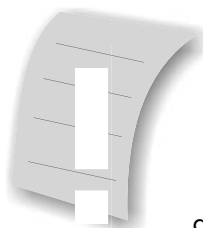


Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Capitol_photo_1846_plumbe.jpg

O Capitólio, sede do Congresso norte-americano, começou a ser construído em 1793 e é um dos exemplos da arquitetura pública norte-americana inspirada na Antiguidade. Esta imagem, de 1846, captura os contornos originais da construção.

A redação de um texto constitucional, entretanto, não garantia um consenso em torno dos princípios ali estabelecidos, de modo que foi necessário mobilizar forças políticas para a aprovação da Carta na maioria dos estados (tal aprovação ocorreria finalmente em setembro de 1788). Nesse período entre a Convenção e a aprovação da Constituição, dois grupos se dividiram em torno de diferentes ideais de nação: os federalistas, que defendiam um governo central forte e a aprovação imediata da Constituição, e os antifederalistas, que temiam o governo centralizado e desejavam maior autonomia para os estados. Para eles, quanto maior fosse a república, maior seria a possibilidade de haver corrupção política: afinal, como os eleitores locais poderiam saber o que seus representantes estavam fazendo em uma capital federal distante? Esta desconfiança em relação ao excesso de centralização do Estado Nacional espelhava o receio de que os estados se enfraquecessem diante da União.

Como demonstra Mary Junqueira, os federalistas, mais organizados e fortes politicamente, conseguiram que o número de emendas ao texto da Constituição fosse limitado e garantiram a vitória de seus propósitos: o governo central definia as linhas gerais da política fiscal, das questões externas e controlava as Forças Armadas; assim, deveria prevalecer um equilíbrio entre os direitos dos estados e os do governo central. O presidente era escolhido pelo *voto censitário e indireto* – em geral, passava a ser eleitor o indivíduo que era proprietário –, e o Legislativo seria composto pelo Senado e por uma Câmara dos Deputados. As primeiras eleições para presidente e para os cargos legislativos foram fixadas para o ano de 1789, no qual, como já mencionei, G. Washington assumiu a direção do país.



Naquele contexto, os eleitores que possuíam qualificação – ou seja, propriedade – votavam em delegados de seus estados, e estes delegados escolhiam o presidente. Portanto, tratava-se de um voto censitário e indireto.

Os antifederalistas, entre os quais se destacavam Richard H. Lee e George Mason, saíram como perdedores nas disputas pelo projeto ideal de montagem do Estado Nacional, uma vez que suas propostas foram esvaziadas diante da ofensiva vitoriosa dos federalistas. Mas a forte pressão política exercida pelos opositores de um governo mais centralizado levou os federalistas a incluírem a primeira emenda constitucional, garantindo assim a aprovação de um documento que se tornaria mais famoso que a própria Constituição: era a *Bill of Rights*, ou Declaração de Direitos, que conhecemos usualmente como emendas à Constituição norte-americana. A *Bill of Rights* foi composta inicialmente por dez emendas destinadas a proteger direitos civis, como a liberdade de expressão, de imprensa e de credo religioso, por exemplo. Garantiam ainda julgamentos

rápidos por júris imparciais e preservavam o direito do povo de portar armas. Em setembro de 1789, a *Bill of Rights* foi aprovada no Congresso.

A respeito da primeira geração de políticos e intelectuais que lideraram o projeto vitorioso de formação da nação, o projeto federalista, é preciso lembrar de um último detalhe importante: predominava nesse grupo a ideia de que governar era tarefa para os homens mais competentes. O sistema de governo era representativo, mas a prática do voto censitário sinalizava que a participação política era privilégio de alguns, e não direito de muitos. Por volta de 1830, essa ordem se modificaria, como você verá na segunda parte desta aula.



Atende ao Objetivo 1

1. A Emenda X da Constituição norte-americana estabelecia que “os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição, nem por ela negados aos estados, são reservados aos estados ou ao povo”. Duas breves linhas, mas com um conteúdo bastante relevante. Como é possível verificar nesta aula, tal emenda traduz em parte a pressão exercida pelos antifederalistas nas discussões sobre a Constituição. Como explicar esta afirmação?

Resposta Comentada

Os antifederalistas defendiam um projeto de governo no qual a autonomia dos estados devia prevalecer sobre a ação da União. Desconfiando dos possíveis excessos e abusos praticados por um Estado centralizado, eles buscavam garantir maiores espaços de liberdade e autonomia política para as unidades da Federação. Ainda que o projeto dos antifederalistas não tenha sido vitorioso, a pressão política exercida por eles no contexto de aprovação do texto constitucional rendeu frutos. Um deles foi a elaboração das dez primeiras emendas constitucionais, sendo a décima emenda aquela que explicita particularmente essa preocupação com a preservação da autonomia dos estados. Assim, conforme o texto da própria emenda, os poderes que não eram reservados à União, nem negados aos estados, ficavam reservados ao povo e aos próprios estados. Daí a relevância das constituições estaduais nos Estados Unidos, e a existência de leis bastante diferenciadas de uma unidade à outra da Federação, abrangendo diferentes matérias não reguladas pela União. Para citar alguns exemplos, pode-se lembrar que alguns estados possuem pena de morte, enquanto outros não; em alguns estados se pode comprar bebida alcoólica, em outros não...

A fronteira e o “homem comum” na formação da identidade norte-americana

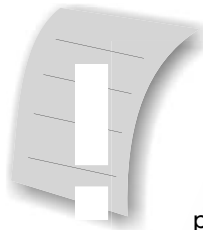
Eu sou mesmo Davy Crockett, recém-chegado das regiões remotas, meio cavalo, meio crocodilo, mas com um toque de tartagura; posso percorrer o Mississippi, saltar para o Ohio, cavalgar sobre um raio e deslizar sem um arranhão por espinheiros da Virgínia; posso açoitar gatos selvagens, abraçar um urso facilmente e acabar com qualquer homem que se oponha a Jackson.

Estas palavras são atribuídas a Davy Crockett, um homem do Oeste que encarnava como ninguém o espírito dos desbravadores da fronteira norte-americana no século XIX. Nascido no Tennessee em 1786, Crockett foi condutor de rebanhos, caçador de índios e até congressista por seu estado natal, embora não tenha permanecido mais que seis meses em uma escola formal ao longo de toda sua vida. Em suas palavras ouvimos o eco do homem rústico, extremamente móvel e apto a agir violentamente na defesa de seus interesses. Crockett progrediu por seus esforços e por sua capacidade individual, em uma era conhecida como a do “homem comum”, inaugurada com a chegada de Andrew Jackson à presidência dos Estados Unidos, em 1829. Note-se, a este respeito, que Crockett estimava muito o presidente Jackson, e mataria qualquer um que a ele se opusesse.

Para compreender melhor o contexto da ascensão política de Andrew Jackson é necessário recuarmos um pouco para observar alguns detalhes da história social norte-americana. Depois que as treze colônias se tornaram treze estados, outros territórios foram anexados progressivamente à União, em um movimento expansionista que adquiriu ritmo vertiginoso na primeira metade do século XIX: entre a independência e 1848, o território norte-americano multiplicou-se onze vezes; em 1850, além das treze colônias originais, mais dezenove estados haviam sido incorporados à nação! Nessa época, a regra de incorporação de novos estados geralmente obedecia à seguinte ordem: após atingir 60 mil habitantes, o território ingressava na União como estado, preparava sua Constituição, elegia e designava representantes no Congresso.

De acordo com Mary Junqueira, muitos desses estados que entravam para a União adotavam o voto popular ao elaborarem suas Constituições, estabelecendo que todo homem branco poderia votar. Ora, esta era uma inversão nos rumos políticos tradicionais da América pós-independência, que, como vimos, tendiam a privilegiar a política como tarefa dos homens mais cultos e dos proprietários.

Em 1829, Andrew Jackson assumiu a presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, amparado por um programa que defendia a igualdade política, civil e moral dos homens brancos. No vocabulário político daquela época, “homem comum” e “homem branco” eram termos relacionados. Para o historiador norte-americano A. Saxton, a era Jackson poderia ser definida como aquela em que o chamado homem comum, mesmo pobre, tinha diante de si a chance de tornar-se um advogado, um construtor ou um banqueiro, uma vez que a livre competição e a igualdade de oportunidades estariam supostamente abertas a todos, excetuando-se negros, índios ou mestiços. Delineavam-se, assim, os contornos de uma “República branca”: idealmente igualitária, embora na prática excludente e “racialmente delimitada”.

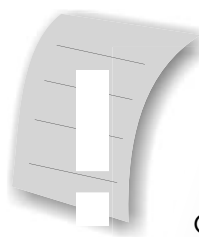


Até a Guerra Civil, iniciada em 1861, a vida política norte-americana girava em torno de dois partidos: os *whigs* e os *democratic*s. Os *whigs* eram herdeiros políticos dos chamados pais fundadores e dos federalistas: defendiam a atuação do poder central, a prática de tarifas protetoras e o desenvolvimento econômico financiado pelo governo federal.

Os *democratic*s ou democratas, por sua vez, tendiam a defender os interesses dos chamados homens comuns: voto popular, expansão territorial e terra barata na fronteira. Assumiam ainda o ideal de supremacia branca, julgando que os negros e os índios eram incapazes para integrar, de forma igualitária, a república norte-americana.

A opinião pública favorável aos democratas alinhava-se, naquele contexto, com a ideologia da expansão territorial. A fronteira em expansão era vista como lugar da terra livre e da oportunidade de ascensão para os homens brancos pobres, em detrimento de índios, mestiços ou *mexicanos que perdessem suas*

terras. O historiador norte-americano F. J. Turner escreveu um persuasivo ensaio, em 1893, sobre o significado da fronteira na história americana, por ele entendida como fonte do desenvolvimento e da nacionalidade daquele país. Assim, disseminou-se no século XIX a noção de fronteira como terra livre, e também como território que moldava o caráter do norte-americano: um homem supostamente novo, dotado de extrema mobilidade, individualista e capaz de construir o destino com as próprias mãos.



Entre 1846 e 1848, os Estados Unidos moveram uma guerra contra os mexicanos para anexar o território do Texas, sob ocupação norte-americana desde 1836. Com a vitória americana, o México perdeu metade de seu território original. Foram anexados pelos Estados Unidos as áreas que hoje formam o Texas, Califórnia, Novo México, Arizona, além de partes de Oklahoma, Colorado, Utah e Idaho.

Nesse extraordinário movimento expansionista, as terras dos nativos eram consideradas terras livres, na medida em que seus habitantes originais eram desqualificados aos olhos dos norte-americanos. Em 1830, Andrew Jackson conseguiu aprovar o Indian Removal Act (Lei de Remoção Indígena), que em menos de dez anos promoveu o violento deslocamento de 17 mil índios para as reservas da região de Oklahoma. Em 1838, fome, frio e doenças foram responsáveis pela morte de mais de 4 mil nativos ao longo de uma jornada que se tornaria tragicamente célebre, e foi chamada pelos índios cherokees de Trilha das Lágrimas (*Trial of Tears*).



Figura 1.1: A Trilha das Lágrimas é hoje, como se observa na placa acima, parte da memória nacional americana. Tornou-se uma trilha histórica nacional, sancionada por lei federal de 1987.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Trail_of_tears_sign.jpg

Com a remoção desta e de várias outras tribos de seus territórios originais, nada menos que 40 milhões de hectares ficaram livres para os “homens brancos”. Com a violenta disputa por terras, o lado preconceituoso e virulento da cultura democrática jacksoniana ficava exposto: a palavra de ordem era a igualdade de oportunidades para o “homem branco”, e a “terra livre” era a garantia de sucesso deste projeto político. À medida que os índios eram expulsos para além do Mississippi, os colonos chegavam ao núcleo agrícola que ali se formava. Uma grande parte dessas vastas terras ia para as mãos de especuladores, que chegavam antes dos pequenos lavradores e compravam grandes propriedades por preços que iam de US\$1,00 a US\$2,00 por acre.

Por vezes, entretanto, as terras do Oeste iam de fato para as mãos dos lavradores pobres, que formavam associações de posseiros e evitavam que os especuladores oferecessem melhores preços e comprassem suas fazendas. Os lavradores defendiam o direito de comprar pelo preço mínimo as terras públicas que já ocupavam e nas quais haviam promovido melhorias (construções, cercas, plantio...).

De fato, em 1841, o direito de lavrar terras públicas com a certeza de uma futura ocupação legal foi formalmente reconhecido pelo Congresso americano.



O mito do Oeste americano – lugar de homens simples e rudes que moldaram seus destinos com esforço árduo e pioneirismo – chegou às telas de cinema criando um gênero de grande sucesso: os *westerns*. São muitas as opções, mas me ocorre recomendar o clássico *Shane*, de 1953, que no Brasil ganhou o curioso título de *Os brutos também amam*.



Fonte: <http://cinemagia.files.wordpress.com/2008/10/shane.jpg>

CONCLUSÃO

O conceito de nação já foi intensamente discutido nas Ciências Sociais e é um valor cotidiano para o qual muitas vezes apelamos, sem sequer nos dar conta disso. O século XIX, do qual tratamos nesta aula, foi o palco, por excelência, das primeiras reflexões mais articuladas sobre a nacionalidade. Vejamos o caso dos Estados Unidos, uma nação que rompia com o estatuto colonial e se via

diante da tarefa de criar um novo Estado soberano, precisava definir traços que a distanciasse da Inglaterra e evidenciassem aquilo que era supostamente americano.

Mas o percurso não era fácil para a mente de muitos dos habitantes das antigas treze colônias. Afinal, a língua da nova nação era a mesma da Inglaterra, já os habitantes não eram apenas ingleses: como incorporar índios, negros e mestiços na vida norte-americana?

A resposta política e cultural a esses desafios da nacionalidade foi moldada, em grande medida, na virada entre os séculos XVIII e XIX. A soberania política fixou-se na adoção de um modelo oposto ao britânico, já que a república e o federalismo surgiam como alternativas para o desejável equilíbrio dos poderes buscado pelo Estado norte-americano que então se construía.

Nas primeiras décadas do século XIX, o avanço da cultura política democrática e o expansionismo territorial sem precedentes delinearão outro traço duradouro do suposto caráter nacional norte-americano: a fronteira em movimento era tida como o lugar desse homem novo, para o qual as oportunidades de ascensão econômica e de participação política se abririam, desde que fosse um “homem branco”.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Três coisas parecem concorrer mais que todas as demais para a conservação da república democrática no Novo Mundo: a primeira é a forma federal que os americanos adotaram, e que permite à União gozar do poder de uma grande república e da segurança de uma pequena. Encontro a segunda nas instituições comunais que, ao mesmo tempo que moderam o despotismo da maioria, dão ao povo o gosto [pela] liberdade e a arte de ser livre. A terceira acha-se na constituição do poder judiciário [e] já mostrei como servem os tribunais para corrigir os descaminhos da democracia... (TOCQUEVILLE, 1987, p. 221).

O trecho anterior foi retirado da obra monumental de Alexis de Tocqueville, redigida após uma estada nos Estados Unidos. O autor era um jovem magistrado francês de apenas 26 anos, que fazia uma viagem de estudos pelo país, entre os anos de 1831 e 1832. Desta jornada americana resultou o livro *A democracia na América*, publicado pela primeira vez entre 1835 e 1840.

A edição que possuo, da qual retirei essa citação, tem 597 páginas. Digo isto para que você compreenda a razão da atividade que vou propor: seria difícil pedir a análise de um pequeno trecho, pois breves citações não dão conta da complexidade da reflexão de Tocqueville. Assim, proponho que você elabore um consistente roteiro de análise do trecho acima citado; peço também que você prepare, ao final do roteiro, uma pergunta que conjugue o conteúdo da aula de hoje com o trecho aqui proposto.

O roteiro, na verdade, é um exercício de organização de ideias. Se você tivesse que analisar um trecho de um livro, mesmo sem ter esse livro em mãos, que etapas seguiria para organizar sua análise? Provalmente começaria fazendo perguntas sobre o caráter da obra: Quem foi o autor? Quando foi escrita? Do que trata em termos gerais? E depois passaria para os elementos mais particulares: onde esse trecho aparece no conjunto da obra? Do que trata? Que elementos se destacam e devem ser analisados? Com essas dicas, creio que você está pronto para elaborar seu próprio roteiro.

- Uma pergunta final: Tocqueville afirma que a forma federal da república norte-americana permite aliar o poder de uma grande república à segurança de uma pequena. Como avaliar essa afirmação à luz dos embates entre federalistas e antifederalistas para a aprovação da Constituição americana?
-

RESUMO

A vitória sobre os ingleses selou a Independência dos Estados Unidos e imediatamente inaugurou uma longa discussão sobre a soberania nacional. O projeto de Estado-nação vitorioso naquele contexto foi a opção republicana e federalista, ambas consagradas na Constituição aprovada em 1789. A geração de políticos e intelectuais que lideraram tal projeto geralmente compreendia que governar era tarefa para os homens mais competentes. Assim, o sistema de governo era representativo, mas a prática do voto censitário sinalizava que a participação política era privilégio de alguns, e não direito de muitos.

Por volta de 1830, novos rumos políticos modificaram o cenário norte-americano. Nesse período, o Partido Democrata chegou ao poder federal, inaugurando a política de massas e a defesa dos interesses dos chamados “homens comuns”: voto popular, expansão territorial e terra barata na fronteira. Os democratas assumiam ainda o ideal de supremacia branca, julgando que os negros e os índios eram incapazes para integrar, de forma igualitária, a república norte-americana.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos ver como os Estados Unidos lidavam com a questão da escravidão e das relações raciais no século XIX. Até lá!

Aula 2

A República norte-americana e a escravidão: tensões

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar o contexto da expansão da escravidão nos Estados Unidos, no período anterior à Guerra Civil, enfatizando as tensões sociais crescentes entre brancos e não brancos na formação da República norte-americana.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar o processo de expansão do escravismo nos estados sulistas no século XIX;
2. identificar, a partir da análise de documentos primários, diferentes visões sobre a escravidão e sobre os negros livres no período anterior à Guerra Civil.

INTRODUÇÃO

Muito além da escravidão

A história de vida de Harriet Tubman é uma daquelas que valem a pena ser contadas. Harriet nasceu escrava no condado de Dorchester, estado de Maryland, em 1820. Ainda bem pequena, começou a trabalhar como empregada na casa de seus proprietários e, aos 12 anos de idade, foi mandada para o duro trabalho nos campos. Por volta de 1844, Harriet casou-se com o negro livre John Tubman, o que então não significava um passaporte para a liberdade: ela permaneceu como escrava até 1849, quando decidiu fugir, após saber de uma ameaça de venda de escravos na propriedade em que vivia.

A fuga de Harriet seguiu a rota de muitos outros fugitivos do Sul em direção aos estados do Norte: ela foi uma das que percorreu a famosa “underground railroad” – ferrovia subterrânea, literalmente –, criada por uma rede informal de pessoas que ajudavam escravos em fuga, escondendo-os, fornecendo comida, repassando informações e oferecendo qualquer tipo de ajuda para aqueles que tentavam deixar o cativeiro. Ao chegar ao Canadá, após uma fuga bem-sucedida, Harriet arrumou trabalho, economizou dinheiro e retornou para buscar seus parentes no Sul; por muitas outras vezes ela repetiu a rota, arriscando-se para conduzir conhecidos e desconhecidos em direção ao Norte. Em 1860, quase às vésperas da Guerra Civil, ela já havia feito essa rota nada menos que 19 vezes, mesmo sabendo que seu nome circulava nos cartazes de “Procurados” com ofertas de recompensa de 40 mil dólares para quem capturasse essa corajosa ex-escrava.

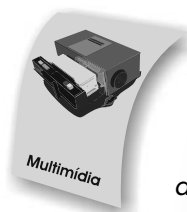
Apelidada de Moses (referência a Moisés, aquele que conduziu o povo hebreu em fuga do cativeiro), Harriet tornou-se uma lenda viva entre os escravos, ficou amiga dos principais líderes abolicionistas de seu tempo e trabalhou para o exército nortista como cozinheira,

enfermeira e até como espiã na Guerra Civil. Com o fim da guerra, que selou a liberdade em todo o país, Harriet mudou-se para o estado de Nova York, onde viveu uma longa vida, até 1913.

Harriet circulava entre o Norte e o Sul, trajeto que demarcava as fronteiras entre a liberdade e a escravidão nos Estados Unidos desde as primeiras décadas do século XIX. Como se criou essa divisão? Como se deu a expansão da escravidão nos estados sulistas? Quais eram as tensões entre brancos e negros livres durante o contexto de formação da República norte-americana, na primeira metade do século XIX? São essas as questões que discutiremos na aula de hoje.



Figura 2.1: Harriet Tubman, em foto de cerca de 1885.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Harriet_Tubman_by_Sqyer%2C_NPG%2C_c1885.jpg



Boa parte desta aula foi pensada a partir da leitura do livro de Ira Berlin, intitulado *Gerações de cativo*. Se você tem interesse na história da escravidão, vai adorar esta leitura!

A expansão do escravismo no século XIX

O século XIX testemunhou uma revolução nas *plantations* escravistas do Sul dos Estados Unidos. O tráfico de escravos pelo Atlântico terminou oficialmente em 1808, ainda que, como demonstram recentes pesquisas, como a do historiador Gerald Horne, muitos norte-americanos estivessem envolvidos em atividades de compra e venda de africanos para regiões como Cuba e o Brasil, até a segunda metade do século XIX. Mesmo se considerarmos a presença do tráfico ilegal em terras norte-americanas, é necessário ressaltar que a expansão do escravismo nos Estados Unidos, nessa época, se deu primordialmente por meio do tráfico interno.

Ao longo do século XIX, a antiga oferta constante de trabalhadores vindos do Caribe e da África foi progressivamente substituída pelo tráfico interno de escravos, que passava a alimentar os dois grandes polos de produção naquele período: as áreas algodoeiras do Baixo Sul e as de açúcar no baixo vale do Mississippi. Nessa mesma época, a região do Norte dos Estados Unidos estava se tornando livre da escravidão, por intermédio da aplicação das leis de emancipação gradual, adotadas nos estados nortistas a partir da Independência americana. A região do Chesapeake (que abrangia o estado de Maryland e parte da Virgínia) também foi atingida pela tendência emancipacionista do período pós-independência, e muitos fazendeiros dali adotaram medidas para a liberação gradual de seus escravos.

Como bem observou o historiador Ira Berlin, o tráfico interno foi o acontecimento central nas vidas dos afro-americanos entre o fim do século XVIII e a extinção da escravidão, em dezembro de 1865. Ao final desse século, na época da Independência, a escravidão estava limitada ao litoral do Atlântico dos Estados Unidos. No século XIX, a fronteira escravista ampliou-se do Leste para o Oeste, e também para o Sul, em direção ao vale do rio Mississippi, atingindo territórios até então intocados pela produção de artigos de exportação em larga escala. O movimento interno de cativos separou inúmeras famílias e deslocou seus membros para regiões desconhecidas, em um fluxo que geralmente obedecia à demanda das propriedades recém-estabelecidas: estima-se que cerca de 250 mil escravos deixaram o litoral em direção ao interior, a Oeste do rio Mississippi, apenas durante a década de 1850.

Além de comprar cativos por meio do tráfico interno, os produtores da fronteira escravista em expansão beneficiavam-se do raptos de negros livres, um crime usualmente praticado naqueles tempos. A prática de roubar pessoas livres, ou prestes a se tornarem livres, nas ruas de cidades nortistas ou em fazendas do Chesapeake ocorria com frequência nas primeiras décadas do século XIX. Muitos desses raptos e vendas ilegais tornaram-se conhecidos publicamente a partir de denúncias e processos movidos pelas comunidades negras.



Raptos, roubos e vendas ilegais

Um caso famoso de venda ilegal de um negro livre foi o de Sojourner Truth, que quase perdeu o filho quando ele foi vendido irregularmente para o estado do Alabama. A história de Sojourner, aliás, é outra daquelas que merecem uma atenção especial. Ela nasceu escrava no estado de Nova York (nessa época, usava o nome Isabella Baumfree),

onde se casou e teve cinco filhos. Em 1827, quando a lei estadual de Nova York emancipou todos os escravos, Isabella já não se encontrava na companhia do marido e dos filhos mais velhos: havia fugido com a caçula e estava trabalhando em outra propriedade, pertencente à família Van Wagenen. Mesmo a distância, porém, ela soube que um de seus filhos, já livre pela lei estadual, tinha sido ilegalmente vendido pelos antigos senhores para o estado escravista do Alabama. Isabella moveu um processo judicial com a ajuda de advogados comprometidos com a causa abolicionista e conseguiu recuperar o menino, Peter. Muitos anos mais tarde, em 1843, quando já estava ativamente envolvida com o movimento antiescravista, ela adotou o nome de Sojourner Truth.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bc/Sojourner_truth_c1870.jpg

A dinâmica da produção também sofreu alterações à medida que a fronteira escravista se alargava, especialmente em função da valorização de novos produtos para o mercado de exportação. Homens e mulheres, antes habituados a plantar tabaco e arroz, passaram, no século XIX, a lidar também com o duro regime dos cultivos do algodão e do açúcar. O algodão alongou a rotina de trabalho, com tarefas que avançavam pela noite e tornavam mais raros os sábados e domingos parcialmente livres. A mudança era grande para muitos escravos, que guardavam a memória de um ritmo de trabalho que deixava algum tempo para o cultivo de suas roças familiares e para o desenvolvimento de atividades e habilidades artesanais. Tudo isso era cada vez mais raro, uma vez que se expandia o frenético ritmo da produção nas *plantations* algodoeiras. A produção açucareira revelava um quadro ainda mais dramático, com trabalho quase ininterrupto na época da moagem da cana, no fim do outono. A mortalidade dos escravos do açúcar era mais expressiva do que em outros cultivos, o que levou um visitante dessas regiões a declarar, no século XIX, que poucos escravos duravam ali por mais de sete anos de trabalho.

Mas certas condições de negociação dos termos da escravidão, presentes desde o início da formação das áreas de *plantation*, sobreviveram ao longo do século XIX, por força de uma circunstância em particular: a oferta de trabalhadores era escassa. E os cativos souberam usar essa escassez como elemento de barganha, para que os proprietários respeitassem tempos de descanso e também aquele dedicado ao cultivo da roça escrava. Os proprietários faziam seus cálculos e, muitas vezes, se viam forçados a limitar as horas de trabalho, de modo a preservar certos **direitos costumeiros** dos escravos. No entanto, como adverte Ira Berlin, o século XIX promoveu, de modo generalizado, um estreitamento nos horizontes de expectativas dos escravos que trabalhavam nas áreas de *plantation* norte-americanas.

Direitos costumeiros

O direito costumeiro é aquele que se apoia em comportamentos e atitudes informalmente aceitos por uma determinada comunidade, sem que sejam formalmente assegurados por leis.



Um pouco de historiografia

João José Reis e Eduardo Silva, historiadores brasileiros, publicaram em 1988 um pequeno livro de grande repercussão acadêmica nos estudos sobre a escravidão no Brasil: *Negociação e conflito*. Como o próprio título sugere, os autores discutiam ali uma visão da escravidão que pretendia fugir das polaridades, evidenciando os escravos como agentes sociais que por vezes se rebelavam (o conflito), e por outras vezes buscavam garantir algumas vantagens por meio da barganha com os poderosos (negociação). Nos Estados Unidos, inúmeros estudos sobre a escravidão produzidos a partir dos anos 1960/70 já apresentavam uma visão do cativo que privilegiava os escravos como atores sociais: sem desconhecer a profunda violência das relações escravistas, tais estudos descortinaram aspectos da religiosidade, da vida familiar, das relações comunitárias, da economia independente e de muitas outras vivências cotidianas dos escravos nos Estados Unidos. Nesses estudos, veio a público um cenário social em que os cativos tinham histórias pessoais, expectativas de liberdade e habilidades para negociar com seus senhores, ainda que tal negociação se desse em terreno muito tenso. Os estudos pioneiros sobre a escravidão americana que obtiveram maior repercussão no Brasil, ainda nos anos 1980, foram os de Eugene Genovese (*A Terra Prometida*) e de Eric Foner (*Nada além da liberdade*).

A essa altura, você pode estar se perguntando sobre o cristianismo negro norte-americano, cujas particularidades (nas músicas, nos cultos) por vezes nos são apresentadas nas telas de cinema. Pois saiba que junto à expansão da escravidão e do tráfico interno, marcos da experiência negra no século XIX, emergiu também uma nova sensibilidade religiosa: o crescimento do cristianismo entre os negros, escravos e livres. Os principais agentes da expansão das igrejas negras eram homens de cor que haviam sido convertidos nos movimentos de renascimento religioso e evangélico do fim do século XVIII. Os ramos do protestantismo mais estabelecidos nos Estados Unidos – batistas, metodistas, anglicanos e presbiterianos – eram os que mais inspiravam a formação de novas igrejas frequentadas por escravos. Como ressaltou Ira Berlin, “não era a igreja dos senhores ou mesmo a do missionário que atraía os convertidos negros; eles preferiam seus próprios conclaves religiosos”. Assim, muitas pregações negras independiam de igrejas formais e ocorriam em tendas dentro das matas: nesses locais, construía-se uma espiritualidade afro-americana, que misturava formas religiosas negras e brancas. Destacavam-se, dentre tais formas, a experiência do renascimento espiritual (pelo batismo) e a convicção de que os escravos também eram filhos de Deus. E talvez mesmo o povo escolhido por Deus.

Fornecendo consolo, senso de comunidade e proteção para seus membros, as igrejas negras tornaram-se as instituições mais significativas da vida de muitos afro-americanos que atenderam ao apelo da conversão ao longo do século XIX. Tanto que, muitas vezes, as igrejas despertavam intensa oposição por parte de proprietários, temerosos em relação a qualquer potencial revolucionário contido nos cultos dos escravos. Outros proprietários, entretanto, consideravam vantajosos os ganhos políticos de apoiar a vida religiosa dos cativos. Thomas Affleck, autor de um popular manual vendido nos estados algodoeiros por volta de 1830, fazia as seguintes recomendações aos administradores das *plantations*:

Verão que uma hora dedicada, toda manhã de sábado, à instrução moral e religiosa será de grande ajuda para conseguir uma situação melhor com os negros. Isto já foi tentado muitas vezes, sempre com os resultados mais satisfatórios, em muitas partes do Sul. É recomendável do ponto de vista do próprio interesse, para não mencionar o fato de ser um dever.

É também importante destacar que a linguagem religiosa era frequente entre os abolicionistas norte-americanos, tanto brancos quanto negros. Como demonstra Célia Azevedo, esses abolicionistas referiam-se à escravidão como pecado, pois convertia pessoas em “coisas” e assim mercantilizava a imagem de Deus. Entre os textos por meio dos quais os abolicionistas expressavam suas visões intelectuais, destacavam-se, no século XIX, a Declaração de Independência, a Constituição norte-americana e a Bíblia, fonte para o reforço da condenação moral da instituição escravista.



Atende ao Objetivo 1

1. Nesta atividade, convido você a ler com atenção os três fragmentos de textos reproduzidos a seguir, todos a respeito do contexto da escravidão nos Estados Unidos no século XIX. Após a leitura, proponho que você elabore a análise de pelo menos um aspecto da escravidão norte-americana apresentado nos fragmentos de texto que se seguem.

Texto 1

Quer plantassem algodão ou açúcar, os escravos transportados para uma terra estranha lutavam para reconquistar a vida que tinham anteriormente conhecido. Suas vidas eram inspiradas por uma profunda nostalgia do mundo perdido. Alguns tentavam manter vínculos, coletando informação esparsa dos recém-chegados, que podiam trazer uma

palavra da família e dos amigos. Nas cartas que os proprietários de escravos escreviam para suas próprias famílias, alguns escravos tinham permissão de anexar pequenos bilhetes para seus entes queridos em casa, esperando que o retorno do correio trouxesse notícia sobre a saúde de um pai idoso, o progresso de um filho ou o nascimento de um sobrinho. "Quero que saiba que penso em você com frequência e desejo muito vê-lo", escreveu Rose de uma caravana a caminho do Alabama por meio da carta de sua senhora para a Carolina do Norte (...)

Fragments de informação de migrantes recém-chegados, anexados à correspondência de um proprietário ou ouvidos na mesa de um senhor, apenas aumentavam a incerteza. Tinha a mulher realmente se casado de novo, um irmão de fato sido vendido, um genitor idoso realmente morrido? O "telégrafo secreto" dos escravos transmitia informação em alta velocidade mas com confiabilidade dúbia. No melhor dos casos, escravos transplantados se agarravam a algumas poucas lembranças inestimáveis de suas vidas passadas – uma colcha feita por sua mãe, um entalhe feito pelo pai, um anel ou pente, uns poucos potes e panelas. Mesmo esses pequenos itens eram inacessíveis à maioria. Em algum ponto, os mais otimistas se resignavam com a realidade de que nunca mais veriam suas famílias e amigos. (Ira Berlin, *Gerações de cativo*, cap. 4.)

Texto 2

As plantations, sobretudo as de açúcar, predominantes na maior parte das regiões escravagistas do Novo Mundo, embora não nos Estados Unidos, pareciam realmente fábricas no campo; mas mesmo que as tomemos por norma, é impossível não reconhecer as implicações de seu aspecto não industrial. A organização econômica das plantations exigiu uma disciplina quase industrial e buscou implantá-la; mas isto gerou pressões opostas e acarretou inevitáveis contradições internas... Os senhores, como sempre, impunham sua vontade, mas pagavam o preço desta imposição. Os escravos, como sempre, eram vítimas das exigências dos que os exploravam, mas conseguiam exercer uma certa pressão em benefício próprio

(...)

Portanto, o ritmo de trabalho dos escravos tinha de ser estabelecido por compromisso entre eles e seus senhores. É claro que a palavra final cabia aos senhores, mas os escravos impunham limitações, na medida do possível...

(Eugene Genovese, *A terra prometida*, Livro 2, Parte 2.)

Texto 3

Pouca diferença faz
Como se ocupa nosso tempo,
Os brancos sempre
Se impõem aos pretos.

Pode-se trabalhar a semana inteira
E trabalhar o tempo todo
Os brancos sempre
Se impõem aos pretos.

(Trecho da canção negra norte-americana "É difícil ser um preto", composta no século XIX, após a abolição da escravidão.)

Resposta Comentada

A primeira observação a ser feita é a respeito da natureza dos fragmentos propostos na questão. Os textos 1 e 2 são exemplos de análises atuais, produzidas por dois historiadores norte-americanos, enquanto o terceiro texto é um documento de época, pois se trata de uma canção produzida por autores negros, no período pós-Guerra Civil (ou seja, após 1865). Para redigir um comentário que englobe os conteúdos desses três textos, deve-se considerar que o primeiro aborda as migrações típicas do século XIX, período de expansão e interiorização da *plantation* no Sul e em partes do oeste dos Estados Unidos. A narrativa de Ira Berlin descreve a sensação de desenraizamento experimentada pela geração de escravos migrantes, que viram suas vidas profundamente modificadas pelo contexto da expansão do escravismo no século

XIX. No texto 2, E. Genovese apresenta uma reflexão de caráter conceitual, ao propor uma discussão sobre a disciplina do trabalho escravo nas *plantations* do Novo Mundo. O detalhe relevante nesse trecho é a noção de “compromisso”, introduzida pelo autor para sugerir que a exploração senhorial se fazia acompanhar, por parte dos escravos, de uma pressão em benefício próprio. Ainda que se trate de uma relação de profunda desigualdade (a relação entre senhores e escravos), Genovese aponta para a dimensão da negociação em torno dos direitos costumeiros dos escravos (pressão em benefício próprio), sem a qual as relações escravistas não se sustentariam. Ao fazê-lo, empresta aos escravos um papel social ativo e positivo na defesa de direitos mínimos, ainda que em meio à violência do cativo. O terceiro texto retoma esse ponto, sob o ponto de vista da cultura negra do período pós-abolição: a canção lembra exatamente o contexto da exploração do trabalho, enfatizando o caráter de desigualdade e dominação das relações entre brancos e negros, que é a dimensão oposta ao compromisso e à negociação.

Cor e liberdade na República norte-americana

Após a independência dos Estados Unidos, como foi discutido no item anterior, os estados nortistas testemunharam o crescimento da população de negros livres, ao passo que a escravidão se aprofundou no Sul e em regiões do Oeste. À medida que o número de libertos crescia nas cidades do Norte, aumentava também, entre os abolicionistas, a preocupação com a formação moral dessas recentes comunidades. Líderes negros como Absalom Jones, da Philadelphia, convocavam tais comunidades a levarem “vidas ordeiras e pacíficas”, buscando assim eliminar o estigma da degradação que a maioria da população branca ligava à personalidade dos negros. Em 1809, o próprio Absalom Jones, junto a outros líderes religiosos negros, criou a “Sociedade para a supressão do vício e da imoralidade”, cujo objetivo primordial era o de cultivar virtudes cristãs entre os

negros libertos, combatendo práticas então vistas como símbolos da degeneração: a bebida, os furtos, os festejos noturnos.

Aí está um forte indício das dificuldades de integração social enfrentadas pelos recém-libertos, que os conduziam a adotarem mecanismos diversos para se afastarem dos estereótipos normalmente ligados ao universo da escravidão. Neste processo, líderes e comunidades negras tinham que lidar com a crescente hostilidade da maioria da população branca, em um esforço que parecia exigir dos negros o enquadramento em padrões tradicionais de moralidade e respeitabilidade, ainda que tais padrões não fossem originalmente formulados por suas comunidades.

Para muitos abolicionistas, a sociedade norte-americana era realmente singular em seu preconceito, pois geralmente não concedia aos negros livres as condições de igualdade com os cidadãos brancos na vida cotidiana. E tal situação era em geral atribuída à coexistência da liberdade e da escravidão no país. Em seu famoso *Appeal* – ou *Apelo* –, de 1829, o abolicionista negro David Walker já enfatizava, vigorosamente, que a libertação dos escravos deveria ser seguida do fim da violência dos brancos contra os negros. E o apelo dele, neste caso, dirigia-se aos americanos brancos, como se pode ver no trecho que se segue:

Lembrem-se, americanos, que nós devemos ser livres e esclarecidos como vocês são... Vocês podem se esforçar para nos manter na infelicidade e na miséria, mas Deus nos livrará desta condição. Livrem-se de seus medos e preconceitos...e tratem-nos como homens... pois a América é nosso país tanto quanto é a nação de vocês.

A advertência de David Walker pretendia se fazer ouvir em um contexto sociopolítico e intelectual no qual avançava a excludente ideia de “uma América para o homem branco”. Em 1828, Andrew Jackson tornou-se presidente dos Estados Unidos pelo partido democrata, amparado por um programa que defendia a igualdade política, civil e moral dos homens brancos. Para o historiador norte-

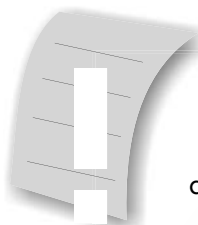
americano Alexander Saxton, a era Jackson poderia ser definida como aquela em que o homem comum tinha diante de si a chance de conquistar a ascensão econômica, uma vez que a livre competição e a igualdade de oportunidades estariam abertas a todos, excetuando-se os escravos e os negros livres.

Mas quem apoiava os democratas, naquela época? O que significava defender o “homem branco”, naquele contexto? Cabe a nós tentar definir as possíveis identidades desse homem branco, especialmente daqueles inclinados a partilhar os princípios democratas. Como já foi discutido na primeira aula desta disciplina, o partido democrata tornou-se nacionalmente conhecido na primeira metade do século XIX, quando conquistou simpatizantes nos mais diversos segmentos sociais: trabalhadores urbanos, pequenos e médios proprietários rurais, além de grandes proprietários sulistas. Nos estados nortistas, os democratas tiveram mais simpatizantes entre os trabalhadores e os imigrantes. Mas apesar dessas especificidades regionais, pode-se afirmar que os ideais da democracia jacksoniana atingiam, nacionalmente, setores diversos da população branca. E se esse ideal de democracia era “racialmente delimitado”, como adverte A. Saxton, é importante pensar sobre os papéis e estereótipos frequentemente associados aos negros nesse contexto das primeiras décadas do século XIX.

Um exemplo do violento olhar de certos democratas sobre os negros está nas palavras de James K. Paulding, um escritor da cidade de Nova York. Paulding publicou em 1836 um livro intitulado *Escravidão nos Estados Unidos*, que pode ser considerado como uma espécie de porta-voz da percepção de muitos dos que defendiam os ideais do partido democrata em relação à população negra, escrava ou livre. Registra-se, neste caso, a difundida ideia da suposta incapacidade dos negros livres, sobretudo quando se tratava do acesso às condições de cidadania na República americana. Assim dizia James Paulding:

O governo dos Estados Unidos, suas instituições e privilégios pertencem, por direito, exclusivamente ao homem branco; tais privilégios foram conquistados pelo sangue de nossos pais, e não pelo sangue dos negros. A mente do africano – não apenas em seu país nativo, mas também em outras áreas e sob qualquer circunstância – parece ser em grande medida destituída do divino atributo do progresso.

A visão da supremacia branca, veiculada nessas palavras de Paulding, encontrava ressonância entre outros formadores de opinião contemporâneos a ele – intelectuais, artistas, políticos e jornalistas. A suposta inaptidão dos africanos e de seus descendentes para integrar a nação americana em condições de igualdade com os brancos era veiculada pelos mais diversos suportes – livros, charges, pinturas, espetáculos teatrais. Por intermédio deles difundiam-se temáticas associadas a um repertório largamente discriminatório, que atribuía aos negros o potencial para deflagrar a violência, a desordem, a frivolidade, a preguiça e a limitação intelectual.



A caricatura que segue é um entre muitos exemplos da circulação de imagens e textos que veiculavam visões preconceituosas sobre os negros livres ao longo do século XIX. O autor dessa imagem é Edward Clay, um dos principais artistas da era jacksoniana. No final da década de 1820, Clay elaborou uma série de 14 populares caricaturas intituladas *Life in Philadelphia* (Vida na Filadélfia), que tinham como tema as famílias negras da cidade. A imagem reúne Sr. Cesar e Srta. Chloe, dois amigos que se encontram na rua e mantêm um breve diálogo.

O luxo exagerado das roupas e a maneira de falar incorreta seriam, na caricatura, indicativos da suposta pretensão e estupidez de ambos. Neste caso, o cartunista parecia especialmente interessado em ridicularizar os negros livres que atingiam um padrão de vida mais alto que a média.



Fonte: <http://wigwags.files.wordpress.com/2009/01/lifeinphili.jpg>

Vida na Filadélfia

"Como se sente nesse calor, Senhorita Chloe?"

"Sinto-me bem, Sr. Cesar, obrigada. Eu apenas *aspiro* muito!"

Note-se que a ironia do texto está no emprego errado de uma palavra: em vez de dizer que transpirava muito naquele calor, a Srta. Chloe disse que aspirava muito, ou seja, almejava muito.

Neste contexto, observa-se a crescente racialização da identidade dos negros, termo que deve ser entendido aqui como um sinal de que a ideia da unidade original entre todos os homens, até então predominante, começava a se modificar. Como afirma a historiadora brasileira Lilia Schwarcz, a tradição até fins do XVIII era a de considerar os diversos grupos humanos como povos ou nações, e jamais como raças diferentes em sua origem ou conformação. De fato, o termo raça só seria introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX, por Georges Curvier, inaugurando a ideia de supostas diferenças físicas e intelectuais permanentes entre os diversos grupos humanos. Formou-se, a partir de então, uma reorientação intelectual, centrada em uma investida contra os pressupostos igualitários e contra a visão unitária da humanidade. Nos Estados Unidos, esse novo conceito de raça tornou-se progressivamente mais aceito nos meios científicos, sobretudo a partir da década de 1830.

Nesse mesmo contexto, felizmente, surgiu uma vigorosa reação contrária a essas ideias da supremacia branca, tanto por parte da militância abolicionista quanto da própria formação de comunidades negras livres mobilizadas em torno da luta por oportunidades e condições de integração social.



O racismo nas ciências e na sociedade

Desde o início do século XIX, cientistas americanos já produziam teorias em que contestavam a ideia da unidade original dos homens. Em 1830, o médico Charles Caldwell, formado pela Universidade da Pennsylvania, publicou um polêmico ensaio intitulado *Reflexões sobre a unidade original da raça humana*. Caldwell argumentava ali que Deus não havia criado apenas uma, mas sim quatro espécies originais – caucasianos, mongóis, indianos e

africanos –, e assumia que os africanos eram inferiores frente às (supostas) demais espécies. De acordo com o historiador Reginald Horsman, esse tipo de argumento disseminou-se no campo das ciências norte-americanas na primeira metade do século XIX. A *American School of Ethnology*, fundada em 1839, integrava esse movimento científico que transformava diferenças físicas em argumentos idealmente capazes de classificar as capacidades e habilidades dos seres humanos.

Em uma sociedade multiétnica, e em larga medida ainda escravista, o vigor da produção intelectual dessa escola apontava para a noção da degradação dos negros, fossem eles escravos ou livres. Contrapondo-se aos tradicionais argumentos religiosos – segundo os quais a escravidão provocara os supostos vícios dos negros, então tidos como reversíveis –, o discurso científico do século XIX defendia, com crescente ênfase, a ideia de que a diversidade das raças devia ser aceita como um fato natural, independente da Teologia. E, como tal, julgava-se que a suposta inferioridade dos negros era uma condição dificilmente modificável.

Hoje sabemos que nem sequer existem raças na espécie humana. Mas, no século XIX, o discurso racista produzido por diferentes ramos da ciência produzia argumentos para aqueles que difundiam a noção de que brancos e negros eram desiguais.

CONCLUSÃO

No Sul dos Estados Unidos, como já demonstrou a historiadora norte-americana Barbara Weinstein, a construção da nação se realizou em meio à defesa do sentimento escravista, e muitos senhores julgavam que a escravidão não desapareceria, e até mesmo defendiam abertamente sua perpetuação. Diversos senhores sulistas expressavam a ideia da suposta inferioridade dos negros, afirmando que eles eram adequados apenas para serem cativos. Tal visão sobre a inferioridade dos negros, aliás, era veiculada também entre setores da sociedade norte-americana que não apoiavam a escravidão, mas difundiam a ideia de que os negros não seriam capazes de integrar a “República branca”.

Entre a Independência americana e as primeiras décadas do século XIX, as representações letradas sobre os negros modificaram-se acentuadamente, à medida que o próprio status social desta população negra tornava-se mais complexo, ou seja, já não se ligava apenas ou prioritariamente ao mundo da escravidão. Afinal, o contexto da Independência desencadeou processos de abolição que atingiram os estados do Norte, formando inúmeras comunidades de negros livres. O aumento substancial dessas comunidades residindo nas cidades nortistas deveu-se não apenas aos processos de abolição aí realizados, mas também aos recém-libertos de outras regiões (sobretudo aqueles vindos dos estados de Delaware, Maryland e Virgínia) que se dirigiram para as cidades nortistas. Buscavam melhores oportunidades de vida, possibilidades de encontrar um parceiro, estabelecer uma vida familiar e participar das atividades comunitárias nas igrejas e em outras instituições. Contudo, a escravidão mantinha-se como uma prática legal nos estados sulistas e em certas áreas do Oeste, dividindo a nação em áreas escravistas e não escravistas.

Os letrados que veiculavam imagens favoráveis à ideia da inferioridade dos negros lidavam com essas duas faces da jovem República norte-americana: justificavam, em muitos casos, a

manutenção da escravidão, ao mesmo tempo em que defendiam a ideia da incapacidade dos negros livres para serem plenamente assimilados na sociedade americana. Delineavam, assim, os contornos de uma “República branca”: idealmente livre e igualitária, embora na prática excludente e “racialmente delimitada”, para usarmos a já citada definição do historiador A. Saxton. A reação contrária a essas ideias da supremacia branca ganhou fôlego nesse mesmo período, tanto na militância abolicionista quanto na própria formação de comunidades negras livres e mobilizadas em torno da luta por oportunidades e condições de integração social. Mobilização esta que ultrapassou, sem dúvida, os limites temporais e os conflitos raciais próprios do século XIX.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Nesta atividade, proponho que você leia atentamente os dois textos abaixo, observando os contrastes entre seus conteúdos e o contexto em que foram produzidos, que pode ser apreendido a partir das informações sobre onde foram publicados. Em seguida, peço que você redija um breve comentário comparativo a respeito dos dois trechos aqui propostos.

Texto 1

Em todas as partes dos Estados Unidos há uma linha de separação entre os homens que têm sangue africano em suas veias, e todas as outras classes da sociedade. Os hábitos, os sentimentos e os preconceitos da sociedade ... tornam os negros, escravos ou livres, sujeitos a uma degradação inevitável e incurável. O africano neste país [os Estados Unidos] pertence, por nascimento, à mais baixa escala da sociedade; e desta escala ele não pode jamais se erguer, sejam quais forem as suas virtudes.

- Observar a proximidade temporal entre os dois textos, um de 1828 e outro de 1829, e contextualizar a complexidade desse período, notando em particular: a expansão da escravidão ante a Independência norte-americana e as primeiras décadas do século XIX; o crescimento das comunidades de negros livres, nesse mesmo período, sobretudo nas cidades nortistas;
 - caracterizar as diferenças entre os pontos de vista sobre a condição dos negros na sociedade norte-americana apresentadas nos dois trechos, valendo-se, eventualmente, das informações obtidas na pesquisa exploratória sobre a autoria dos dois trechos em análise;
 - concluir a análise contrastando os dois trechos, de modo a explicitar que se tratava de projetos radicalmente diferentes em relação à inserção dos negros na sociedade norte-americana oitocentista: o primeiro afirmando preconceitos, e o segundo construindo argumentos contra estes mesmos preconceitos, ao exigir o reconhecimento da cidadania negra nos Estados Unidos.
-

RESUMO

O tráfico interno foi o acontecimento central nas vidas dos afro-americanos entre o fim do século XVIII e a extinção da escravidão, em dezembro de 1865. Ao final do XVIII, na época da Independência, a escravidão estava limitada ao litoral do Atlântico dos Estados Unidos. No século XIX, a fronteira escravista ampliou-se do Leste para o Oeste, e também para o Sul, em direção ao vale do rio Mississippi, atingindo territórios até então intocados pela produção de artigos de exportação em larga escala.

Também após a Independência, os estados nortistas testemunharam o crescimento da população de negros livres. À medida que o número de libertos crescia nas cidades do Norte, ampliavam-se, em diversos círculos da sociedade americana, as discussões a respeito das condições em que os negros livres participariam da democracia

americana. Visões positivas sobre a inserção social dos negros passaram a competir, desde então, com o crescente preconceito, disseminado em diferentes setores da sociedade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai ver como os Estados Unidos se moveram na direção da abolição da escravidão. A Guerra Civil norte-americana será o tema dessa aula. Não perca!

Aula **3**

A casa dividida:
a Guerra Civil
americana

Gabriel Aladrén

Meta da aula

Apresentar a Guerra Civil americana, suas origens, desenvolvimento e significados para a formação dos Estados Unidos.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o encadeamento dos fatores que explicam a eclosão da Guerra Civil americana;
2. definir as principais transformações que ocorreram nos Estados Unidos como resultado do conflito.

Pré-requisitos

É importante que o aluno tenha familiaridade com os temas desenvolvidos nas Aulas 1 e 2 de História da América II, especialmente a análise sobre a independência americana e a formação da nova república. Não se esqueça também de rever o significado de alguns termos que aparecem nestas aulas e que serão importantes como, por exemplo, *plantation*. Além disso, a possibilidade de acesso à internet pode facilitar o acompanhamento da aula para realizações de consultas e pesquisas complementares.

A Guerra Civil americana, também conhecida como a Guerra de Secessão, é um dos eventos mais importantes na história dos Estados Unidos. Junto com a Independência, é considerada como um momento chave na formação da nação americana. Até os dias de hoje, a Guerra Civil está na memória dos norte-americanos. Foi a época da maior crise vivida pelos Estados Unidos em toda a sua história, quando temas fundamentais como a escravidão, a democracia, os direitos dos estados e o poder da União causaram intensas disputas. O primeiro país independente das Américas por pouco não saiu fragmentado do conflito.

Esse conflito, que durou de 1861 a 1865, foi desencadeado pela eleição de Abraham Lincoln para a presidência dos Estados Unidos, em novembro de 1860. Em dezembro do mesmo ano, o estado da Carolina do Sul retirou-se da União, dando início ao movimento de secessão. Os habitantes e representantes do estado sulista alegaram que a eleição de Lincoln ameaçava os direitos dos estados do Sul e a manutenção da escravidão. Enfim, sua eleição era vista como um golpe no tradicional modo de vida sulista. A Constituição dos Estados Unidos não era clara em relação à possibilidade de um estado se separar da União. A legitimidade foi buscada a partir da interpretação de que a União era uma espécie de pacto voluntário entre estados soberanos, que poderiam se retirar caso assim desejassem, a partir de uma votação convencional.

Os representantes dos outros estados do Extremo Sul (Alabama, Mississippi, Flórida, Geórgia, Louisiana e Texas) se reuniram em janeiro de 1861 e acompanharam a Carolina do Sul no movimento separatista. Em fevereiro, aprovaram a Constituição dos Estados Confederados da América. A partir de então foi aberta uma disputa para tentar garantir a adesão dos estados sulistas mais ao norte (o chamado Alto Sul, formado por Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Arkansas) que, apesar de escravocratas, não partilhavam da opinião de que a eleição de Lincoln era motivo suficiente para romper com a União.

Quando Lincoln assumiu a presidência em março de 1861, os confederados já haviam ocupado fortes federais em seus estados, sem precisar disparar um único tiro. James Buchanan, o presidente anterior, rejeitara a legitimidade da secessão, mas não usara da violência para reprimir o movimento. Não havia muita saída para Lincoln: ou ele aceitava a separação pacífica, ou entrava em guerra. O presidente decidiu usar a força com cautela. Ele defenderia os fortes federais ainda não tomados pelos confederados, mas não tentaria recuperar os já ocupados. O mais

importante deles era o Forte Sumter, em Charleston, na Carolina do Sul. Lincoln enviou reforços para impedir que o forte fosse tomado, e os sulistas reagiram bombardeando-o, dando início efetivamente ao conflito militar.

Com a guerra declarada (a União considerava o movimento dos confederados como uma insurreição inconstitucional), sobrou pouco espaço para mediações. Os estados do Alto Sul logo aderiram à Confederação.

Em 1865, após quatro anos de intensas batalhas e mais de 600 mil mortos, a União triunfou sobre os confederados. Ao longo da guerra, o país havia se transformado. O governo federal tornou-se muito mais forte, com poder e autoridade constitucional para atuar em questões que antes eram circunscritas à esfera dos estados. A maior população escrava das Américas já não existia mais. Quatro milhões de escravos negros foram emancipados e se deparariam com o gigantesco desafio de garantir seus direitos como homens livres. Uma série de obstáculos que entravavam até então a organização econômica interna e o desenvolvimento industrial (especialmente a autonomia dos estados, a qual impossibilitava a construção de um sistema bancário e alfandegário unificado, além da ausência de uma política centralizada de incentivo à produção industrial) seria superada e os Estados Unidos passaram a reunir todas as condições que o tornaram uma grande potência em fins do século XIX.

Nesta aula, vamos discutir com maior profundidade o significado da Guerra Civil americana para o desenvolvimento dos Estados Unidos. Vamos buscar compreender as origens da guerra e explicar o surgimento de uma crise que levou uma próspera nação a se dividir e a entrar em um conflito que resultou em centenas de milhares de mortes no campo de batalha. Analisaremos o desenrolar da guerra e procuraremos estabelecer quais eram as forças e as fraquezas dos lados em disputa. E, por fim, vamos discutir as principais transformações geradas pela Guerra Civil americana.



Figura 3.1: Estados Unidos: União e Confederados.

Fonte: <http://www.cksinfo.com/clipart/americana/ushistory/civilwar/civil-war-map.png>

As origens da crise da Secessão

As interpretações da historiografia

Com explicar a Guerra Civil americana? Quais foram as motivações que levaram americanos do Norte e do Sul a se enfrentarem numa guerra total, colocando em risco suas vidas? Por que as lideranças políticas não souberam conduzir os distintos interesses de nortistas e sulistas para um compromisso que evitasse a guerra? O que havia mudado nos Estados Unidos desde a Independência até 1860?

Essas questões foram objeto de muitas interpretações na historiografia norte-americana. A guerra de secessão é o tema mais discutido por historiadores e estudiosos do passado americano, e tendo em vista que o conflito dividiu o país e ainda se mantém vivo na memória e na cultura estadunidense, as interpretações históricas sobre as causas da guerra são muito variadas e controversas.

As explicações são diversas, e cada uma delas coloca uma ênfase particular em aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Uma das visões que teve êxito, principalmente entre historiadores e pensadores dos estados nortistas, era a de que a Guerra Civil foi um conflito moral relacionado com a escravidão. Para esta interpretação, o abolicionismo seria a principal força por trás das motivações dos políticos e habitantes dos estados do Norte, que não aceitavam mais conviver com a instituição da escravidão em seu país.

Apesar das diferentes posições em relação à escravidão serem realmente um fator fundamental para entender o conflito, essa interpretação tem alguns problemas. Ela desconsidera o fato de que a maior parte dos políticos nortistas, inclusive o próprio Abraham Lincoln, não estava interessada em proibir a propriedade escrava nos estados onde ela já existia. A controvérsia era em relação à expansão da escravidão para os novos territórios do Oeste, que vinham sendo incorporados à União desde o início do século XIX. Aliás, é somente no decorrer da guerra, em 1863, que Lincoln decreta a emancipação dos escravos. Até então, firmava a posição de manter intocada a instituição nos estados escravocratas. A posição dos políticos sustentava-se também em boa parte da opinião pública nortista que ou era indiferente em relação à sorte dos escravos ou, mesmo quando entendia que a escravidão era algo errado, tinha uma visão racista e achava que seria temerário libertar a população escrava e conceder direitos de cidadania para os negros. Portanto, o abolicionismo era uma força moral e ideológica de uma parcela pequena da população dos estados do Norte, e poucos políticos expressavam opiniões abolicionistas radicais.

Já se procurou explicar a Guerra Civil pensando-a como a oposição entre uma sociedade agrária e outra industrial. O Sul, cuja economia era baseada na produção agrícola em larga escala, tinha interesses que se tornaram um entrave para o desenvolvimento industrial do Norte. No entanto, existem exemplos históricos abundantes que mostram que uma economia agrária não impede o desenvolvimento industrial, muito pelo contrário. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, tinha na economia capitalista agrária uma fonte crucial para a acumulação de capital que impulsionou a industrialização. Nos Estados Unidos, não faria sentido que os produtores de matéria-prima (os sulistas) entrassem em guerra contra os compradores (nortistas) simplesmente por razões econômicas. Além disso, essa visão não corresponde à forma como o problema foi exposto na época pelos integrantes de cada um dos lados. Os nortistas alegavam que estavam defendendo a unidade nacional, e os sulistas, a autonomia de seus estados.

Alguns historiadores avaliaram que não existia um conflito econômico ou social irreconciliável entre o Norte e o Sul. A Guerra Civil teria acontecido em razão de erros de condução política. Agitadores e políticos irresponsáveis teriam insuflado a opinião pública, levando a um extremismo em questões relacionadas à autonomia dos estados e ao estatuto da escravidão que, de outra maneira, poderiam ser negociadas. Para alguns desses historiadores, a crise do sistema político americano na década de 1850 deu espaço a esses agitadores e políticos irresponsáveis, afastando os moderados que poderiam conduzir o conflito de maneira pacífica. Essa tese foi muito criticada, tanto por subestimar os empecilhos a uma solução negociada quanto por não levar em consideração questões estruturais que foram relevantes, como a escravidão, a diversidade econômica, social e cultural das diferentes regiões norte-americanas e o próprio modelo político federativo que não mais correspondia à dinâmica do desenvolvimento do país.

Por fim, uma tese mais adequada e complexa é a que entende o conflito como resultado da incompatibilidade entre uma sociedade baseada na produção escravista e outra baseada na mão de obra livre. Desde o início do século XIX, os estados nortistas tinham proibido a escravidão e, ao contrário do Sul, tinham uma economia baseada no comércio, na indústria (que cada vez adquiria maior peso) e na pequena e média agricultura, sendo todas as atividades realizadas com mão de obra livre. No Sul, a economia dependia basicamente das *plantations*, nas quais a mão de obra escrava era utilizada em larga escala, para produzir algodão, arroz, tabaco, açúcar, entre outros artigos.

As características econômicas de cada sociedade determinavam interesses distintos por parte dos produtores e políticos do Norte e do Sul. Os nortistas tinham interesse no desenvolvimento do mercado interno, com a construção de ferrovias e outros meios de transporte para interligar as diferentes regiões, a proteção alfandegária contra mercadorias estrangeiras, o fortalecimento de um sistema bancário unificado, isto é, medidas que impulsionassem o desenvolvimento econômico das atividades industriais. Já os proprietários sulistas, cuja riqueza dependia das *plantations*, desejavam o comércio livre com os países europeus (especialmente a Inglaterra, que era a grande compradora do algodão), melhorias nos transportes que facilitassem o escoamento da produção das *plantations* para o mercado externo e a manutenção de um sistema bancário estadual. Essas diferenças relacionadas ao papel do governo federal na economia resultavam da incompatibilidade entre uma economia escravista e outra industrial, baseada na mão de obra livre. Entretanto, essa tese não explica totalmente a Guerra Civil. Em tese, a escravidão não é incompatível com a industrialização. Aliás, nos Estados Unidos, a indústria nortista se desenvolveu desde o início do século XIX a partir de intercâmbios mercantis muito fortes, com a produção escravista do Sul. O algodão barato produzido por escravos era usado na indústria têxtil. Essa tese também não explica por que a Guerra Civil ocorreu apenas na década de 1860, e não antes. Afinal,

desde o início do século XIX as duas regiões tinham características profundamente diferentes, mas, apesar dos eventuais conflitos, conviveram razoavelmente bem até a década de 1850.

Uma tentativa de explicação das origens da Guerra Civil

Como você já deve ter percebido, o debate em torno das causas da Guerra Civil americana é muito controverso. Todas essas teses têm uma parcela de correção. O mais seguro é tentar entender as origens do conflito na confluência de fatores estruturais e conjunturais no decorrer do processo histórico de formação dos Estados Unidos no século XIX. Assim, é possível conjugar fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que explicam a crise.

O sociólogo Barrington Moore Jr., ao buscar uma explicação para a Guerra de Secessão, enfatiza a necessidade de se compreender o desenvolvimento do capitalismo americano no século XIX. Para ele, em 1860, os Estados Unidos contavam com três tipos distintos de sociedade: no Sul, a cultura escravista do algodão; no Norte, uma economia em rápido processo de industrialização; no Oeste, uma terra de homens livres, baseada principalmente na agricultura familiar. Entender de que maneira se relacionavam essas três sociedades com características diferentes no interior de uma mesma nação é fundamental para compreender as origens da Guerra Civil.

A vertiginosa expansão para o Oeste ocorrida ao longo das primeiras décadas do século XIX causou uma série de conflitos. Os colonos na maior parte das vezes se estabeleciam como pequenos e médios agricultores, dependendo da mão de obra familiar e procurando vender sua produção para os mercados do Norte e do Sul. Em alguns momentos, seus interesses colidiam com os interesses urbanos comerciais e financeiros dos nortistas. Enquanto os pequenos agricultores desejavam crédito, acesso facilitado às terras incultas do Oeste e bons preços por seus artigos, os comerciantes e financistas

queriam fazer negócios com as terras, lucrar demasiadamente com os empréstimos e estabelecer preços baixos para os produtos alimentícios comprados. Mas, em outros momentos, os interesses dos agricultores livres do Oeste colidiam com os dos grandes proprietários escravistas do Sul. Estes queriam ocupar as melhores terras e produzir em larga escala com o uso da mão de obra escrava, enquanto os primeiros consideravam essa prática como uma concorrência desleal, que dificultava o seu estabelecimento como agricultores independentes.

Por outro lado, como já desenvolvemos anteriormente, os interesses sulistas e nortistas divergiam basicamente em razão das diferentes necessidades que uma economia escravista e outra em vias de industrialização impunham às políticas do governo federal. Todos esses conflitos marcaram a história americana, desde a Independência até a Guerra Civil. A solução encontrada pelos líderes políticos foi manter um equilíbrio entre os estados livres e os estados escravocratas. A expansão para o Oeste tornava esse equilíbrio instável, pela contínua incorporação de novos territórios e novos representantes. Um momento de crise, que nós já estudamos na Aula 2, foi solucionado com o Compromisso do Missouri, de 1820.

Após a vitória na Guerra do México na década de 1840, um enorme território foi incorporado aos Estados Unidos. Isso trouxe à tona novamente o problema para os congressistas: os territórios conquistados seriam admitidos à União como estados livres ou escravocratas? Em 1846, logo após o início da Guerra do México, o congressista David Wilmot, democrata da Pensilvânia, propôs um projeto para proibir a escravidão nos territórios que viessem a ser tomados do México, que ficou conhecido como a Ressalva Wilmot. Assim, ele lançou o movimento do solo livre, a partir de críticas à instituição da escravidão e de preconceito racial. Ele entendia que os novos territórios deveriam ser colonizados apenas por homens brancos, sem a concorrência supostamente desleal de escravos e negros.

Muitos democratas e **whigs** dos estados do Norte apoiaram a chamada Ressalva Wilmot. Assim, pela primeira vez de maneira tão contundente, o bipartidarismo dá sinais de desgaste, e a divisão política se torna seccional (isto é, representantes do Norte contra os do Sul). Embora a administração do presidente Polk tenha logrado reverter muitos votos democratas e assim derrotar a Ressalva Wilmot, esse movimento prenunciou a crise que estaria por vir.

Na eleição de 1848, democratas e *whigs* nortistas que tinham apoiado até o fim a Ressalva Wilmot abandonaram seus partidos e sustentaram o Partido do Solo Livre, cuja proposta principal era a contenção da expansão da escravidão, tendo como base política os estados nortistas. O vencedor da eleição foi o General Zachary Taylor, candidato dos *whigs*, que procurou evitar uma discussão explícita sobre a questão da escravidão nos territórios. Apesar de o Partido do Solo Livre não ter vencido em nenhum dos estados, conseguiu uma boa quantidade de votos e saiu fortalecido.

Enquanto isso, a Guerra do México havia sido vencida e o problema do estatuto da escravidão nos territórios conquistados se tornou mais urgente. Após uma série de debates e controvérsias, a maior parte dos congressistas chegou a um acordo, e foi aprovado o Compromisso de 1850. A Califórnia foi admitida como estado livre, e os habitantes de Utah e Novo México votariam sobre o estatuto da escravidão em seus estados (conforme o princípio da soberania popular).

Whigs

Assim eram chamados os integrantes do Partido Whig, que se opunha ao Partido Democrata entre as décadas de 1830 e 1850 nos Estados Unidos. Em 1841 e em 1849 conseguiu eleger dois presidentes, William Harrison e Zachary Taylor. Ambos acabaram falecendo durante o exercício do mandato e foram substituídos pelos vice-presidentes John Tyler e Millard Fillmore, também membros do Partido Whig.



O Compromisso de 1850

Além da definição do estatuto da escravidão nos territórios conquistados do México, outras questões foram incluídas no Compromisso de 1850, como uma tentativa de distribuir compensações para todos os lados, apaziguar as disputas e solucionar temporariamente a crise política. O grande artífice do acordo foi o senador Henry Clay, do Kentucky, já conhecido por suas habilidades conciliatórias, o que lhe valeu o epíteto de O Grande Pacificador. Uma disputa sobre a fronteira entre o Novo México e o Texas foi resolvida a favor do Novo México, mas garantindo ao Texas, como contrapartida, a transferência de sua dívida estadual para o governo federal. A comercialização de escravos foi proibida no Distrito de Colúmbia (onde ficava a capital federal, Washington), uma exigência dos críticos da escravidão. Em troca, foi promulgada uma nova lei para escravos fugitivos, que favorecia os proprietários e dificultava a vida dos negros livres suspeitos de serem escravos fugidos. Assim, com compensações para todos os lados, o Compromisso de 1850 foi aprovado. Mas a trégua não duraria muito tempo.

Em 1854, voltou-se a discutir o *status* da escravidão no Oeste, agora nos territórios de Kansas e Nebraska. O senador democrata Stephen Douglas propôs que se aplicasse o princípio da soberania popular, tal como havia sido feito antes nos casos de Utah e Novo México. Entretanto, Kansas e Nebraska estavam localizados acima da linha do Compromisso do Missouri de 1820, isto é, em uma

Tal cisão na estrutura bipartidária norte-americana abriu espaço para o surgimento do Partido Republicano. Formado por alguns antigos *whigs* nortistas e membros do Partido do Solo Livre, o Partido Republicano se mostrou bem estruturado já no início de 1856. Seu programa baseava-se em parte nos *whigs*, mas rechaçava claramente a expansão da escravidão. Os republicanos entendiam que o Oeste deveria ser uma terra de oportunidades para os trabalhadores livres brancos, enfatizando o fato de que o trabalho escravo era uma concorrência desleal que impedia o desenvolvimento comercial e industrial da região.



O sistema partidário norte-americano

O sistema partidário dos Estados Unidos passou por diversas transformações, desde a independência. No entanto, uma forte característica se manteve: o bipartidarismo. Em geral, desde o século XIX até os dias de hoje, dois grandes partidos contam com a adesão e os votos da população norte-americana. Atualmente, o Partido Democrata (do atual presidente Barack Obama e de ex-presidentes famosos como Franklin Delano Roosevelt e John Kennedy) e o Partido Republicano (dos ex-presidentes George W. Bush e Richard Nixon) disputam a hegemonia política. Ambos os partidos surgiram ainda no século XIX, antes da Guerra Civil, mas suas propostas políticas e ideologias mudaram bastante. Se hoje o Partido Democrata pode se orgulhar de contar com o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos, durante todo o século XIX ele foi dominado pelos defensores da escravidão e da segregação racial. Já o Partido Republicano, que

teve presidentes marcadamente reacionários e direitistas nas últimas décadas, como Nixon, Ronald Reagan e os Bush (pai e filho), surgiu alguns anos antes da Guerra Civil com uma proposta antiescravista. Entre seus presidentes de destaque figura Abraham Lincoln, que ficou conhecido como O Grande Emancipador. São as ironias da história...

Na eleição de 1856, as linhas divisórias entre Norte e Sul já se mostraram com clareza. Os republicanos dependiam praticamente do apoio dos estados nortistas, sem contar com delegados do Extremo Sul, enquanto os democratas, embora ainda contassem com razoável peso no Norte, dependiam cada vez mais dos estados sulistas. O candidato democrata Buchanan venceu, mas os republicanos fizeram larga votação nos estados nortistas.

Divisões profundas entre as sociedades sulista e nortista passaram a ter expressão política. Diferenças culturais também foram importantes. As igrejas estavam divididas, com as congregações do Norte afirmando que a escravidão era um pecado, e os pastores sulistas defendendo a escravidão com base na Bíblia e na tradição. As diferentes posições apareceram também na literatura. Alguns escritores produziam romances que louvavam a civilização sulista e o seu modo de vida, enquanto do outro lado surgia uma literatura abolicionista militante, tendo como grande expressão o livro *A cabana do Pai Tomás*, escrito por Harriet Beecher Stowe em 1852. Outros episódios, como o caso Dred Scott, a controvérsia de Lecompton (uma disputa acirrada sobre a votação do *status* da escravidão na constituição do Kansas) e o movimento liderado por John Brown (um abolicionista que em 1859 tomou uma fábrica de armas na Virgínia e tinha como plano armar a população escrava para iniciar uma guerrilha) fizeram com que os ânimos se exaltassem. O cenário da guerra estava armado.



O caso Dred Scott

Dred Scott era um escravo do Missouri que foi levado por seu proprietário para o território de Wisconsin, na década de 1830. Quando seu proprietário morreu, Dred Scott solicitou a sua liberdade no tribunal, argumentando que tinha vivido durante muitos anos em uma região onde a escravidão era ilegal, conforme o estabelecido no Compromisso do Missouri. O caso Dred Scott *versus* Sandford foi levado para o Supremo, que decidiu em 1857 não aceitar a alegação de Scott. Alegou-se, em primeiro lugar, que o escravo não era cidadão e, portanto, não teria direito a entrar com alguma ação nos tribunais federais. No segundo ponto, o Supremo entendeu que, ainda que Scott pudesse ter entrado com uma ação, ele não teria direito à liberdade, porque o Congresso não tinha poderes para proibir a escravidão no território do Wisconsin. Na prática, o Supremo declarou o Compromisso do Missouri como inconstitucional. Em 1857, esse caso acirrou ainda mais os ânimos. Os republicanos denunciaram a decisão do Supremo como um crime, um julgamento imoral. Esse caso e suas repercussões se tornaram mais um combustível para alimentar a explosão que estava prestes a ocorrer.



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:DredScott.jpg>

A eleição do candidato do Partido Republicano Abraham Lincoln em 1860, com uma plataforma fortemente contrária à expansão da escravidão para o Oeste, foi o estopim. Os sulistas entenderam que todo o seu modo de vida estava ameaçado.

Para compreender as causas de uma guerra tão impactante e violenta é necessário levar em consideração esses fatores estruturais e conjunturais. O desenvolvimento de sistemas econômicos diferentes no Norte e no Sul, com posições incompatíveis em relação à expansão da escravidão, consiste na moldura geral que enquadra a situação. A necessidade de controlar as políticas federais (alfandegária, bancária, de investimentos nos meios de transporte) acirrava a disputa política pelo controle do governo federal e das decisões no congresso, colocando em questão o grau de autonomia dos estados e as margens de ação da União. A progressiva colonização do Oeste ao longo do século XIX dificultou a manutenção do equilíbrio estabelecido entre os estados escravistas e os livres desde a época da Independência. Na década de 1850, todos esses fatores se somaram em um contexto de crise política. A aliança dos interesses nortistas com os dos agricultores livres do Oeste, expressos pela plataforma que elegeu Abraham Lincoln, reforçou a posição nortista, e isolou os políticos sulistas, que consideraram que a separação da União era a única maneira de manter a sua “civilização”.

Resposta Comentada

O aluno pode responder a essa questão articulando de maneira diferente cada um dos fatores listados. Dependendo dos fatores escolhidos, a forma de responder à questão será distinta.

Em relação ao primeiro fator, é importante identificar que, ao longo do século XIX, a economia norte-americana assumiu características distintas em cada uma das regiões. No Sul, a economia era predominantemente agrícola, baseada na produção em larga escala de gêneros para a exportação, como o algodão. Tal produção era realizada nas *plantations* e o trabalho era realizado pelos escravos. Portanto, a economia sulista era escravista. No Norte, foi desenvolvido um sistema comercial e manufatureiro baseado no trabalho livre, que rapidamente entrou em processo de industrialização, especialmente a partir da década de 1830. Cada um destes sistemas econômicos (produção escravista de gêneros agrícolas para a exportação no Sul e produção industrial baseada no trabalho livre no Norte) tinha necessidades distintas que, em determinados momentos, entraram em conflito e ajudaram a explicar a crise da secessão.

O segundo fator também é importante. A expansão para o Oeste obrigou a uma reformulação do compromisso político elaborado após a independência, que previa um equilíbrio entre estados escravistas e livres. Ao mesmo tempo, a expansão possibilitou um crescimento demográfico e econômico marcante nos Estados Unidos, o que acabou por incentivar o desenvolvimento da economia nortista e ajudou a colocá-la em uma posição de superioridade em relação à economia sulista.

Esse fator (expansão para o Oeste) também ajuda a compreender o terceiro, a escravidão. A abolição da escravidão não era exatamente um objetivo do Partido Republicano ou do presidente Lincoln no início da guerra. A plataforma do Partido Republicano na eleição de 1860 visava proibir a expansão da escravidão nos estados do Oeste. Portanto, o cerne da discórdia entre sulistas e nortistas não era a escravidão nos estados onde ela já existia, e sim o estatuto da escravidão nos novos territórios incorporados à União.

Assim, chega-se ao quarto fator, a questão da unidade nacional. Para Lincoln e para o Partido Republicano, a secessão dos estados sulistas era considerada uma rebelião, que visava destruir a unidade nacional e que feria a Constituição. Mais de uma vez Lincoln negou que o motivo da guerra era a escravidão, para ele estava em jogo a unidade nacional e o respeito à Constituição.

Por fim, o quinto fator está relacionado à forma como todos esses fatores entravam em cena no jogo político: a disputa pelo controle do governo e das políticas federais. Enquanto se manteve, embora com alguns percalços, o equilíbrio entre estados escravistas e livres, entre os interesses econômicos e políticos do Sul e do Norte, a unidade nacional não sofreu abalos. Apesar dos

diversos fatores (sociais, econômicos e culturais) que afastavam o Sul e o Norte, os Estados Unidos se mantiveram como uma União Federal próspera e estável. Quando esse equilíbrio foi rompido, com a eleição de Abraham Lincoln, os sulistas decidiram que a única saída era a secessão. Seus interesses não seriam mais contemplados pelas políticas do governo federal e a guerra era a única saída. Portanto, esse conjunto de fatores ajuda a explicar as origens da Guerra Civil americana.

O impacto da guerra na formação dos Estados Unidos: escravidão, organização política e estrutura econômica norte-americana

As forças e fraquezas da União e da Confederação

A guerra foi prolongada e provocou imenso desgaste entre a população norte-americana. A União tinha uma grande vantagem em termos de população (cerca de 23 milhões de habitantes contra aproximadamente 9 milhões dos confederados, sendo que 40% destes eram escravos) e poder econômico (uma indústria forte e diversificada, capaz de suprir rapidamente o exército, além de uma agricultura bem diversificada, para garantir a alimentação dos soldados e da população em geral). Por outro lado, a Confederação tinha um objetivo de guerra mais simples: precisava defender seu território para conquistar a independência. Assim, os confederados tinham um conhecimento melhor do terreno das batalhas e poderiam contar, teoricamente, com o apoio da população civil. O caráter ideológico da guerra também favorecia os sulistas, que podiam

alegar que estavam defendendo sua pátria contra os invasores ianques. Não menos importante para os confederados era o fato de contarem com uma maior quantidade de oficiais de alta patente que, em razão de sua origem sulista, se demitiram do Exército dos Estados Unidos e ingressaram nas forças da Confederação.

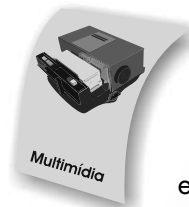
Contando com essas vantagens iniciais e, principalmente, com as dificuldades da União em estabelecer uma estratégia militar adequada, os confederados obtiveram algumas vitórias importantes em 1861 e 1862, principalmente no estado da Virgínia, onde a capital da Confederação, Richmond, era defendida com unhas e dentes. Contudo, a União já nessa época obteve avanços importantes em outras frentes, sobretudo no vale do Mississippi e em batalhas navais na Costa Leste e em Nova Orleans, colocando em prática o plano Anaconda, que consistia em isolar e dividir os estados da Confederação, por meio de bloqueio naval e do controle dos rios Mississippi e Tennessee.

A política diplomática dos confederados não surtiu o efeito desejado. Seus líderes acreditavam que contariam com apoio dos ingleses e franceses, que dependiam substancialmente do algodão sulista para o suprimento de suas indústrias. No entanto, as potências europeias mantiveram a neutralidade e se recusaram a reconhecer a Confederação como um país independente. No início de 1863, com o fracasso das negociações, os confederados cortaram relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

Assim, em 1863 a União já estava em franca vantagem no embate com as forças sulistas, mas estas resistiram bravamente até 1865, quando os confederados abandonaram Richmond, e o general Lee, que comandava as principais forças sulistas, finalmente se rendeu em Appomattox. Ainda restavam algumas tropas dispersas e fracas dos confederados, que acabaram por se render logo depois.

Alguns fatores explicam a derrota dos confederados. O primeiro deles é a disparidade populacional e econômica. A quantidade de potenciais recrutas para a União era muito maior.

A economia sulista, que conseguiu resistir nos dois primeiros anos de guerra, entrou em plena decadência no ano de 1863. Faltavam alimentos para os soldados e para a população, fazendo com que o moral das tropas e o apoio civil ficassem debilitados. A política diplomática sulista não obteve sucesso, como vimos. E, ao contrário do presidente Lincoln, que soube liderar a União durante a guerra, o presidente dos confederados, Jefferson Davis, não conseguiu articular o apoio político necessário para enfrentar os desafios do conflito. Mas, talvez, nenhuma dessas vantagens da União e fraquezas da Confederação teria determinado os rumos da guerra se os escravos não tivessem participado decisivamente dos eventos.



Existem várias páginas na internet que tratam da Guerra Civil americana. A maior parte delas está em inglês, mas vale a pena você consultá-las para acessar fotos, gravuras, mapas, charges, cartas, jornais e mais uma grande diversidade de fontes da época, além de informações sobre o conflito. Anote as dicas!

http://www.gettysburg.edu/library/gettdigital/civil_war/civilwar.htm

<http://www.civilwar.com/>

<http://www.civil-war.net/>

A emancipação e a participação militar dos escravos

Você já sabe que a escravidão foi uma das questões mais importantes para entender a Guerra Civil. Agora vamos analisar com mais detalhes de que maneira se desenvolveu a política emancipacionista e como ocorreu a participação dos escravos durante a guerra.

Embora sendo totalmente contrário à expansão da escravidão para o Oeste, o presidente Abraham Lincoln e a maior parte do Partido Republicano não defendiam a abolição nos estados escravistas. Na campanha presidencial e nos primeiros discursos que fez como presidente, já iniciada a guerra, Lincoln assegurou que os direitos dos proprietários de escravos seriam respeitados. Havia inclusive alguns estados escravistas que se mantiveram leais à União, como era o caso de Maryland, Delaware, Kentucky e Missouri. Refletindo uma posição bastante moderada e inclusive com certo viés racista (que receava conceder a liberdade e os direitos de cidadania para a população negra), Lincoln assegurava que a Guerra Civil era uma luta pela manutenção da união nacional, na qual os negros não tinham lugar. Assim, os republicanos radicais abolicionistas tinham pouco peso na política oficial da União.

Os escravos e os negros livres, porém, não deram ouvidos aos discursos iniciais de Lincoln. Aproveitaram a nova situação para transformar a guerra, junto com seus aliados abolicionistas, em uma luta pela liberdade, conforme explica o historiador Ira Berlin. No início, os negros livres do Norte se organizaram e já perceberam que a guerra poderia trazer o fim da escravidão. Organizaram milícias voluntárias e se prepararam para auxiliar a União. Os escravos e negros livres do Sul, por outro lado, se mantiveram inicialmente ao lado dos seus senhores, certamente inseguros quanto aos resultados da luta que se iniciava. Ao mesmo tempo, também não confiavam nos homens brancos do Norte, que na verdade não estavam todos comprometidos com a defesa dos direitos dos escravos. Alguns escravos sulistas chegaram inclusive a auxiliar os exércitos confederados nas batalhas, construindo fortes, carregando equipamentos e alimentos, limpando acampamentos e realizando muitas tarefas.



Os escravos começam a se rebelar

Se a maior parte dos escravos se mantinha cautelosa, aos poucos eles perceberam a mudança na situação. Muitos começaram a fugir e a se apresentar em acampamentos federais, oferecendo auxílio e serviço militar em troca da liberdade. Mas os oficiais e autoridades federais normalmente devolviam esses escravos a seus proprietários, seguindo fielmente a política estabelecida por Lincoln. Isso causou certa tensão no exército da União: os soldados achavam que não era correto devolver escravos que tinham oferecido ajuda em uma guerra difícil, enquanto os confederados utilizavam livremente a mão de obra cativa no seu esforço de guerra. Além disso, muitos soldados tornaram-se, com a prática, abolicionistas, pois viam o sacrifício dos escravos e a crueldade que estava sendo praticada ao devolvê-los aos seus proprietários (quando poderiam ser brutalmente castigados).

À medida que a guerra se prolongou e os líderes da União perceberam que seria mais difícil vencer do que o previsto inicialmente, os clamores abolicionistas e a resistência prática empreendida pelos escravos no Sul impactaram a política oficial de Lincoln. Em 22 de setembro de 1862, o presidente fez a proclamação preliminar de emancipação, estabelecendo que, a partir de primeiro de janeiro do ano seguinte, todos os escravos dos estados ainda em rebelião seriam declarados livres. Apesar de não ser uma emancipação total, afinal os escravos dos estados da União e dos já ocupados por forças federais não foram contemplados, tornou-se claro para a população negra que a abolição estava próxima.

A partir dessa época, milhares de homens e mulheres negros fugiram das plantações no Sul e buscaram liberdade e proteção dos exércitos da União. Talvez um quarto da população escrava tenha obtido a liberdade ainda durante a guerra, e podemos imaginar o quanto essa perda de mão de obra dificultou a economia sulista. Aproximadamente 200 mil escravos negros serviram nas forças armadas da União e contribuíram decisivamente para a vitória. Até o início de 1863, pouquíssimos negros eram efetivamente soldados; a grande maioria atuava em tarefas auxiliares, conforme a crença da maioria dos brancos nortistas de que o serviço militar era destinado para os brancos. Porém, a proclamação de Lincoln permitia que homens negros fossem alistados regularmente no exército, e a partir de então a política de recrutamento de ex-escravos e negros livres teve muito sucesso.

A contribuição decisiva dos soldados negros para o fortalecimento da União na guerra abriu caminho para a incorporação da abolição como parte da política de Lincoln. Na eleição de 1864, ainda em plena guerra, a plataforma de sua campanha incluiu a emancipação. Lincoln trabalhou com afinco para a aprovação da 13ª Emenda, que proibia qualquer tipo de servidão involuntária nos Estados Unidos, passando assim para a história como “o grande emancipador”.



A 13ª emenda à Constituição americana, promulgada em 1865, diz o seguinte:

1. Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão nem servidão involuntária, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado; 2. O Congresso terá poder para executar este artigo por meio de legislação apropriada.



Figura 3.3: Trabalhadores negros no cais – James River, Virgínia.
 Fonte: <http://www.civilwarphotogallery.com/displayimage.php?album=23&pos=2>

Impactos da guerra

Ao fim da guerra, quatro milhões de escravos tinham sido libertados. Os estados do extremo sul (O Reino do Algodão) que viviam uma era de grande prosperidade baseada no cultivo de algodão com a mão de obra escrava no período anterior à guerra enfrentariam enormes dificuldades para reorganizar sua economia a partir de um novo sistema de trabalho. Mas não eram apenas econômicos os desafios. Quais direitos políticos e civis os negros recém-libertados poderiam exercer? Todos estes desafios estiveram no âmago do processo da Reconstrução, que dominou o Sul na década posterior ao conflito. Embora a Guerra Civil tenha definitivamente destruído a escravidão nos Estados Unidos, os negros ainda ocupariam os piores postos de trabalho, sofreriam cotidianamente com o racismo e teriam direitos e uma inserção extremamente controlada na sociedade americana.

Dois outros processos que a Guerra Civil trouxe consigo apresentaram resultados mais evidentes. O governo federal passou a ter ampla autoridade constitucional para intervir nos estados. Embora estes ainda tivessem um grau bastante elevado de autonomia, a supremacia do governo central se tornou muito forte, redefinindo o pacto nacional e fazendo com que os Estados Unidos se tornassem efetivamente um Estado nacional.

O segundo processo foi econômico. Já durante a guerra, um conjunto de leis que até então eram entravadas pelas disputas seccionais foram promulgadas. O objetivo era fortalecer e coordenar o desenvolvimento econômico do país. Basicamente, tratava-se do apoio e da proteção do Estado ao comércio, à indústria e à agricultura, rejeitando os princípios do ***laissez-faire*** que eram tão caros aos plantadores sulistas. As tarifas alfandegárias passaram a proteger a economia interna, foi criada uma lei para encorajar a colonização do Oeste (concedendo terras a preços módicos para os colonos), e amplas faixas de terra e outros subsídios foram dados pelo governo às companhias ferroviárias, que, por sua vez, puderam ampliar as linhas e interligar a costa leste ao Pacífico. Também foi criado um sistema bancário e uma moeda nacional.

Todas essas modificações abriram espaço para o desenvolvimento das empresas privadas. A proteção contra a concorrência de produtos estrangeiros e o fim das restrições jurisdicionais dos estados, aliados ao fortalecimento do sistema de transporte interno e ao aumento da demanda provocada pela colonização do oeste e pela imigração, deram um enorme impulso ao desenvolvimento industrial. Grandes corporações puderam surgir com as transformações ocasionadas pela Guerra Civil, formatando uma das características que marcariam a história dos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX.

Laissez-faire

Expressão francesa que significa “deixar fazer”. É utilizada para designar a doutrina ou a política econômica que favorece o livre mercado e se opõe à regulamentação da economia e à intervenção estatal.

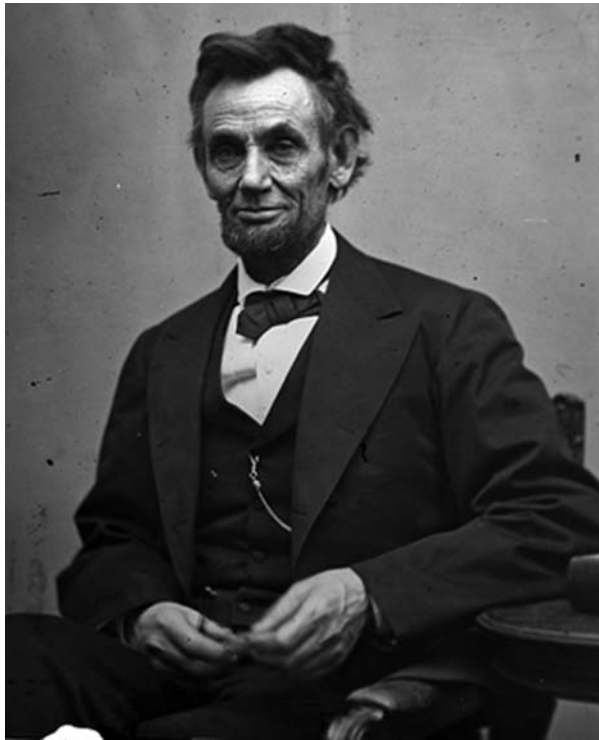


Figura 3.4: Retrato do presidente Abraham Lincoln, 5 de fevereiro de 1865.

Fonte: <http://www.civilwarphotogallery.com/displayimage.php?album=6&pos=0>

CONCLUSÃO

O desenvolvimento dos Estados Unidos após a Independência foi, de certa maneira, paradoxal. A vitória contra a Inglaterra deu origem ao primeiro estado independente nas Américas, o primeiro a romper com o domínio colonial europeu. Ao mesmo tempo, surgiu uma nação cujos princípios baseados na soberania popular e na democracia serviriam de inspiração e modelo para muitos países e líderes políticos das Américas ao longo do século XIX. No entanto, a nação americana, supostamente livre e democrática, nasceu sob o signo de uma grande injustiça: a escravidão. Os estados que

mantiveram o sistema de trabalho escravo prosperaram após a Independência, mais do que em qualquer época do período colonial. A base política que sustentou tal modelo de desenvolvimento foi o federalismo, no qual os estados tinham uma grande autonomia para decidir uma série de questões. A Guerra Civil americana pode ser explicada no âmago destas contradições: um país que se diz democrático, mas que mantinha em uma parte do seu território um sistema escravista forte. Um país economicamente promissor e em vias de industrialização que não contava com um governo federal centralizado e forte para coordenar o desenvolvimento econômico industrial. A Guerra Civil, que dividiu o país e deixou em seus rastros mais de 600 mil mortos, teve como resultado a superação dessas condições. Os escravos foram emancipados, o governo federal avançou sobre a autonomia dos estados e a industrialização deslanchou. Os Estados Unidos se tornaram uma grande nação democrática, livre e economicamente poderosa. Porém, a população negra não desfrutaria plenamente de seus direitos. A classe trabalhadora e os pequenos produtores também se veriam pressionados por um sistema que favorecia os ricos capitalistas. E a democracia seria manchada pela corrupção e conivência das autoridades governamentais com as grandes corporações. Enfim, novas contradições para uma nova época da história americana.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Você viu, na primeira parte desta aula, que a abolição da escravidão não era um compromisso do presidente Lincoln e nem o motivo pelo qual a União lutou durante a Guerra Civil. Já na segunda parte, você conheceu a 13ª Emenda. Explique, então, como foi possível a aprovação desta última ao fim da guerra.

tornava-se mais evidente a necessidade do apoio da população escrava e negra em geral. Assim, em fins de 1862, Lincoln proclamou preliminarmente a emancipação, definindo que, a partir do ano seguinte, todos os escravos dos estados rebeldes seriam declarados livres. Essa declaração fez com que uma enxurrada de escravos fugisse e se alistasse no exército da União. Cerca de 200 mil deles serviram e contribuíram decisivamente para a derrota dos confederados. Essa enorme contribuição fez com que Lincoln incorporasse a abolição total da escravidão nos Estados Unidos como parte fundamental de sua política, o que acabou se concretizando com a aprovação da 13ª Emenda no final da guerra.

RESUMO

Em 1861, os estados escravistas do Sul dos Estados Unidos iniciaram um movimento secessionista, separando-se da União. O estopim para tal movimento foi a eleição, em fins do ano anterior, do presidente Abraham Lincoln pelo Partido Republicano, com uma plataforma que rechaçava a expansão da escravidão para os novos territórios do Oeste americano. Até 1865, desenrolou-se a Guerra Civil americana, que colocou em lados opostos a União (majoritariamente composta pelos estados do Norte) e a Confederação (nova unidade política formado pelos estados secessionistas do Sul). Após uma longa luta que deixou mais de 600 mil mortos e várias partes do país, especialmente no Sul, arrasadas, a União derrotou os confederados.

As tensões relacionadas com o desenvolvimento americano no século XIX explicam a Guerra Civil. O equilíbrio político entre estados escravistas e livres estabelecido no início do século XIX foi sendo colocado em xeque à medida que os territórios do Oeste eram colonizados. A discussão sobre o estatuto da escravidão nos novos estados colocou em lados opostos os nortistas e os sulistas,

configurando a divisão do país. Outras questões também separavam os interesses do Sul e do Norte, sobretudo a política alfandegária, o sistema de transportes e os sistemas bancário e monetário.

Com a guerra e a vitória da União, os Estados Unidos passaram por uma profunda transformação. A unidade nacional foi garantida, com o governo federal assumindo um papel mais decisivo e forte na condução dos assuntos nos estados. As reformas econômicas desejadas pelos nortistas foram aplicadas, impulsionando o desenvolvimento industrial e a formação de grandes corporações. O protagonismo dos escravos e negros livres e seu papel decisivo para a derrota dos confederados na guerra abriu espaço para a aprovação da 13ª Emenda, que extinguiu a escravidão em todos os Estados Unidos. Enfim, o país que emergiu da Guerra Civil era bem diferente daquele idealizado pelos pais fundadores na época da Independência americana.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós estudaremos a revolução em São Domingos, que formou o Haiti, o primeiro estado independente liderado por ex-escravos nas Américas. Até lá!

Aula 4

O Caribe na era das revoluções – o caso haitiano

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar o contexto da formação da república do Haiti, no início do século XIX, explicitando o caráter revolucionário do processo de emancipação da escravidão nessa região.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar o processo de emancipação da escravidão e a posterior ruptura colonial, que conduziram à formação do Estado haitiano;
2. demonstrar habilidade para relacionar o conteúdo da aula à análise de fontes primárias sobre a formação do Estado haitiano.

INTRODUÇÃO

Escrevo esta aula sob o impacto das notícias e imagens que chocaram o mundo após um terremoto de grande magnitude, responsável pela devastação de parte do Haiti, em janeiro de 2010. Na mídia, circula amplamente a imagem da extrema pobreza haitiana, e o país é muitas vezes lembrado como o “mais miserável das Américas” ou como aquele que paga o preço de ser o único “Estado negro fora da África”.

Junto ao choque e à comoção, circulam também na mídia algumas versões sobre a história do país, nem sempre baseadas em pesquisa ou conhecimento dos fatos, mas muitas vezes reveladoras de imagens preconcebidas sobre aquela região do Caribe. Uma destas versões foi divulgada pela jornalista Barbara Gancia, de São Paulo, enquanto comentava notícias vindas do Haiti em um programa matinal da Rede Bandeirantes. De acordo com a jornalista, o Haiti se tornou independente da França através da ação de um grupo de negros dos Estados Unidos, que de lá fugiram para fazer uma revolução e fundar o Estado haitiano.

Não pense que cito esse exemplo para implicar com os jornalistas. Pelo contrário, sou grande admiradora da carreira, que muitas vezes pensei em seguir. Cito o exemplo, na verdade, para pensar no quanto a imprecisão histórica nele contida pode ser reveladora. Veja: os principais líderes da independência haitiana não eram negros americanos fugitivos, como acreditou Barbara. Alguns desses líderes até haviam estado nos Estados Unidos, integrando as tropas do exército francês que apoiaram as treze colônias na luta contra a Inglaterra, após 1776. Mas não foram negros norte-americanos fugitivos que lideraram a Revolução Haitiana. Essa versão da História é, a meu ver, marcada por uma dificuldade de enxergar o Haiti como país autônomo, no passado e no presente. Afinal, o Haiti é hoje tão pobre e desprovido de quase tudo que facilmente se projeta esse fato no passado: nem a revolução eles puderam fazer... Foi preciso que alguns negros viessem dos Estados Unidos para conduzir o processo de emancipação e independência.

Nesta aula, gostaria de discutir outras visões da história haitiana, inspirada por uma série de questões: como a Revolução Francesa influenciou os caminhos da independência haitiana? Como a revolta escrava de São Domingos (antigo nome da região que hoje conhecemos como Haiti), por sua vez, influenciou os rumos da Revolução Francesa? Como se discutiu a questão da escravidão nas colônias em meio ao processo revolucionário? Quem foram os principais líderes da independência haitiana? Que projetos eles articularam para o primeiro Estado negro das Américas?



Para estudar a Revolução Haitiana você precisa enfrentar uma massa de dados factuais importantes. Para tanto, recomendo muito especialmente a leitura dos capítulos V e VI do admirável livro de Robin Blackburn, intitulado *A queda do escravismo colonial*. Parte significativa desta aula, aliás, tem por base esse texto.

A colônia de São Domingos em tempo de revolução

No final do século XVIII, São Domingos era a joia da Coroa francesa no Caribe. A ilha contava com cerca de 465 mil escravos em 1789 (africanos, em sua maioria), além de 30 mil brancos e aproximadamente 28 mil negros e mulatos livres. Muitos desses homens livres, brancos e não brancos, eram proprietários armados para defender a escravidão nessa que era a mais produtiva das colônias do Caribe, com uma economia largamente sustentada pela *plantation* açucareira, e, em menor medida, pela produção de café.

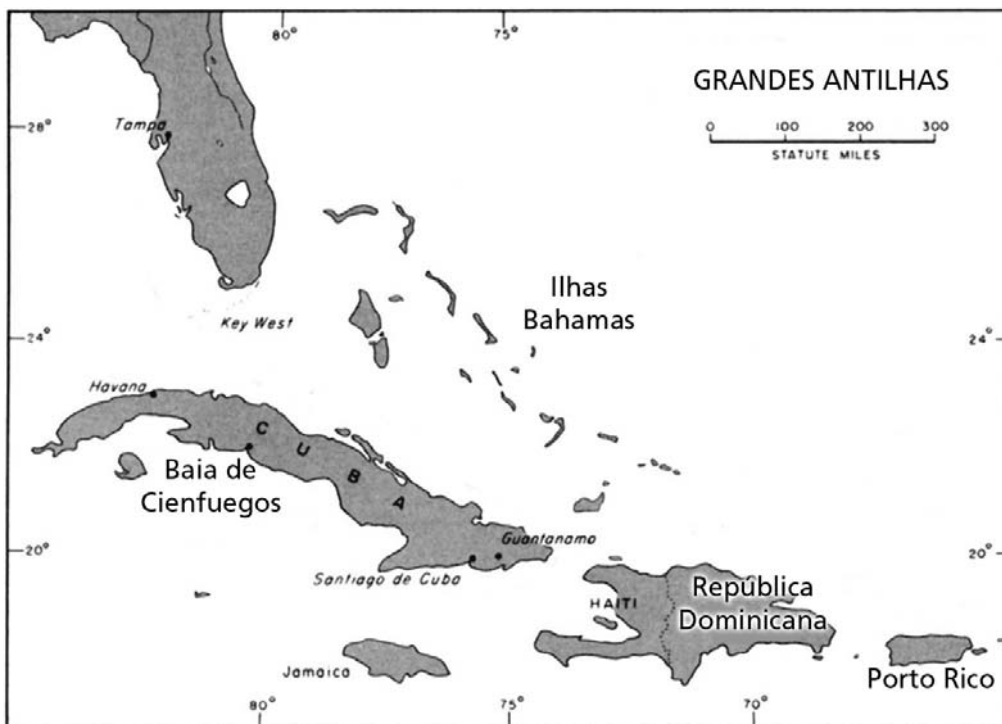


Figura 4.1: Mapa atual da região das Antilhas, no mar do Caribe. No final do século XVIII, o Haiti era chamado de São Domingos e a atual República Dominicana era Santo Domingo, colônia espanhola.

Fonte: http://thelouvertureproject.org/index.php?title=File:Greater_antilles_and_florid.jpg

Na metrópole, nesse mesmo ano de 1789, foi lançada a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um manifesto que expunha o descontentamento da burguesia em relação aos tradicionais privilégios do Antigo Regime francês. A Declaração assegurava a propriedade privada como um direito natural e inviolável, afirmava que os homens eram iguais perante a lei e ainda que todos os cidadãos tinham direito de participar na elaboração das leis, através de representantes.

Os ecos dessas primeiras formulações da ideologia revolucionária chegaram às colônias francesas do Caribe ainda em 1789, gerando divisões entre os proprietários: alguns defendiam a causa da metrópole e lutaram pela monarquia no decorrer dos acontecimentos revolucionários, enquanto outros enxergaram naquela conjuntura a possibilidade de lutar pela ruptura colonial. A revolução enfraqueceu o controle da metrópole sobre o regime

colonial e estimulou, como ressalta R. Blackburn, uma feroz e prolongada disputa entre as diferentes facções de proprietários que compunham a sociedade de São Domingos.

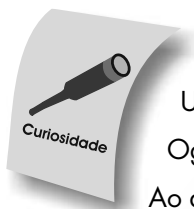


É fundamental ter em mente as diferentes conjunturas da Revolução Francesa para compreender o processo de independência do Haiti. Uma leitura acessível é o pequeno livro de E. Hobsbawm editado

Que facções eram essas? Os grupos leais à Coroa francesa eram geralmente compostos pelos grandes proprietários, seus representantes e pelos membros do aparato civil da administração colonial. Havia também o grupo conhecido como *petit blancs* (pequenos brancos, em tradução literal), formado por produtores residentes que cultivavam vínculos com a França, mas ansiavam pelo comércio livre e pela autonomia política. Além disso, é preciso lembrar que, em São Domingos, as pessoas “livres de cor” (termo usado na época para designar os mulatos e negros livres) formavam um grupo tão numeroso quanto o dos colonos brancos. Entre estes, muitos eram expressivos proprietários de terras e de escravos. Assim, pode-se pensar que brancos e negros livres aliavam-se como componentes da classe proprietária de escravos, mas dividiam-se em meio às tensões raciais gerais: os brancos, inclinados a irritar-se com o sucesso de um proprietário ou de um advogado negro, alimentavam rancores que se tornaram mais pronunciados no momento em que se falava de igualdade política na França e nas colônias. Os proprietários negros e mulatos, por sua vez, enxergavam, naquela mesma conjuntura, a possibilidade de ampliação de seus direitos políticos, uma vez que desfrutavam do *status* de homens livres.

A escravidão não esteve no centro dos debates de São Domingos até 1791, quando uma grande revolta escrava fez a classe proprietária perceber que os ideais de liberdade haviam sido compreendidos também pelo setor escravo. Embora a sociedade **Amis des Noirs** discutisse o abolicionismo nas colônias francesas desde 1788, a primeira grande revolta contra a escravidão surgida na esteira da Revolução Francesa só ocorreria de fato no verão de 1791, quase no fim da colheita.

Em 1788, foi fundada em Paris a sociedade abolicionista **Amis des Noirs** (Amigos dos Negros), dedicada a divulgar literatura contra escravidão, defendendo o fim do tráfico e a abolição gradual nas colônias.



Um dos membros da sociedade Amis des Noirs era Vincent Ogé, um rico homem de cor livre natural de São Domingos. Ao deixar Paris, Ogé voltou para a colônia e pressionou os colonos brancos a concederem plenos direitos políticos aos negros livres de São Domingos. Pela defesa desses ideais, Ogé foi torturado e morto em 25 de fevereiro de 1791.



Figura 4.2: Desenho de Vincent Ogé por Fouquet – 1790.

Fonte: http://thelouvreproject.org/images/5/56/Vincent_oge.jpg

Vodu

É uma prática religiosa que sintetiza elementos culturais das tradições Ewe-Fon e Iorubá, e esteve presente entre povos que viviam na região da baía do Benim, na África, ainda antes da vigência do tráfico atlântico. O termo "vodu" deriva da palavra daomeana que designa deus.

A revolta de 1791 foi, na avaliação de muitos autores, a mais notável rebelião escrava jamais vista no Caribe francês. Segundo a tradição oral, a revolta foi planejada em uma reunião de escravos presidida pelo cocheiro Boukman Dutty, na qual se decidiu a deflagração de revoltas simultâneas em várias das grandes *plantations* da região. Em cerimônias de **vodu**, os conspiradores faziam juramentos de vitória sobre os brancos, que demonstravam um clima de vingança iminente. De acordo com o historiador C. L. R. James, a "canção predileta" dos negros em tais cerimônias continha os seguintes versos: "Juramos destruir os brancos e tudo que possuem; que morramos se falharmos nesta promessa".

Estima-se que 100 mil escravos envolveram-se na revolta, causando enorme destruição e um saldo de 20 mil cativos que deixaram as *plantations* e formaram acampamentos, sobretudo nas áreas ao norte da ilha. Embora um aparente retorno da ordem tenha se seguido à insurreição, hoje sabemos que o levante foi o início do fim da escravidão em São Domingos: os líderes das colunas revolucionárias negras (Biassou, Jean-François, Toussaint Bréda, entre outros) surgiram ali como promessas militares com grande capacidade de liderança. Mas essas promessas só se revelariam integralmente mais tarde, quando os rumos da Revolução Francesa se radicalizaram e as ideias de igualdade civil e liberdade atingiram o ápice. No desfecho da revolta, as lideranças negras negociaram sua própria liberdade e a de seus seguidores mais imediatos, sem se comprometerem com a defesa geral da abolição da escravidão.

A radicalização do processo revolucionário foi crescente após 1792, quando a República foi declarada na França. Ainda em abril daquele ano, o ministério **jacobino** aprovou um decreto que concedia amplos direitos civis e políticos a todos os adultos livres das colônias, sem restrição de cor. Diante dessa vigorosa cultura republicana que invadia São Domingos, ingleses e espanhóis entraram no conflito em defesa da monarquia, conquistando para suas fileiras muitos dos líderes negros da revolta de 1791.

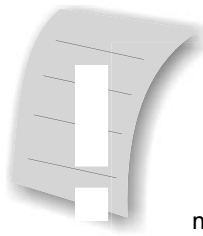
Jacobino

Termo que remete aos membros de um influente grupo político da Revolução Francesa, defensores da ordem republicana e da soberania popular.

Imagino que nesta altura você esteja bem confuso, mas é de se esperar: as revoluções costumam ser complexas e as alianças nelas surgidas mais ainda. Explicando de outra forma, havia proprietários e soldados em São Domingos lutando pela manutenção da monarquia na França, e eles foram apoiados por exércitos ingleses e espanhóis. Essas duas grandes monarquias europeias viram naquele conflito a possibilidade de se apoderar de partes daquela colônia que era, simplesmente, a mais rica e produtiva do Caribe. Não se furtaram, assim, a entrar na luta.

Muitos dos líderes negros da revolta de 1791 ingressaram nas tropas em defesa da monarquia, nomeadamente ao lado dos espanhóis. O mais famoso desses líderes seria Toussaint Bréda, um liberto de cerca de 50 anos, com conhecimentos de francês, medicina e administração. Toussaint era um liberto bem-sucedido, casado e proprietário de terras cultivadas por uma dezena ou mais de escravos alugados. No comando de uma tropa de cerca de seiscentos homens em 1793, Toussaint dava a seus recrutas instruções para respeitarem o regime de subordinação escrava. Como bem sintetiza R. Blackburn, na primavera de 1793, todos os que disputavam o poder no Caribe francês – fossem eles brancos ou negros livres, republicanos ou monarquistas – ainda estavam comprometidos com a defesa da escravidão.

Um apelo público atribuído a Toussaint, ainda em 1793, mostra que a maré revolucionária estava prestes a mudar e a incluir a luta pela abolição imediata. O apelo dizia: "Irmãos e amigos, sou Toussaint L'Ouverture, talvez conheçais meu nome. Eu dei início à vingança. Quero que a liberdade e a igualdade reinem em São Domingos. Trabalho para que isso aconteça. Uni-vos a nós, irmãos, e lutai conosco pela mesma causa. Toussaint L'Ouverture, general dos exércitos do rei, pelo bem público." Repare que o antigo nome Bréda, que na verdade era o nome da *plantation* em que Toussaint foi escravo, já estava aqui substituído por aquele que o imortalizaria: L'Ouverture, ou, literalmente, "aquele que abre". Não demorou muito para que L'Ouverture rompesse com os espanhóis e com a defesa da monarquia para aderir aos princípios da República e da emancipação. É o que veremos na próxima parte desta aula.



Muitos dos homens que se tornaram líderes da Revolução Haitiana, como Henri Christophe, Alexandre Pétion e André Rigaud, tiveram uma experiência militar peculiar ao servirem nas forças francesas que lutaram na Guerra de Independência dos Estados Unidos. A colônia de São Domingos enviou um batalhão de homens de cor para Savannah (Geórgia), que lá adquiriu experiência nas batalhas e noções sobre os ideais de liberdade política presentes naquele momento de ruptura colonial.

Jean-Baptiste Belley, com apenas 16 anos de idade, foi um dos voluntários neste batalhão negro de São Domingos. Belley era natural da ilha de Gorée, no Senegal, e viveu como escravo na colônia francesa até reunir recursos para comprar a própria liberdade e entrar para o exército. Após lutar pela independência dos Estados Unidos, Belley destacou-se politicamente no âmbito da Revolução Francesa por ter sido um dos representantes de São Domingos na Convenção – a Convenção Nacional foi criada em agosto de 1792, para governar a França em moldes republicanos após a prisão do rei e de sua família – durante as negociações que conduziram à abolição da escravidão nas colônias, em fevereiro de 1794. Depois disso, o ex-escravo retornou a São Domingos para lutar pela independência ao lado de Toussaint-L'Ouverture.



Atende ao Objetivo 1

Esta atividade é simples, mas exige que você demonstre suas habilidades como bom (boa) observador(a). Proponho que você analise atentamente a imagem e o texto a seguir reproduzidos. Em seguida, aponte e comente a relação existente entre eles.

Documento 1

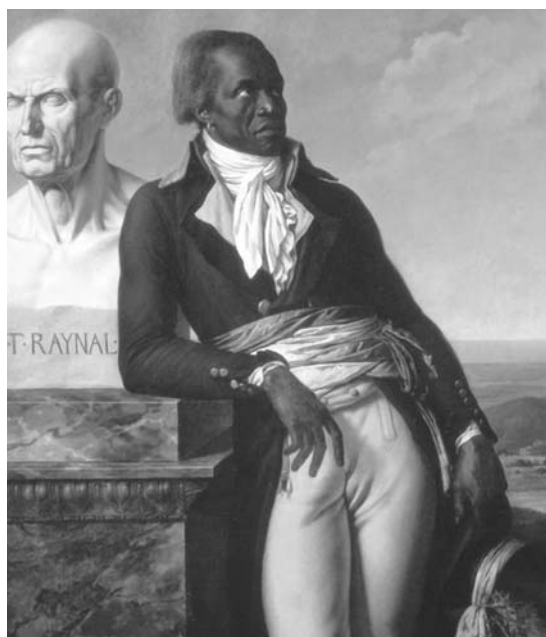


Figura 4.3: Retrato de Jean-Baptiste Belley pintado por A. L. Girodet-Trioson em 1797.

Fonte: http://abolition.nypl.org/images/african_resistance/8/

Documento 2

Onde está esse grande homem que a natureza deve a seus filhos vexados, oprimidos, atormentados? Onde está ele? Ele aparecerá, não o duvidemos, ele se mostrará, ele elevará o estandarte sagrado da liberdade. Esse sinal venerável reunirá ao seu redor

Novo Mundo. Só por curiosidade, ressalto aqui que Toussaint L’ouverture mandara fazer bustos de Raynal no palácio do governador e em outros prédios públicos de São Domingos, para festejar aquele que era considerado como profeta da nova ordem na região.

O documento 2, por sua vez, é uma passagem retirada da obra do próprio abade Raynal, originalmente publicada em 1772. Nota-se, pela data, que as palavras de Raynal são muito anteriores à eclosão da Revolução Francesa e da revolta negra de 1791, em São Domingos. Mas não se pode negar um certo tom profético às palavras de Raynal, especialmente quando lidas à luz da Revolução: de fato, o líder, ou os líderes negros que ele esperava surgir foram definidores na condução do processo de emancipação da escravidão em São Domingos. Quando Girodet-Trioson pintou o retrato do líder negro, em 1797, certamente pensou na relação entre a obra de Raynal e a radicalização política abraçada por diferentes líderes negros que experimentaram o cativo nas Américas e lutaram por seu fim.

Da emancipação à formação do Estado negro

Como tão bem notou o historiador Eugene Genevose, Toussaint compreendeu o contexto internacional da revolução. Em 1794, ao romper com os monarquistas e aliar-se aos republicanos, ele tinha sob seu comando um exército de 4 mil homens. O momento exato da adesão aos republicanos não é conhecido e pode ter sido influenciado por uma notícia vinda da Europa: em 4 de fevereiro, o governo revolucionário decretou a emancipação em todas as colônias francesas. Quer soubesse ou não desta notícia, a emancipação foi certamente definidora para a defesa da ordem republicana em São Domingos.

Não se pode deixar de citar as palavras do decreto de 1794:

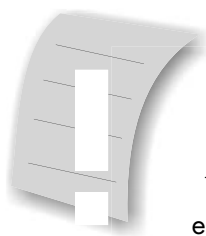
A Convenção Nacional declara a escravidão abolida em todas as colônias. Em consequência, declara que todos os homens, sem distinção de cor, domiciliados nas colônias, são cidadãos franceses e gozam de todos os direitos garantidos pela Constituição.

Não era pouco: ouvidas no Caribe francês, no coração da América escravista, essas palavras traduziam o momento mais radical da Revolução Francesa nos dois lados do Atlântico. A promessa de liberdade e de cidadania era uma ameaça real a todo o edifício da escravidão americana, consolidado vigorosamente nos dois séculos que precederam a revolução. Manter essa promessa, em São Domingos, dependeu antes de tudo da capacidade de mobilização dos ex-escravos, que se tornaram a base das forças republicanas que combateram os monarquistas, principalmente representados pelos exércitos ingleses naquele momento. Não se esqueça, a propósito, que os monarquistas defendiam a manutenção da escravidão.

Em São Domingos, os ex-escravos não alistados no exército deveriam permanecer nas *plantations* por pelo menos um ano, trabalhando sob o regime de divisão da colheita. Pretendia-se manter a produção ao mesmo tempo em que a coesão e a disciplina próprias da *plantation* forneceria soldados ao exército que lutava contra as ameaças de reescravização. Mas não era fácil convencer um ex-escravo a manter a antiga rotina de trabalho, de modo que a reivindicação de roças e de autonomia no trabalho foi uma demanda permanente desde então.

Mas em que momento, afinal, os líderes negros deram um passo rumo à independência? A ascensão política de Napoleão Bonaparte, em 1799, sinalizou para os limites da revolução negra em São Domingos. Enquanto Napoleão adquiria notoriedade na Europa, Toussaint projetava um governo centralizado e militarizado: não proclamou a independência de São Domingos, mas se auto-proclamou governador vitalício da colônia, em 1801. Para o governo napoleônico, esse passo foi largo demais... Napoleão enviou ao Caribe uma expedição para a reconquista de São Domingos e, ainda que não se divulgasse abertamente, seu governo inclinava-se à restauração da escravidão nas colônias, o que de fato ocorreu em 1802. Nesse mesmo ano, Toussaint foi preso pelas forças napoleônicas estacionadas em São Domingos e deportado para a França, onde morreria na prisão, no ano seguinte.

De acordo com R. Blackburn, a tentativa francesa de recuperar São Domingos atingiu níveis de extermínio que anteciparam as guerras coloniais da época posterior. Os generais negros e mulatos que herdaram a liderança de Toussaint (J. J. Dessalines, H. Christophe e Pétion, entre outros) nomearam Dessalines como comandante em chefe e conduziram a luta contra os franceses até a vitória negra. Em 1º de janeiro de 1804 foi proclamada a República do Haiti, e Dessalines (um ex-escravo, como Toussaint) foi nomeado governador-geral.



Para organizar as informações desta aula, uma breve cronologia pode lhe ser útil:

- 1791: Revolta escrava em São Domingos, na qual se envolveram cerca de 100 mil cativos.
- 1792: O ministério jacobino concedeu amplos direitos civis e políticos aos adultos livres da colônia, sem restrições de cor.
- 1794: Toussaint L'Ouverture rompeu com os monarquistas, e aderiu à República e à emancipação. No mesmo ano, o governo republicano na França decretou a abolição nas colônias, revendo a questão do direito de propriedade. Definiu-se um regime de trabalho no qual o ex-escravo ia para o exército ou trabalhava nas *plantations* em regime de divisão da colheita. A disciplina e a coesão dos exércitos impediram a reescravização.
- 1796: Toussaint foi nomeado pelos republicanos para o cargo de governador da colônia e promoveu ao posto de general vários oficiais negros.
- 1796-1802: Toussaint permaneceu no governo da colônia até a chegada de uma grande força expedicionária francesa a São Domingos, em fevereiro de 1802. Em junho desse mesmo ano, Toussaint foi preso e levado à França.
- 1801: Toussaint promulgou a Constituição da colônia francesa de São Domingos.

- 1802: Após a prisão de Toussaint, a expedição francesa estacionada em São Domingos deixou claro que Bonaparte desejava recuperar o controle da colônia; a restauração da escravidão e a legalidade do tráfico nas colônias francesas.
- 1803: Com a morte de Toussaint na França, Jean-Jacques Dessalines assumiu o poder em São Domingos e combateu os opositores.
- 1804: J. Jacques Dessalines proclamou a independência de São Domingos, criando o Estado haitiano.
- 1805: Dessalines promulgou a Constituição haitiana.

Nas primeiras décadas do século XIX, o Haiti despontou como o primeiro Estado das Américas a conquistar a independência e a garantir, ao mesmo tempo, o fim da escravidão. A consolidação do poder negro na ilha inspirou revoltas escravas em Cuba, Estados Unidos, Jamaica e Brasil, promovendo o temor contínuo entre proprietários de *plantations* e autoridades de diversas regiões da afro-América.

Os caminhos desse Estado negro no período pós-independência oscilaram entre os projetos de reconstrução do sistema produtivo e as alternativas de autonomia oferecidas pela pequena propriedade. Dessalines, que governou até ser assassinado, em 1806, liderou um processo de confisco das propriedades francesas e anunciou o plano de distribuir terras aos veteranos revolucionários. Ele também impôs quotas de trabalho aos lavradores, mas a economia enfraquecida pela guerra e por uma burocracia desorganizada gerou poucos resultados comerciais. Após a morte de Dessalines, o país foi dividido em dois. Alexandre Pétion passou a governar o sul nos moldes da República, enquanto Henri Christophe (também ex-escravo) assumiu o controle do norte da ilha, onde se fez coroar rei. Para Christophe, apesar do isolamento, o Haiti precisava recuperar a capacidade produtiva: os engenhos foram submetidos a uma rigorosa disciplina de trabalho, com coordenação estatal da economia. Como saldo

dessa experiência, nota-se que a severidade do regime trouxe sucesso econômico, mas deve ter contribuído para o isolamento de Christophe no poder e para a revolta interna que o derrubou, em 1820.

Nessa época, a alternativa de governo surgida no sul republicano tornou-se dominante no Haiti. Primeiro com A. Pétion e depois sob a liderança do presidente Boyer, os planos de distribuição de terra conquistaram apoio popular. O sistema agrícola da República como um todo passou a basear-se em uma combinação de minifúndios de camponeses e latifúndios operados por fazendeiros arrendatários. Para o antropólogo Sidney Mintz, o Haiti ingressou nesse momento no sistema de pequena propriedade camponesa autossuficiente. Assim, o sonho do Estado negro moderno, envolvido em relações comerciais de âmbito internacional, teria naufragado, pois a população liberta desejava terra. Há que se pensar, como fez Mintz, que a terra, mesmo que em parcelas mínimas, revestia-se de significados poderosos para uma nação formada, majoritariamente, por homens e mulheres recém-saídos da escravidão: a terra era simbolicamente a morada dos ancestrais, tanto quanto um recurso contra a privação. Assim, o Haiti tornou-se, lentamente, o país mais profundamente camponês do Caribe.

CONCLUSÃO

O Haiti não foi o primeiro Estado americano a se tornar independente, mas seguramente foi o primeiro a afirmar a liberdade civil de seus habitantes. O conteúdo emancipacionista da independência haitiana foi sintetizado admiravelmente por R. Blackburn, o autor no qual me inspirei para construir esta aula:

Parte da grandeza da extraordinária Revolução Francesa consiste em ter vindo a patrocinar a emancipação dos escravos ...; e parte da grandeza da extraordinária Revolução de São Domingos/Haiti é que teve sucesso ao preservar as conquistas da Revolução Francesa contra a própria França.

De fato, quando a maré revolucionária recuou na França e a reescravização entrou na pauta política, os “jacobinos negros” de São Domingos consolidaram não só a emancipação, mas também a ruptura colonial e a criação de um Estado independente no coração da afro-América. Nas pungentes palavras do historiador C. L. R. James, aqueles “jacobinos negros” de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes.

Eugene Genovese, outro historiador citado nesta aula, parece concordar com a visão de James. Para Genovese, a afro-América esteve no centro da era das revoluções, o que significa pensar que os acontecimentos de São Domingos influenciaram a condução da própria Revolução Francesa. Nas palavras do autor,

a ideologia revolucionária que emergiu na década de 1790 era alimentada dos dois lados do Atlântico. Ela africanizou a França, de maneira a dar aos colonialistas um destino bem merecido; europeizou São Domingos de maneira a apontar para o surgimento de um Estado negro moderno.

Como vimos, muitos dos líderes da revolução em São Domingos (como Toussaint, Dessalines e H. Christophe) realmente desejaram constituir um Estado negro moderno, baseado em uma economia de exportação orientada para o mercado mundial. Na contramão deste plano, é preciso lembrar que nenhum governo estrangeiro reconheceu a independência do Estado haitiano, que lentamente se tornou, nas já citadas palavras de Sidney Mintz, o país mais profundamente camponês do Caribe.

Entre os constrangimentos mundiais e as escolhas locais, o Haiti e seus habitantes, majoritariamente homens e mulheres recém-saídos da escravidão, privilegiaram o acesso à pequena propriedade rural, com produção de subsistência, como forma de vida. A recusa generalizada das rotinas ligadas à antiga disciplina da *plantation* certamente tinha um significado para esses ex-escravos, que valorizavam a promessa de autonomia implícita na posse de uma parcela de terra, ainda que mínima.

Contar a história dessa revolução é uma forma de compreender a grandeza do Haiti e refletir, ao mesmo tempo, sobre o profundo estado de isolamento, corrupção e pobreza que marca a história haitiana em nossos dias.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Nesta atividade, apresento dois trechos de documentos fundadores da história do Haiti: a Constituição de 1801, elaborada sob o comando de Toussaint L'Ouverture, e a Declaração de Independência do Haiti, de janeiro de 1804, proclamada por J. J. Dessalines. Peço que você leia atentamente os dois trechos, para comentar, em seguida, os contrastes entre os conteúdos desses dois documentos.

Documento 1

Trechos da Constituição da colônia francesa de São Domingos, 1801:

Título II: De seus habitantes

Artigo 3. Neste território não poderá haver escravos. A servidão foi abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres e franceses.

Artigo 4. Todo homem, qualquer que seja sua cor, pode ser admitido em qualquer emprego.

Título VIII: Do Governo

Artigo 28. A Constituição elege como governador o cidadão Toussaint L'Ouverture... e pelo voto de seus reconhecidos cidadãos lhe é confiado o governo durante o resto de sua gloriosa vida.

Título XIII: Disposições gerais

Artigo 77. O general em chefe Toussaint L'Ouverture se encarregará de fazer sancionar a presente Constituição pelo governo francês; no entanto, dada a ausência de leis... a necessidade de retomar os cultivos e o voto unânime pronunciado pelos habitantes de São Domingos, o general é convidado, em nome do bem público, a colocar a Constituição em execução em toda a extensão do território da colônia.

Documento 2

Trecho da Declaração de Independência do Haiti, formalizada em janeiro de 1804:

Hoje, primeiro de janeiro de 1804, o General em chefe do Exército nativo, acompanhado dos comandantes do Exército... pediu que cada um deles pronunciasse o juramento de renunciar para sempre à França, de preferir morrer a viver sob sua dominação, e de combater pela independência até o último suspiro...

Independência ou morte... que estas palavras sagradas nos unam e sejam sinal de combate e de reencontro.

Nativos do Haiti... velei, combati, às vezes só, e se tive a felicidade de devolver-lhes o sagrado depósito que me confiaram... pensem que toca a vós conservá-lo...

Juremos diante o universo inteiro, diante da posteridade diante de nós mesmos, renunciar para sempre à França, e de preferir morrer a viver sob sua dominação...

Constituição de 1801; o tom belicoso, ausente na Constituição, é extremado na Declaração de 1804, redigida na esteira das lutas que expulsaram franceses, ingleses e espanhóis de São Domingos. “Independência ou morte”, afirmava o documento, de modo a ressaltar o caráter de ruptura e de formação de uma nova ordem, na qual a liberdade deveria se manter como a grande herança revolucionária.

RESUMO

No final do século XVIII, São Domingos era a mais produtiva das colônias do Caribe. A ilha contava com quase meio milhão de cativos, além de 30 mil brancos e aproximadamente 28 mil indivíduos de cor livres, em sua maioria proprietários armados para defender a escravidão. Quando a Revolução Francesa eclodiu na metrópole, em 1789, diferentes facções da população livre passaram a lutar entre si, enfraquecendo os mecanismos de controle dos escravos e ampliando o alcance das promessas revolucionárias discutidas em Paris.

Em 1791, no curso de uma grande revolta escrava, novas lideranças negras ganharam projeção e a resistência dos cativos colocou em xeque o aparato colonial. Nos anos seguintes, à medida que a maré revolucionária se radicalizava, delineou-se o projeto de emancipação geral nas colônias francesas, aprovado pela Convenção em 1794. Em São Domingos, a emancipação precipitou uma onda de apoio negro aos republicanos, que ofereceram combate crescente às tropas monarquistas que ocupavam a ilha.

O avanço do poder negro em São Domingos era notável em 1801, ano em que uma Constituição foi esboçada por uma Assembleia formada por dez membros, todos nomeados por Toussaint L'Ouverture, o ex-escravo que governava a colônia desde 1796. A Constituição o declarou, aliás, governador vitalício de São Domingos. A ofensiva francesa diante das pretensões políticas de Toussaint e seus seguidores foi imediata: o governo napoleônico prendeu o general negro, lançou as bases da reescravização e mandou uma força expedicionária para combater a revolução na ilha. O Estado negro resistiu e venceu os franceses, proclamando, em 1804, a independência e a formação do Estado do Haiti.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos ver o processo de independência na América espanhola. Até lá!

Aula 5

A América Latina
na época das
independências:
origens e contextos

Gabriel Aladrén

Metas da aula

Apresentar a Europa e a América Latina na passagem do século XVIII para o XIX, analisando as transformações econômicas, políticas e sociais, bem como suas implicações para a crise do império espanhol, e discutir as origens do processo de independência na América espanhola, apresentando os principais eventos que desencadearam o fenômeno.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características econômicas, políticas e sociais do império espanhol na virada do século XVIII para o XIX;
2. avaliar, em linhas gerais, as origens dos processos de independência na América espanhola.

INTRODUÇÃO

No ano de 2010 está sendo comemorado o bicentenário das independências na América espanhola. Em vários países, como a Argentina, a Venezuela e o México, estão sendo promovidas iniciativas com a intenção de celebrar, lembrar e debater os acontecimentos que libertaram as colônias espanholas e as transformaram em nações soberanas. Embora a independência não tenha sido conquistada em 1810, esse ano é um marco que deu início aos primeiros movimentos patriotas que efetivamente reivindicavam o fim da relação colonial: no dia 19 de abril é formada a Junta de Caracas, na Venezuela, em maio, os patriotas portenhos organizam a Junta de Buenos Aires e, em setembro, Miguel Hidalgo lança a rebelião pela independência do México com o famoso Grito de Dolores.

A comemoração do bicentenário é também uma ótima oportunidade para discutir as principais teses sobre a questão. Quais foram as causas dos processos de independência na América espanhola? Que transformações estavam ocorrendo no Mundo Atlântico na virada do século XVIII para o XIX que explicam a crise do império espanhol? Nesta aula, vamos trabalhar com essas perspectivas, procurando responder a essas questões a partir da análise das relações entre a Espanha e a América nas décadas anteriores ao início dos movimentos patriotas na América espanhola.



Mundo atlântico

É um conceito utilizado pela historiografia para identificar as regiões conectadas pelo oceano Atlântico na época moderna e, eventualmente, no século XIX. As Américas, o Caribe, a África, a Europa e as ilhas atlânticas passaram por um processo de integração social, política e econômica, desde o século XVI. Essa integração dependia profundamente do transporte marítimo, da migração (voluntária ou forçada, no caso do tráfico de escravos) de grandes contingentes populacionais e da concentração demográfica nas regiões litorâneas. O conceito de Mundo Atlântico pretende superar uma visão eurocêntrica que analisa a história da época moderna a partir dos limites dos estados nacionais. Assim, o conceito pretende identificar um aspecto fundamental da Idade Moderna, a intensa circulação de pessoas, ideias e influências e a integração da história das sociedades europeias, americanas e africanas entre os séculos XVI e XIX.

A América e a Europa na era das revoluções

O historiador Eric Hobsbawm criou uma expressão para caracterizar o período de 1789 a 1848 na história do mundo ocidental: a era das revoluções. Essa época foi marcada por aquilo que Hobsbawm chama de uma “dupla revolução”: a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa. Essas revoluções libertaram forças econômicas, políticas, sociais e culturais que transformaram o mundo, trazendo consigo a queda dos antigos regimes europeus e o triunfo do capitalismo liberal.

Em 1770, a Europa era dominada por regimes políticos monárquicos, especialmente os de caráter absolutista. No entanto, cada Estado tinha suas particularidades e, mesmo com regimes de governo semelhantes, a forma como era exercido e organizado o poder em cada um dos países era diferente. Costuma-se caracterizar o regime político da França, da Espanha, de Portugal, da Suécia, da Prússia, da Rússia e do Império Austríaco como regimes monárquicos absolutistas, mas é evidente que eles apresentavam características peculiares que não podem ser generalizadas. A Inglaterra era uma monarquia constitucional, desde a Revolução Gloriosa de 1688, e o rei governava conforme as disposições da Constituição e tinha seu poder limitado pelo parlamento (Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns). As repúblicas eram a minoria, e vigoravam em algumas cidades na Itália e na Suíça e nas Províncias Unidas (Holanda). Embora os regimes políticos fossem diferentes, é possível dizer que em todos eles predominava uma espécie de aristocracia. A democracia e a participação popular nos governos não eram uma realidade.

As grandes potências europeias possuíam ou desejavam possuir colônias e entrepostos comerciais na América, na África e na Ásia. Espanha, Portugal, França e Inglaterra e, em menor escala, Holanda, Dinamarca e Rússia controlavam territórios nas Américas. O estabelecimento das rotas marítimas atlânticas e a colonização fizeram das Américas a mais importante fonte de produtos tropicais e subtropicais para a Europa. A força de trabalho que produzia essas mercadorias era em sua maioria formada por africanos e descendentes escravizados ou por ameríndios vinculados a sistemas de trabalho compulsórios.

Essas potências também utilizavam sistemas de controle **mercantilistas** para dirigir o comércio colonial. Segundo Robin Blackburn, a Inglaterra permitia algo próximo ao livre comércio dentro das fronteiras imperiais, ao mesmo tempo em que não respeitava os monopólios dos rivais. Os comerciantes franceses poderiam reexportar os produtos coloniais sem pagar impostos.

Mercantilismo

Termo usado para designar um conjunto de preceitos e práticas econômicas das monarquias absolutistas na Idade Moderna que visavam controlar o comércio e favorecer a acumulação de metais preciosos.

O sistema administrativo coordenado pelas coroas espanhola e portuguesa exigia o controle direto da prata e do ouro, e estabelecia alguns monopólios que restringiam o comércio. Apesar de todo o controle mercantilista, que visava privilegiar os lucros de grupos de comerciantes metropolitanos e aumentar as receitas dos impérios, na prática havia uma larga margem para o contrabando, muitas vezes realizado sob as vistas e com a anuência das autoridades alfandegárias.

Guerra dos Sete Anos

Guerra que durou de 1756 a 1763, que contou com a participação das grandes potências europeias na época. A Inglaterra, a Prússia, Portugal e outros aliados menores enfrentaram a França, a Áustria, a Espanha, a Suécia e a Rússia. As causas da guerra estão relacionadas com questões políticas na Europa e também com o controle de territórios e rotas marítimas nas Américas, na Ásia e na África, disputados por França e Inglaterra e com implicações para seus aliados, respectivamente Espanha e Portugal. A Inglaterra foi a grande vencedora da Guerra dos Sete Anos e ampliou o seu domínio territorial nas Américas e na Ásia.

Ao fim da **Guerra dos Sete Anos**, as potências imperiais promoveram reformas na administração de suas colônias. Ao mesmo tempo, a população colonial reivindicava, com mais força, autonomia política e liberdade econômica, contestando o controle exercido pelas autoridades metropolitanas. A independência dos Estados Unidos em 1776 marcou o início de um período em que movimentos revolucionários e rebeliões varreram os regimes coloniais de vastas regiões da América. Em 1804, após uma longa luta dos escravos iniciada com a revolução de 1791, o Haiti conquistou sua independência. Em 1822, o Brasil tornou-se uma nação soberana e, em 1825, a Espanha só mantinha o domínio de Cuba e Porto Rico, tendo perdido todas as suas colônias na América continental.

A monarquia Bourbon e as reformas no império espanhol

O império espanhol, em particular, ruiu em um período relativamente curto. Como explicar sua derrocada? Em fins do século XVIII, a Espanha era uma forte potência colonial, mas a metrópole não apresentava o desenvolvimento econômico e o poder político de outros países europeus. A economia espanhola se baseava nos produtos primários e sua marinha mercante era pouco desenvolvida. A produção manufatureira, que estava em vias de se tornar industrial e alavancava a economia da Inglaterra, por exemplo, tinha pouca importância.

Os monarcas Bourbons, especialmente após a Guerra dos Sete Anos, perceberam as difíceis condições da Espanha e promoveram um conjunto de reformas. O objetivo era desenvolver a economia espanhola e aperfeiçoar o controle fiscal sobre os rendimentos coloniais. Foram estabelecidas medidas para promover a agricultura na Península, que tiveram algum sucesso, mas não se promoveu o desenvolvimento industrial. Os industriais e comerciantes britânicos, principalmente de tecidos, aproveitaram as oportunidades e passaram a abastecer, de formas legais e via contrabando, as colônias espanholas. Portanto, no âmbito econômico, as reformas borbônicas tiveram pouco impacto, sobretudo em relação à economia espanhola.

O historiador John Lynch observou que a sustentação do império espanhol na América dependia de um equilíbrio entre os grupos de poder (a administração, a Igreja e as elites locais). Os funcionários coloniais detinham o poder político, com sua autoridade derivada da soberania da coroa. A Igreja confirmava a soberania e o poder real. O poder econômico pertencia principalmente à elite local, formada pelos proprietários rurais, comerciantes e donos das minas. A elite local se dividia entre uma maioria de **criollos** e uma minoria de peninsulares (nativos da Espanha). Esse grupo se aproveitava da debilidade da administração colonial para obter espaços de manobra e resistir ao controle da coroa. Os funcionários coloniais acabavam cumprindo o papel de intermediários entre a elite local e a coroa espanhola, não sendo, de fato, agentes da centralização monárquica.

Os Bourbons alteraram substancialmente esse equilíbrio, assim como o tipo de administração colonial. A classe dirigente local foi em grande medida afastada do poder, em favor de uma burocracia modernizada e centralizada pela coroa. Os mecanismos de controle foram aperfeiçoados, a administração remodelada e novos funcionários nomeados. Os *criollos*, que foram um dos grupos mais atingidos por essas reformas, as interpretaram como um ataque aos interesses locais. As reformas ainda atingiram outros

Criollos

Era o termo que identificava os descendentes de espanhóis nascidos na América. Este grupo surgiu desde o século XVI e, ao longo do tempo, passou a adquirir uma identidade que os diferenciava dos espanhóis peninsulares (também chamados, no México, de *gachupines*). Os *criollos* eram a elite econômica das colônias espanholas na América, mas em alguns momentos manifestavam descontentamento por não exercerem plenamente o poder político, controlado pela coroa e pelos peninsulares.

setores, como a Igreja e o exército. Os jesuítas foram expulsos em 1767 e privilégios e imunidades foram retirados, especialmente do baixo clero.

Mas, para além das mudanças administrativas, o eixo das reformas borbônicas foi a arrecadação fiscal. O objetivo era exercer um controle econômico mais rigoroso, para que a metrópole pudesse extrair o máximo do excedente de produção e da renda que ficava retida nas colônias. Uma das medidas foi o estabelecimento de monopólios sobre o fumo, as bebidas alcoólicas, a pólvora e o sal. Impostos já existentes, como a *alcabala*, que incidia sobre as vendas de mercadorias, aumentaram suas taxas. Esse conjunto de expedientes que visava aumentar a arrecadação da coroa se intensificava nos períodos de guerra. A partir de 1796, com a guerra contra a Inglaterra, a coroa espanhola exigiu mais impostos, inclusive solicitando doações das famílias ricas e subsídios de fundos corporativos. Em 1804, a coroa decretou a *consolidación*, que determinava o confisco de fundos da Igreja. Na Nova Espanha, onde a Igreja possuía grandes fundos de capital, utilizados inclusive para realizar empréstimos, a medida teve uma forte rejeição, pois atingia não apenas o clero, mas também todos os comerciantes e proprietários de minas e *haciendas* que tomavam empréstimos. Esse confisco, revogado em 1808 com a invasão napoleônica, teve efeitos desastrosos. Embora a arrecadação fiscal tenha realmente aumentado, a população nas colônias se uniu contra a medida e identificou Manuel Godoy, primeiro-ministro de Carlos IV, como um tirano.

A reorganização do comércio Atlântico

Para aumentar os recursos obtidos com a exploração das colônias, era fundamental controlar o comércio. Os Bourbons tentaram afastar comerciantes estrangeiros e facilitar a atividade dos espanhóis. A meta era transportar os produtos espanhóis em embarcações nacionais, para abastecer as regiões do império. Segundo Lynch, entre 1765 e 1776 a antiga estrutura do comércio atlântico foi desmontada.

Taxas foram reduzidas, o monopólio de Sevilha e Cádiz abolido e o comércio intercolonial autorizado. Em 1778, estabeleceu-se o *comercio libre y protegido*, que incluía os portos de Buenos Aires, o Chile, o Peru, a Venezuela e o México dentro do sistema de “livre comércio” nos limites do império. Assim pensava-se em facilitar o desenvolvimento da agricultura e do comércio peninsulares, na medida em que a circulação das mercadorias espanholas ficava desonerada e podia atingir todos os mercados da América.

O decreto do *comercio libre* acabou trazendo resultados. Alguns historiadores acreditam que ele apenas deu expressão legal à realidade do império espanhol em meados do século XVIII. A economia de novas regiões na América estava se desenvolvendo; outros portos, como o de Buenos Aires, adquiriam importância, de modo que a coroa preferiu liberar, e assim obter rendimentos desse comércio, a simplesmente proibi-lo e tentar combater o contrabando. A agricultura e o comércio espanhóis tiveram grandes benefícios. O volume de exportações aumentou muito e a Espanha conseguiu obter grandes quantidades de metais preciosos. Embora Cádiz ainda se mantivesse como o primeiro porto espanhol (devemos lembrar que até o decreto do *comercio libre*, Cádiz era o único porto autorizado a realizar o comércio com a América), o comércio colonial em Barcelona cresceu vertiginosamente.

Ainda assim, a Espanha seguia exportando basicamente produtos primários, como azeite, vinho e farinha de trigo. Esses artigos já eram produzidos na América, fazendo com que a economia espanhola fosse uma competidora, e não atuasse de forma complementar à economia colonial. As mercadorias que a Espanha não produzia vinham de outros países, como a Inglaterra e a França. Algumas vezes, mercadores espanhóis simplesmente reexportavam artigos vindos do exterior.

O *comercio libre* estimulou alguns setores da economia colonial e facilitou o desenvolvimento de algumas rotas de comércio. As exportações de couro de Buenos Aires, de cacau na Venezuela e açúcar em Cuba cresceram. O comércio no México se diversificou.

No entanto, na prática o *comercio libre* não mudava estruturalmente as relações coloniais. As colônias não tinham acesso direto aos mercados estrangeiros, havia um conjunto de monopólios que ficava sob controle da coroa, e os produtos espanhóis não eram os mais atraentes para os consumidores.

A metrópole não atuava ou coordenava de conjunto na economia imperial. Cada região era tratada de forma diferente. A economia era desarticulada, as partes não estavam coordenadas em benefício do conjunto. Segundo Lynch, as rivalidades entre regiões eram a regra: o Chile com o Peru, Guayaquil com Callao, Lima com Rio da Prata, Buenos Aires com Montevideú. Essas rivalidades, expressas na política econômica e também na estrutura da administração colonial, já indicavam divisões nas futuras nações.

As reformas borbônicas visavam reformar o império espanhol, especialmente após as dificuldades econômicas e militares encontradas durante a Guerra dos Sete Anos. O sentido da reforma era centralizar o império, fazendo com que a administração se tornasse mais profissional e vinculada diretamente ao rei. Assim, associada com o aumento de impostos e o controle direto do comércio, foi possível aumentar a arrecadação fiscal e recolocar, temporariamente, o império espanhol no cenário das grandes potências europeias. No entanto, mesmo medidas como o *comercio libre* não conseguiram transformar a estrutura da economia espanhola e o caráter das relações entre a metrópole e as colônias, o que acabaria por criar as condições para a crise do império espanhol no início do século XIX.

promovendo um aumento das receitas fiscais. O incremento das receitas também se beneficiou do aumento de impostos e da criação de novos monopólios controlados pela coroa. Por fim, o decreto do *comercio libre*, de 1778, favoreceu a agricultura e os mercadores espanhóis, ao permitir que novas rotas e portos participassem do comércio ultramarino. No entanto, tais reformas descontentaram setores da população das colônias. O aumento de impostos e a criação de monopólios, em associação com a centralização e a promoção de peninsulares para os principais cargos administrativos, atingiram fortemente os *criollos*, que desejavam maior liberdade econômica e autonomia política. Embora as reformas tenham obtido sucesso no aumento da arrecadação fiscal da coroa, a economia do império espanhol não foi efetivamente transformada. As relações entre a Espanha e suas colônias na América mantiveram-se desiguais, o que ajudou a causar a crise do império no início do século XIX.

Raízes da independência na América espanhola

Como explicar as origens da crise do império espanhol e dos processos de independência na América? Na seção anterior, vimos o contexto geral da segunda metade do século XVIII, que é fundamental para compreender a crise de princípios do século posterior. As reformas realizadas pelos Bourbons centralizaram a administração colonial, elevaram impostos e criaram monopólios para maximizar a arrecadação e, nesse processo, afastaram setores das elites locais dos centros de poder e descontentaram amplos setores da população que sofreram a pressão fiscal.

Guerras na Europa e reflexos nas Américas

Com o início da guerra com a Inglaterra, em 1796, a situação piorou. Em 1797, a esquadra espanhola foi derrotada e os ingleses impuseram um bloqueio total ao comércio e às comunicações entre

a Espanha e a América. O comércio de Cádiz paralisou totalmente e os preços dos produtos europeus aumentaram muito nas colônias. Os americanos passaram a exigir o acesso direto às mercadorias estrangeiras, mas os comerciantes de Cádiz não abriam mão do monopólio. Havana não esperou por uma solução da coroa e abriu seu porto aos produtos norte-americanos e de navios neutros. A Espanha, sob pena de ficar desmoralizada, estendeu a medida para toda a América espanhola, aplicando taxas para o comércio realizado com navios neutros. Mas isso colocava a coroa espanhola em um dilema: manter essa medida por muito tempo fatalmente faria com que o comércio controlado pelos espanhóis se tornasse obsoleto. Em 1799, a medida foi revogada, o que resultou em fortes protestos das colônias. Na prática, entretanto, não havia como os navios espanhóis retomarem o controle comercial. O bloqueio britânico era muito eficiente, e o abastecimento das colônias espanholas seguiu, via contrabando, sendo feito pelos países neutros.

John Lynch observa que o monopólio comercial espanhol definitivamente acabou no período de 1797 a 1801. As colônias estavam mais independentes do ponto de vista econômico e suas relações comerciais com países estrangeiros, especialmente os Estados Unidos, estavam trazendo muitas vantagens. Em 1802, Espanha e Inglaterra entraram temporariamente em paz, até 1804. Nesse breve período, os espanhóis retomaram parte do comércio perdido, mas o reinício da guerra em 1804 cortou novamente as ligações. Toda a estrutura de controle comercial do império espanhol estava em ruínas. Na Espanha, os efeitos foram desastrosos. Os metais preciosos deixaram de abastecer o mercado e a coroa perdeu grandes fontes de arrecadação.



Figura 5.1: O império espanhol na América.

A construção da identidade crioula

Em 1806, os ingleses realizaram uma tentativa frustrada de tomar a cidade de Buenos Aires. Polo estratégico do comércio no Rio da Prata e também dos circuitos de navegação do Atlântico Sul, tomar Buenos Aires poderia trazer muitos benefícios aos interesses ingleses. No entanto, embora o vice-rei espanhol e a própria monarquia não tenham conseguido opor nenhuma resistência, a população local rechaçou os invasores, criando milícias comandadas por oficiais *criollos*. O evento demonstrou que a população das colônias não se submeteria ao domínio imperial inglês. No entanto,

também os espanhóis já não tinham quase nada a oferecer. Toda a resistência foi realizada pela população local, que se tornou mais confiante, reforçou seus laços e sua identidade e percebeu que poderia se autogovernar.

A identidade *criolla*, que surgiu com força em episódios como a invasão inglesa de Buenos Aires, vinha sendo construída há muito tempo. Os *criollos* faziam parte da elite colonial e se consideravam como espanhóis, diferenciando-se dos índios e mestiços. No entanto, embora fossem iguais perante a lei, *criollos* e peninsulares tinham uma inserção diferenciada na sociedade colonial. Embora fossem ricos, os *criollos* não tinham o poder político. Os cargos mais importantes da administração eram concedidos a espanhóis vindos do reino. Essa tendência se agravou nas últimas décadas do século XVIII, quando a imigração de espanhóis, vindos principalmente das províncias do Norte, se intensificou. As rivalidades entre peninsulares e *criollos* aumentaram, na disputa de cargos e também de oportunidades econômicas, uma vez que os imigrantes se inseriam no comércio e na mineração, tirando oportunidades dos *criollos*.

A rivalidade entre *criollos* e peninsulares já foi considerada como a grande explicação para as independências. No entanto, alguns cuidados devem ser tomados. As elites coloniais, formadas a partir das atividades econômicas como o comércio, a mineração e a agricultura, tendiam a reunir *criollos* e peninsulares, que se associavam, inclusive por meio de casamentos, em torno dos interesses comuns. As famílias locais e os funcionários coloniais mantinham uma relação estreita, que visava proteger os interesses econômicos e políticos da elite como um todo. Mas nem todos os *criollos* lutaram pela independência. Tão importante quanto essa diferença entre *criollos* e peninsulares, os interesses econômicos e as relações de parentesco ajudam a explicar os alinhamentos políticos na época das revoluções patriotas. Mas é inegável que a rivalidade entre *criollos* e peninsulares existia, era bastante significativa e revelava-se na disputa por cargos e nas críticas ao monopólio comercial.

Muitas vezes, ao se enfatizar a dicotomia entre *criollos* e peninsulares, perde-se de vista a complexidade da sociedade colonial. Os *criollos* consideravam-se superiores aos mestiços, índios e negros, e não abriam mão da sua posição na hierarquia social. O preconceito racial e a diferença de direitos privilegiavam a elite *criolla* branca, em detrimento dos outros grupos sociais. Os *criollos* temiam revoltas indígenas e de escravos, e receavam que uma tentativa de romper com o domínio espanhol criasse oportunidades para as classes populares reivindicarem direitos e ameaçarem a sua hegemonia.

As divisões de classe, étnicas e raciais da sociedade colonial se expressavam na construção das identidades políticas da população. A incipiente identidade nacional que surgiu em fins do século XVIII era uma construção *criolla*, e pouco apelo tinha para os índios. Estes estavam mais vinculados a suas comunidades e dificilmente se sentiriam parte de um conjunto maior, como a nação. A própria identidade “nacional” *criolla* também era complexa: muitas vezes se expressava em uma identidade americana contraposta à espanhola e, em outros momentos, estava mais vinculada às pátrias locais e às regiões de origem. Uma das bases do surgimento desse sentimento nacional era a literatura. Escritores *criollos* em diversas regiões da América espanhola valorizavam seus países e começaram a buscar as origens históricas da pátria. Ainda que restritos a pequenos círculos de intelectuais, tais sentimentos seriam fundamentais para legitimar posteriormente os movimentos de independência.

Ideias ilustradas e as revoluções no mundo Atlântico

No âmbito do desenvolvimento intelectual, a influência do pensamento ilustrado ou iluminista para os processos de independência é bastante controversa. No mundo hispano-americano, a difusão do iluminismo foi mais restrita e também se adaptou às tradições filosóficas e ideológicas ibéricas. Porém, muitos líderes patriotas foram diretamente influenciados pelos pensadores

franceses e ingleses. O culto à liberdade, o primado da razão, a crítica ao despotismo e a soberania popular foram ideias caras para a intelectualidade na América espanhola, sobretudo no início do século XIX. Em algumas regiões, como a Venezuela e o Rio da Prata, as ideias ilustradas foram decisivas na formação política e cultural dos líderes patriotas, como Francisco de Miranda, Simón Bolívar e Manuel Belgrano.

O contexto político geral da virada do século XVIII para o XIX também não pode ser negligenciado. Muitas vezes, a historiografia considera que a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa foram decisivas para a eclosão das rebeliões de independência na América espanhola. Mas não há consenso. Os Estados Unidos eram, no início do século XIX, o exemplo de uma nação americana independente que tinha se livrado das amarras de um império europeu. A organização política do governo e a constituição dos Estados Unidos eram vistas por alguns patriotas como exemplo, que deveria ser adaptado às circunstâncias específicas das nações hispano-americanas.

A Revolução Francesa era vista com mais reservas. Embora os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade e os direitos do homem atraíssem fortemente jovens intelectuais, o radicalismo da revolução afastava os setores conservadores. A elite *criolla* desejava a liberdade de comércio e a igualdade de representação entre a colônia e a metrópole, porém rechaçava a liberdade e a igualdade quando aplicada às classes populares. Um exemplo muito próximo do perigo do radicalismo era justamente a revolta dos escravos em São Domingos. As condições turbulentas criadas pela Revolução em Paris permitiram que os escravos se rebelassem contra os senhores e exigissem o fim da escravidão. Os escravos e negros livres foram vitoriosos e, depois de muitas alterações políticas na França, conquistaram a independência do Haiti em 1804, assumindo o controle do novo país. Uma situação semelhante a essa seria um pesadelo para a elite branca na Hispano-América. Em Cuba, que era geograficamente próxima do Haiti e tinha uma população

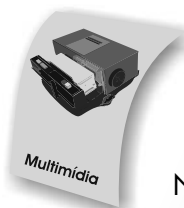
escrava em crescimento, os senhores se alarmaram. Na Venezuela havia preocupação com a contaminação da rebeldia haitiana entre os escravos e, principalmente, na significativa população parda. Assim, a independência do Haiti era vista como um exemplo a ser evitado pelos *criollos*.

A invasão napoleônica de 1808: o estopim da crise

O episódio que afundou definitivamente o império espanhol na crise e criou as condições para o surgimento dos movimentos de independência na América espanhola foi a invasão do exército napoleônico em 1808. A política diplomática de Carlos IV e sua aliança com a França de Napoleão não tinham trazido muitos benefícios. A guerra contra a Inglaterra extinguiu o controle espanhol sobre o comércio colonial e ao mesmo tempo não salvaguardou a Espanha dos interesses franceses. Em 1807, Napoleão decide avançar sobre a Península Ibérica, para controlar definitivamente a monarquia espanhola e invadir Portugal. Em março de 1808, Carlos IV foi forçado a abdicar em favor do filho, Fernando VII, e afastar o primeiro ministro Manuel Godoy. Os franceses ocuparam várias cidades espanholas e impuseram a Carlos IV e a Fernando VII a abdicação, em Bayona, em favor do irmão de Napoleão, José Bonaparte, novo rei da Espanha e das Índias.

A resistência dos espanhóis ao governo francês foi intensa. Em várias cidades espanholas foram criadas juntas que assumiam a soberania em um momento em que o governo legítimo havia sido usurpado. As juntas municipais se organizaram e constituíram uma junta central, que se encarregou de promover a resistência e governar em nome do rei Fernando VII. Esse episódio deflagrou um período revolucionário na Espanha e na América. Ocorreu uma crise de legitimidade e a junta central, acossada pela invasão francesa, teve enormes dificuldades para se estabelecer e governar. De fato, o império ficou sem governo.

Na América, os *criollos* encontraram uma oportunidade para reivindicar e exercer o autogoverno, com a ausência do rei. As autoridades da monarquia espanhola foram acusadas de ser coniventes com os franceses. O repúdio a José Bonaparte e a defesa de Fernando VII se misturavam ao repúdio aos *gachupines* (termo pejorativo utilizado no México para identificar os espanhóis peninsulares, especialmente os que ocupavam cargos no vice-reinado da Nova Espanha. Obs.: Nova Espanha era o vice-reinado a partir do qual surgiu o México independente) e à defesa da pátria e do autogoverno. A partir de 1810, juntas revolucionárias e movimentos de independência começaram a surgir em todas as partes da América espanhola e, após 15 anos de conflitos e guerras, as ex-colônias espanholas se tornaram nações soberanas.



Bicentenário das independências do continente americano

Neste ano de 2010, está sendo comemorado o bicentenário das independências do continente americano. Vale a pena consultar esse site, que apresenta uma linha do tempo, documentos históricos e remete às páginas de comemoração de vários países latino-americanos. Navegue por essas páginas, você vai encontrar muitas informações interessantes!
<http://www.grupobicentenario.org/>

CONCLUSÃO

O Mundo Atlântico passou por uma era revolucionária na virada do século XVIII para o XIX. A Revolução Americana em 1776, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução do Haiti em 1791 abalaram profundamente os impérios coloniais europeus. Rebeliões de escravos, indígenas e mestiços pipocaram em diversas regiões das Américas. O colonialismo era contestado, assim como a escravidão e os governos despóticos. Os direitos do homem, as ideias de igualdade, liberdade e soberania popular passaram a ser instrumentos de transformação empregados por revolucionários na Europa e nas Américas.

A crise do império espanhol, envolto nesse turbilhão de acontecimentos, abriu espaço para a eclosão dos movimentos de independência na Hispano-América. Os patriotas reivindicavam autonomia política, liberdade econômica e igualdade de direitos. Entre 1810 e 1825, a Espanha perdeu todas as suas colônias americanas, mantendo apenas Cuba e Porto Rico. Os novos países da América espanhola ainda enfrentariam enormes obstáculos para construir Estados nacionais estáveis. Certamente, muitas das reivindicações daqueles que lutaram pela independência não foram cumpridas, mas de qualquer forma a América espanhola conseguiu deixar para trás três séculos de domínio colonial.

Resposta Comentada

Neste documento, Dom Rafael Crespo está expressando a posição dos *criollos* da Nova Espanha no momento agudo da crise do império espanhol. Desde fins do século XVIII, a Espanha estava em dificuldades econômicas e políticas, pressionada externamente pelo conflito entre a França revolucionária e a Inglaterra e, internamente, pelas exigências da população colonial por mais autonomia, liberdade de comércio e igualdade. A situação chegou a um limite quando a Espanha entrou em guerra contra a Inglaterra, que impôs um bloqueio naval cortando todo o comércio e as comunicações com a América. A crise econômica na Espanha se agravou e o mercado da América ficou aberto aos países estrangeiros. Os *criollos* perceberam as vantagens da liberdade de comércio e do autogoverno, e os espanhóis peninsulares (*gachupines*), associados à falta de liberdade e ao controle metropolitano, foram os principais alvos da crítica. Em 1808 as tropas napoleônicas invadiram a Península e depuseram o monarca espanhol. Com o império espanhol sem rei, a partir de 1810 os súditos americanos organizaram movimentos patriotas para conquistar sua independência.

RESUMO

O império espanhol estava em grandes dificuldades no início do século XIX. Apesar do relativo sucesso das reformas borbônicas na segunda metade do século XVIII, o aumento da arrecadação fiscal obtido pela coroa não modificou substancialmente as relações desiguais entre a Espanha e a América. Além disso, o aumento de impostos, a criação de monopólios e a centralização administrativa prejudicaram os súditos americanos, que se demonstravam cada vez mais insatisfeitos com os rumos do governo colonial.

Nessa época, a oposição entre *criollos* e peninsulares cresceu, na medida em que a coroa espanhola favorecia os espanhóis peninsulares com cargos administrativos e privilégios comerciais. Um senso de identidade *criolla*, em oposição à identidade espanhola, foi construída e, mesmo ficando restrita a pequenos círculos intelectuais, foi fundamental para legitimar os movimentos patriotas a partir de 1810. As ideias ilustradas também inspiraram alguns líderes rebeldes e se tornaram instrumentos poderosos na luta contra a monarquia espanhola e na reivindicação de igualdade, liberdade e soberania nacional.

A crise do império espanhol foi agravada com a guerra contra a Inglaterra, que começou em 1796. O bloqueio naval inglês cortou as comunicações e o comércio transatlântico, e as colônias ficaram, na prática, livres do controle estrito da coroa sobre a economia e a administração. O comércio com outros países cresceu e os súditos do império espanhol na América perceberam as vantagens do livre comércio e do autogoverno.

Quando as tropas de Napoleão invadiram a Espanha, em 1808, e o rei Fernando VII foi obrigado a abdicar do trono, o império espanhol ficou sem governo. A resistência na Península e na América foi ativa, com a formação de juntas municipais para governar em nome do rei ausente. No entanto, é a partir desse período que os rumos do movimento na América vão se afastar da Espanha. O desejo de autonomia e liberdade só seria atingido com o fim da relação colonial. Em 1810, estouraram em várias cidades da América espanhola os movimentos patriotas, que, depois de mais de uma década de guerras, conseguiram conquistar a independência.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar as ideias políticas dos movimentos de independência. Até lá!

Aula **6**

O pensamento
político da
emancipação
latino-americana I:
diálogos com a
Ilustração

María Verónica Secreto

Meta da aula

Explicar as principais ideias políticas da ilustração que informam os processos de independência na América Hispânica.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. comparar as teorias sobre soberania dos teólogos Francisco Victória e Francisco Suárez;
2. resumir as ideias centrais do absolutismo e do pensamento ilustrado.

INTRODUÇÃO

Era necessária tanta água para apagar tanto fogo!

Antes de iniciarmos o tema de nossa aula, relembremos o confronto entre Cornelio Saavedra e Mariano Moreno, na revolucionária Buenos Aires de 1810-1811.

Saavedra e Moreno, figuras políticas importantes no processo da independência argentina, estavam confrontados politicamente, quase desde início da revolução de maio, que constituiu o primeiro passo da independência argentina. Moreno representava o setor mais revolucionário, aquele que não se conformava com uma simples mudança administrativa. Saavedra, apesar de defensor de Buenos Aires durante as invasões inglesas e de “agitador” durante a semana de maio, representava o grupo mais conservador dentro da revolução.

O choque entre ambas as personalidades veio à luz quando, depois de feito o convite às províncias do interior para se somar ao “governo revolucionário”, à Primeira Junta e à Assembleia Constituinte, Moreno quis vetar o ingresso dos deputados pertencentes a essas províncias, considerados como mais conservadores, enquanto Saavedra queria que esses deputados fossem credenciados o mais rápido possível.

Para acalmar o clima político, Saavedra necessitava se desfazer de Moreno, então encomendou a este a missão de comprar armas na Inglaterra. Durante a viagem, Moreno morreu em alto mar, gerando desta forma um dos episódios mais controvertidos e polêmicos da história argentina. Mariano Moreno morreu ou foi morto? Ao saber de sua morte, Saavedra pronunciou as conhecidas palavras: “Era necessário tanta água para apagar tanto fogo!”



Figura 6.1: Mariano Moreno.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/27/Mariano_Moreno_en_su_mesa_de_trabajo_2.jpg/225px-Mariano_Moreno_en_su_mesa_de_trabajo_2.jpg



Figura 6.2: Cornelio Saavedra.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/97/Cornelio_Saavedra_-_1810.jpg/200px-Cornelio_Saavedra_-_1810.jpg

O conflito entre Cornelio Saavedra e Mariano Moreno esconde também o confronto entre duas concepções de soberania, que serão tema desta aula. Segundo Saavedra, as cidades são soberanas e seus deputados, delegados dos cabildos. Esta definição encaixa-se na concepção colonial tradicional, cuja afirmação é a de que há tantas soberanias como cidades. Já Moreno incorpora uma visão nova, a de soberania popular de Rousseau, na qual a soberania é indivisível, o povo, único, é soberano. Vemos, portanto, a oposição entre uma noção de soberania atrelada à figura do governo e outra, do povo. Mas quem, afinal, é soberano?

Entender quais foram as ideias que influenciaram os processos de independência e de formação dos estados americanos é de fundamental importância para compreender melhor a natureza dos mesmos e os objetivos buscados pelos homens e mulheres que lutaram por tais independências.

Dividimos o pensamento político da emancipação em duas aulas. Em uma, abordaremos a influência do pensamento europeu da Escola de Salamanca e o da Ilustração sobre a geração que tomaria em suas mãos os destinos dos jovens países. Em uma outra aula, abordaremos o pensamento nativo, considerando como este tanto o das interpretações crioulas do pensamento ilustrado como o das elaborações mais “nativas”.

As teorias políticas peninsulares

A historiografia sobre as independências que prioriza a influência europeia sobre o Novo Mundo tem adotado duas posições: uma dá maior ênfase às ideias formais, provenientes da Revolução Francesa, e outra coloca a ênfase sobre o pensamento espanhol. Nesta última perspectiva, afirma-se que os espanhóis americanos (crioulos) não necessitavam de que os teóricos estrangeiros lhes proporcionassem os conceitos políticos modernos para alimentar teoricamente a revolução. Estes conceitos – soberania popular, direito natural, governo representativo, liberdade – fundavam-se no pensamento político da Antiguidade Clássica e nos pensadores espanhóis dos séculos XVI e XVII. Uma dessas formulações mais conhecidas e mais citadas pelos homens das revoluções americanas foi a “teoria da retroversão da soberania no povo”. Segundo esta teoria ou doutrina, ante a ausência do príncipe a soberania retrovertia no povo, que era em primeira instância o soberano.

De onde provinha esta teoria da soberania popular que se parece tanto com a de “contrato social” do século XVIII?

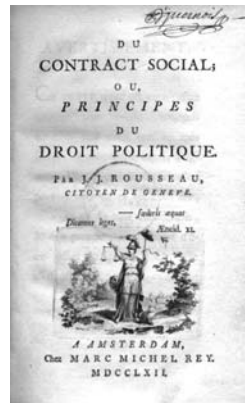


Figura 6.3: Capa do livro *O contrato social*, de Rousseau.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Do_contrato_social

O contrato social, de Rousseau, foi uma das obras mais difundidas nos primórdios da revolução. No Rio da Prata, foi traduzido por Mariano Moreno. No seu capítulo “Do pacto social”, Rousseau explicava a passagem do estado de natureza à sociedade civil, afirmando que, supondo que os homens tenham chegado ao ponto de que os obstáculos enfrentados no estado de natureza superem as forças individuais para manter-se em tal estado, o gênero humano pereceria por manter esse modo de existir. Assim nasceria o pacto social pelo qual cada associado aliena-se de todos seus direitos em favor da comunidade. Em “Do estado civil”, afirma que o que o homem perde no contrato social é sua liberdade natural e o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.

A soberania é inalienável. Sendo a soberania o exercício da vontade geral, nunca pode ser alienada, e o soberano, que é um ente coletivo, somente pode estar representado por si mesmo: o poder pode ser transmitido, não a vontade.

Como acabam certas formas de governo e surgem outras, novas?

Se bem que a vontade particular e a vontade geral tenham pontos em comum, essa coincidência de interesses não pode se estender no tempo. Por sua natureza, a vontade particular inclina-se aos privilégios, e a geral, à igualdade. Pode existir coincidência, mas esta tem durabilidade limitada. No estado civil proposto por Rousseau, os homens consultam a razão antes de consultar seus desejos. O resultado buscado é a justiça e que compense aos homens suas liberdades cedidas. O objetivo das leis no Estado, decorrente do contrato social, é sempre geral, representa a vontade do povo.

Resumindo: o contrato social, pressupondo que todos os homens nascem livres e iguais para realizar este pacto, define o Estado como objeto de contrato no qual os indivíduos não renunciam a seus direitos naturais, mas criam o Estado que defenda esses direitos. O pensamento de Rousseau foi inspirador dos homens das revoluções americanas ou pelo menos o Rousseau como foi apropriado pelas elites intelectuais.

Escola de Salamanca

Na Espanha, nos séculos XVI e XVII, floresceu uma escola de pensamento conhecida como Segunda Escolástica ou Escola de Salamanca. Entre seus integrantes, podemos mencionar Francisco de Victoria (1483-1512), Domingo de Soto (1494-1570) e Francisco Suárez (1548-1617). A relevância desta escola reside no fato de ela elaborar uma teoria do Estado, constituindo uma espécie de transição entre as concepções medievais e as modernas. A escola e a maioria de seus integrantes são espanhóis, mas encontram-se entre seus pensadores alguns portugueses. Devemos reparar nesta peculiaridade. O motivo para que os cultivadores desse pensamento encontrem-se nesses dois países peninsulares radica na experiência colonial americana que leva os teólogos a refletir sobre a natureza do poder e o direito das gentes. Duas questões fundamentais para pensar a natureza do Estado e do vínculo que une povo e soberano.

Frequentemente, encontramos referências a Hobbes, Locke e Rousseau, que teorizaram sobre as modernas concepções de Estado e de Direito, utilizando noções como as de “estado de natureza”, “contrato social” e “leis naturais”. Esses pensadores exerceram grande influência na formação dos novos Estados (dos Estados Unidos à Argentina). Sendo Hobbes, Rousseau e Locke os pais da teoria do Estado, as noções que eles utilizaram para criar tal teoria já apareciam anteriormente em alguns teóricos/teólogos da Segunda Escolástica.

De todo modo, devemos à teoria de Francisco de Victoria a noção de potestade civil, ou seja, o poder supremo civil, como antecedente do Estado. Segundo Victoria, a origem das cidades e das repúblicas não é uma invenção dos homens e não deve ser considerada como algo artificial, senão como algo que brota da natureza, que surgiu como modo de vida aos mortais para sua defesa e conservação. De todas as criaturas, o homem era o mais desprotegido e que necessitou associar-se para defender-se. O poder público constitui-se, então, em direito natural, e o direito natural reconhece por autor Deus. Assim se explica que o poder público tenha sua origem em Deus. A república tem este poder por instituição divina. A monarquia é justa e legítima, e, ademais, os reis têm poder por direito divino e não recebido da república.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/thumb/3/39/Francisco_vitoria.jpg/220px-Francisco_vitoria.jpg

Francisco de Victoria foi um teólogo espanhol e um dos fundadores da tradição filosófica da Escola de Salamanca. Victoria dedicou-se aos estudos sobre a dignidade e os problemas morais da condição humana. Suas teorias são especialmente influentes pelas suas implicações jurídicas e teológicas. No Brasil, teve publicada a obra *Os índios e o direito da guerra*.

Muitas das provas de Victoria, como as de outros teólogos, sustentam-se no critério de “autoridades”, isto é, através da citação dos textos clássicos. Como exemplo: o reino não é contrário ao direito natural, pois o direito natural é imutável, como provado por Aristóteles. Se o reino fosse contra o direito natural, não poderia ter sido justo em outros tempos.



O homem animal social

Aristóteles afirmou que “o homem é um animal social”, dizendo que a união entre os homens é natural, porque o homem é um ser que naturalmente necessita de coisas e de outras pessoas para alcançar a sua plenitude.

As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja, a união da mulher e do homem para perpetuação da espécie (isto não é resultado de uma escolha, mas nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e nas plantas, há um impulso natural no sentido de querer deixar depois de indivíduo outro ser da mesma espécie) (Política, I, 1252a e 1252b, p. 13-4).

Concluindo sobre a potestade em Francisco de Victoria: a potestade régia não vem da república, mas de Deus, embora se constitua pela república, que transfere ao rei não sua potestade, senão sua autoridade. Não existem duas potestades: uma, a régia e outra, a comunidade. Para Victoria, o poder soberano fundamenta-se no fato mesmo da instauração do estado civil que deriva da vontade de Deus, não da República nem dos homens. Neste ponto, Hobbes separa-se de Victoria. No estado de natureza de Hobbes, o homem vive em guerra, e para terminar com ela é que constitui a sociedade e o contrato social.

Para Hobbes, o poder monárquico fundamenta-se na convenção humana que transfere o poder em troca da segurança de que ele garanta as leis naturais e os pactos fundados nessas leis. Trata-se neste caso de uma decisão livre, tomada pelos homens para escapar do estado de natureza.

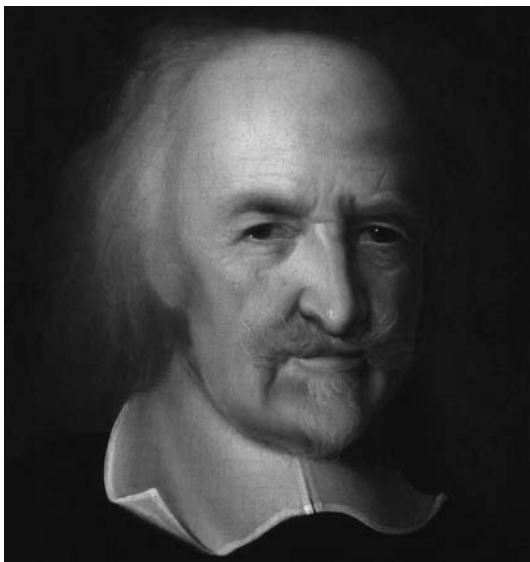


Figura 6.4: Thomas Hobbes.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes

Para Victoria, por outro lado, o estado civil é parte da natureza humana que tende a viver em sociedade – como para Aristóteles. O que entendemos por modernidade estava presente na obra de Victoria quando ela se refere à origem do governo civil, fazendo o poder dos reis derivar de Deus.



Francisco Suárez e a teoria da soberania popular

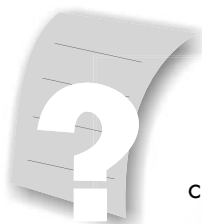
Entre os séculos XVII e XIX, uma série de acontecimentos europeus e americanos definiu o tipo de Estado que predominaria em cada uma das regiões. Os acontecimentos de um lugar ecoavam em outro, e os argumentos, ideias e teorias eram utilizados e forçados a servir a determinados interesses. Não foi estranho que, ante a situação política da Inglaterra de inícios do século XVII, se posicionasse um padre espanhol. O que estava em jogo, nesse caso, não era só o trono da Inglaterra, mas a definição do que se considerava um governo legítimo e de quando se justificava uma revolução. Temas também privilegiados pelos revolucionários americanos: os da legitimidade do governo e da legítima revolução.

Em 1613, Jacobo I, abandonando a religião católica, assumiu o trono da Inglaterra, apoiando-se na doutrina do direito divino dos reis, pondo em prática um governo absolutista e gerando resistências que acabariam drasticamente com a revolução de Cromwell e a decapitação do sucessor e filho de Jacobo, Carlos I.

As circunstâncias que conduziram Jacobo ao trono provocaram a disputa com o papa, na qual se envolveram vários personagens da época que contribuíram na guerra de argumentos e de textos. Entre os que entraram no debate, destaca-se o padre Francisco Suárez, que escreveu *Defensio fidei catholicae adversus anglicanae seactae errores*. *Defensio fidei* é considerado um dos textos melhor pensados e argumentados da história das ideias políticas. Sua perspectiva é voluntarista, perceptível sobretudo na teoria da delegação e transmissão do poder que a comunidade realiza em mãos do governante.

Neste ensaio, Suárez sustentava ideias que eram inadmissíveis tanto para o anglicanismo como para o absolutismo francês, e, por essa razão, o livro foi queimado tanto em Londres como em Paris. Estas ideias “subversivas” eram:

- soberania popular e democracia;
- apoio do papa no temporal;
- legítima defesa dos direitos do povo quando o monarca se afastava dos termos do pacto de delegação do poder e, portanto, sustentava o direito de resistência frente ao monarca.



Francisco Suárez foi um jesuíta, filósofo e jurista dos séculos XVI e XVII, destacando-se como uma das figuras principais do Direito Internacional da Idade Moderna. Estudou Direito em Salamanca, entre 1561 e 1564, mas abandonou os estudos para ser admitido na Companhia de Jesus (fundada em 1540). Suárez dedicou seus estudos à questão da origem histórica das várias sociedades políticas e da maneira concreta como nelas se estabeleceu o poder que as governa, concluindo que a origem

histórica da sociedade civil e do poder político não se pode justificar sem o consentimento ao menos implícito das vontades humanas.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8d/Francisculus_Suarez%2C_S.I._%281548-1617%29.jpg/250px-Francisculus_Suarez%2C_S.I._%281548-1617%29.jpg

O pacto de delegação era, para Santo Tomás de Aquino, um ato de concessão ao príncipe de alguns direitos objetivos que derivavam da natureza mesma das coisas, sendo o poder político um elemento da natureza mesma da vida social. Por sua vez, para Suárez, a comunidade, dispondo livremente do direito subjetivo, transmite o poder voluntariamente ao governante, que o aceita de modo livre. Nesta relação, o elemento decisivo é o vínculo que une estas duas vontades: a do povo e a do governante.



Relação entre a escola de Salamanca e Santo Tomás de Aquino

A Escola de Salamanca também é chamada de Segunda Escolástica. A Escolástica é uma linha dentro da filosofia medieval essencialmente cristã, que busca harmonizar a doutrina da fé com as exigências do pensamento filosófico.

Qual a relação dos salmantinos com a Escolástica? Em grande medida, trata-se da continuidade de um pensamento que teve início no século IX.

Uma questão-chave vai atravessar todo o pensamento escolástico: a harmonização de duas esferas, a da fé e a da razão.

O pensamento de Agostinho, conservador, defendia uma subordinação maior da razão à fé, por acreditar que a Fé permitia restaurar a condição decaída da razão humana, enquanto Tomás de Aquino defendia uma certa autonomia da razão na obtenção de respostas. Ele renovava o pensamento da Igreja, incorporando inovações aristotélicas, sem negar a subordinação da razão à fé.

Em *Defensio fidei catholicae adversus anglicanae seactae errores*, como em outras peças do pensamento da Escola de Salamanca, observa-se a importância atribuída à liberdade humana. Suárez considerava que, embora o poder do governo procedesse de Deus, sua transmissão a uma pessoa concreta resultava da concessão do próprio povo e, em tal sentido, do direito humano. O poder do governante será mais ou menos amplo de acordo com o pacto que se haja estabelecido entre o reino e o rei. Assim, simplesmente, o poder provinha dos homens.

O poder que a comunidade delega ao governante não é ilimitado. O poder civil chama-se supremo e, por sua vez, soberano. A soberania política, embora tenha sua origem em Deus, que a entregou aos homens no mesmo momento da criação, reside não obstante na comunidade política.

O poder é delegado não em virtude de uma instituição positiva ou ato particular, mas em virtude do ato de criação no qual se inscreve na natureza humana a inscrição a unir-se em sociedade com os outros homens. Disso resulta que o outorgamento divino do poder não se faz imediatamente a nenhuma pessoa ou grupo determinado mas à totalidade do povo.

Entre a comunidade política e Deus não há intermediário por meio do qual o poder seja transferido. A soberania política resulta do fato de congregarem-se os homens num corpo político sem intervenção alguma da vontade criada, isto é, sem intervenção do rei. Este último não é mediador entre Deus e o povo, mas é o povo que media entre Deus e o rei.

A monarquia e a aristocracia, portanto, são introduzidas por uma instituição positiva humana, por meio de um pacto de delegação, já que a razão natural não determina como necessária nenhuma forma de governo.

Observamos que, no pensamento político espanhol, aquele que servia de suporte ideológico da monarquia e aquele que era ensinado nas universidades peninsulares, como as americanas, estava presente este conjunto de ideias sobre a soberania do povo. O direito das gentes foi uma das áreas em que mais se destacou esta escola e a doutrina subsequente de retroversão da soberania ao povo.

Para Francisco Suárez, a comunidade, dispondo livremente do direito subjetivo, transmite o poder voluntariamente ao governante, que o aceita de modo livre. Esta fórmula de pacto faz com que a teoria de Estado de Suárez preanuncie a de “contrato social”, de Rousseau. Assim, para Suárez, é na natureza humana que se inscreve a sociedade e o viver em comunidade, o poder outorgado por Deus não recaiu em nenhuma pessoa em particular, mas na totalidade do povo. Daí a teoria da retroversão: se a soberania pertencia ao povo e este delegou no rei, quando o rei está impossibilitado de governar, a soberania retorna ao povo.

O absolutismo e o pensamento ilustrado

Em 1808, Napoleão invadiu o território espanhol e conseguiu que Carlos IV e seu filho Fernando VII abdicassem ao trono em favor dele, que, posteriormente, cedeu o trono da Espanha a seu irmão José Bonaparte.

A Junta Central foi o órgão que acumulou os poderes executivo e legislativo da Espanha durante a invasão napoleônica. Constituiu-se em setembro de 1808, depois da batalha de Bailén, que fez pensar aos espanhóis que vencer Napoleão era possível. Esta Junta, que funcionou até 1810, não reconhecia a abdicação de Baiona, quando Fernando VII foi obrigado a abdicar e reconhecer José Bonaparte, irmão de Napoleão, como rei da Espanha. Quando chegaram à América as notícias da queda da Junta, começou uma agitação geral dos crioulos, que não viam como as autoridades nomeadas por ela poderiam ter alguma legitimidade (como vocês verão na Aula 10), embora ainda existisse na península o Conselho da Regência de Espanha e Índias. Este conselho chamou as Cortes de Cádiz, a Assembleia Constituinte, à qual enviaram representantes alguns povos americanos e na qual se redigiu a Constituição espanhola de 1812, que vigorou também em alguns territórios americanos.

A Junta Central, a Regência, as Cortes, as Juntas americanas e os Cabildos Abertos utilizariam a teoria política da Escola de Salamanca, que oferecia o argumento básico sobre a legitimidade de seu funcionamento: a retroversão da soberania ao povo.



A Constituição votada em Cádiz em 1812 define como nação espanhola a reunião de todos os espanhóis de ambos os hemisférios. Claro que não todo espanhol era cidadão. Era cidadão quem era independente. Em nome da independência social, excluem-se os menores de idade, os servidores e as mulheres. Estava-se caminhando para o individualismo, mas este é ainda incompleto. A sociedade estava composta por grupos familiares, mas que por indivíduos.



Figura 6.5: Juramento dos Deputados das Cortes de Cádiz. Obra de José Casado del Alisal.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Junta_Suprema_Central

A vitória do absolutismo e suas consequências é o fenômeno-chave do século XVIII, francês e espanhol. Este é o resultado da confrontação entre o Estado moderno, em conformação, e as instituições representativas de velha tradição, sejam estas as cortes espanholas ou os Estados Gerais na França. No início do século XVIII, com a instalação dos borbones na Coroa espanhola, as cortes foram enfraquecidas, não constituindo, portanto, freio ao aumento do poder real. A Coroa espanhola proibiu o ensino das ideias da Escola de Salamanca, numa tentativa por cobrir o sol com uma peneira.

O triunfo do absolutismo na França e na Espanha condiciona a saída revolucionária que experimentaram ambos os países, em final do século XVIII e início do XIX: a Revolução Francesa de 1789 e a liberal espanhola de 1808. O Estado absolutista baseia sua relação com a sociedade, não como corpos heterogêneos, mas como uma relação binária soberano/súbdito. O fim do poder político dos corpos coincidiu com o triunfo do indivíduo. Acompanha esta grande transformação o surgimento de uma nova sociabilidade. Os salões, as lojas, que serão de grande importância como espaços semipúblicos de articulação dos princípios das revoluções americanas. Nestes espaços, a relação entre os componentes não é de "corpo", mas de indivíduos livremente associados que têm em comum compartilhar um conjunto de ideias.

Ideias opostas entre a realidade e o ideal

Ideal	Real
Indivíduos	Corpos e estamentos
Igualdade	Hierarquia
Livre associação	Comunidades políticas heterogêneas produto da história
Poderes fundados na vontade dos cidadãos	Poderes fundados na tradição ou na Providência

Estas ideias, que se confrontam no campo da realidade e do ideal, não se opõem de forma simétrica no absolutismo e na Ilustração. Absolutismo e Ilustração compartilham hostilidade contra os corpos e seus privilégios, conceito unitário de soberania, ideal de uma relação binária entre poder e indivíduos, submissão da Igreja ao Estado, modernizar a propriedade, acabar com os privilégios da nobreza, grêmios e universidades, instaurar o livre comércio, diminuir a autonomia dos municípios. Ambos eram contrários ao tradicionalismo e inércia da sociedade. Como se pode observar, absolutismo e ilustração não são opostos. Para as elites modernas, ilustradas, o absolutismo era um instrumento, mas é evidente que essa aliança instrumental pronta entraria em crise, já que o Estado absolutista não podia levar as reformas até a última consequência (o monarca seguia sendo o senhor natural do reino, na cúspide de todas as dignidades e honores).

Durante o ministério de Godoy, favorito e ministro de Carlos IV, a monarquia deixou de ser vista como o motor das reformas, a base da nova sociedade. As elites modernas vislumbram um caminho para alcançar a modernidade: a tradição. São convocados na França e depois na Espanha os Estados Gerais e as cortes respectivamente. Desenvolveu-se na Espanha o chamado constitucionalismo histórico, que enterrava suas raízes nas cortes e nas tradições, nas leis fundamentais do reino.

François-Xavier Guerra distingue a existência de três grupos políticos: modernos, absolutistas e constitucionalistas históricos, que compartilham em parte grande número de princípios.

Depois da abdicação de Baiona, o caminho revolucionário segue a trilha da tradição. As revoluções – a espanhola e a americana – serão feitas em nome da monarquia e da legitimidade do rei Fernando VII, e não das novas ideias; estas virão à cena em um segundo momento, uma vez lançado o processo político irrefreável. Ao desaparecer a legitimidade real e rejeitar a de José I, não restava mais que apelar à soberania do reino ou do povo.

Assim foi formada em um primeiro momento a Junta Central, cuja legitimidade podia ser questionada, pelo fato de ser constituída por delegações das juntas insurgentes. A convocação das Cortes e a eleição dos deputados na península e na América coloca um dos problemas centrais da revolução atlântica: qual a relação entre Espanha e América?

Que eram as Índias? Reinos de direitos plenos ou colônias? De serem reinos, então os representantes enviados às Cortes deveriam ser proporcionais à população. Mas isto não seria aceito pelos espanhóis. Será a rejeição desta igualdade que alimentará a causa independentista americana, ademais das próprias vicissitudes da política interna dos ex-vice-reinos.



Indivíduo e propriedade

Que se concebe como indivíduo? – pergunta-se o antropólogo Robert Castel. E responde que o indivíduo não existe como substância, para existir necessita de suportes. A concepção destes suportes tem variado historicamente; dentro destas variações, foi Locke quem desenvolveu pela primeira vez a teoria de que o indivíduo necessita de algo em que se apoiar para existir, e este suporte é, para o filósofo, a propriedade privada. Para Locke, o homem é aquele que se apropria e transforma a natureza pelo seu trabalho e transforma-se desta forma em proprietário. A propriedade de si mesmo é pensada em Locke em oposição ao modelo de dependência. A relação entre ser proprietário de algo e ser proprietário de si é uma relação indissolúvel. É esta noção liberal de indivíduo a que embasa toda a discussão das novas Constituições.

Quem não é cidadão, não é porque não é dono de si, isto é porque depende de outro para existir. O chefe de família representava, na Constituição espanhola de 1812, o cidadão ativo. Em termos políticos, somente os proprietários ou homens ilustrados podiam conceber o interesse geral da pátria. Não obstante, esta intenção excludente que estava presente nas discussões de Cádiz quase não restringiu o voto masculino, nem o atrelou à propriedade; esta ainda não existia na sua forma de propriedade moderna. O sufrágio muito estendido desta fase esconde as restrições estabelecidas pelo voto indireto, que deixava em mãos da elite os mecanismos das eleições.



Figura 6.6: Alegoria da Constituição espanhola de 1812.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_C%C3%A1dis

CONCLUSÃO

Depois de invadida a Espanha, as possessões americanas iniciaram movimentos políticos que, se bem não declararam as independências de imediato, tinham como intuito salvaguardar a autonomia de que gozavam. A primeira ação, no geral, foi a convocação de cabildo aberto no qual as elites crioulas decidiram sobre os destinos políticos dos vice-reinos. Estas ações, se bem que revolucionárias, foram realizadas em nome da fidelidade a Fernando VII. A justificativa utilizada não foi feita para a ocasião, mas foi facilmente adaptada. Tratou-se da doutrina da reversão da soberania ao povo. Por este motivo, é tão importante a teoria de retroversão da soberania para uma melhor compreensão das independências americanas. Esta doutrina enterrava suas raízes no século XVII, quando a Segunda Escolástica havia teorizado a existência e natureza do Estado. A Ilustração francesa e suas ideias de liberdade e igualdade também nutriram os imaginários políticos da época.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Realize uma representação gráfica na qual apareçam as ideias próprias do absolutismo e da Ilustração na qual também possam se visualizar as ideias em comum (semelhante à que fizemos com as ideias de Francisco de Victoria e Thomas Hobbes).

Resposta Comentada

Ideias absolutistas: monarca como senhor natural do reino, o poder absoluto do rei se constrói por sobre os outros poderes: legislativo, judicial, religioso. Mantém a ideia do rei como a cabeça de um corpo que é a sociedade.

Ideias ilustradas: a monarquia pode ser vista como instrumento para atingir os fins, mas por definição é vista como poder arbitrário, indivíduos iguais sob uma mesma lei, nação como povo, ente homogêneo, isto é o conjunto dos indivíduos associados por contrato social.

Ideias compartilhadas: hostilidade contra os corpos e seus privilégios, conceito unitário de soberania, ideal de uma relação binária entre poder e indivíduos, submissão da Igreja ao Estado, modernizar a propriedade, acabar com os privilégios da nobreza, grêmios e universidades, instaurar o livre comércio, diminuir a autonomia dos municípios, oposição ao tradicionalismo e à inércia da sociedade.

RESUMO

Nesta aula, contextualizamos as influências filosóficas que nutriram as revoluções americanas e europeias, começando com as teorias políticas peninsulares, que eram amplamente difundidas na América, através das universidades americanas, e continuando com os contratualistas,

especialmente Rousseau – embora em outros momentos desta aula também nos referamos a Hobbes e Locke –, por ter conhecido desde cedo tradução “crioula”.

Se as ideias difundiram-se rapidamente no mundo atlântico foi porque esse mundo estava estritamente ligado, ao ponto de poder pensar-se em uma única revolução, que acabou com o Antigo Regime em ambas as margens do oceano onde reinava o absolutismo. Os princípios do absolutismo não eram totalmente contrários aos modernizadores do Iluminismo, embora o fossem em última instância, já que os pontos em comum entre ambas as filosofias e teorias de governo tinham contradições insuperáveis, como a que se referia às formas de governo e às teorias do poder.

A aula centrou-se nas diferentes concepções sobre o Estado e sobre a legitimidade dos governos, dando ênfase à teoria da retroversão da soberania, pela qual o povo era o verdadeiro soberano e depositário do poder que o delegava ao governante e de quem podia tomá-lo em circunstâncias justificadas.

Devemos lembrar que as ideias europeias não foram as únicas que concorreram para nutrir os imaginários independentistas, e muitas delas vieram da própria América, como veremos na aula a seguir.

Aula **7**

A consolidação
da independência
na América
Latina: história e
historiografia

Gabriel Aladrén

Meta da aula

Apresentar um panorama das revoluções de independência na América espanhola, identificando a cronologia dos eventos e as especificidades das diferentes regiões, e noções básicas da historiografia, as principais vertentes explicativas dos processos de independência, suas características e modificações desde o século XIX.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as características gerais dos processos de independência na América espanhola;
2. identificar as diferenças entre as principais vertentes explicativas dos processos de independência na América espanhola desde o século XIX.

Pré-requisitos

Retome a Aula 5 e lembre termos como *criollos* e *peninsulares*, além de revisar as explicações para as origens dos processos de independência na América espanhola.

INTRODUÇÃO

O estudo das revoluções de independência é um dos temas privilegiados na historiografia hispano-americana. Há uma quantidade enorme de livros e artigos escritos, desde o século XIX. Essa importância é justificada, na medida em que o evento representa o surgimento das repúblicas independentes, e é natural que o interesse acadêmico e do público em geral se volte para o entendimento das origens de suas nações.

Nesta aula, vamos apresentar, na primeira parte, uma visão geral sobre as revoluções de independência na América espanhola, indicando as conjunturas e o desenvolvimento do processo entre 1808 e 1826. Na segunda parte, o objetivo é identificar e problematizar as principais contribuições historiográficas sobre o tema, apontando suas diferenças e especificidades e seus diálogos, desde o século XIX até os dias de hoje.

As revoluções hispano-americanas, 1808-1826

A invasão napoleônica e a crise da monarquia espanhola: os dois anos cruciais, 1808-1810

O período de 1808 a 1810 é chave para compreender a crise definitiva do império espanhol e a posterior ruptura provocada pelos processos de independência na América. Desde fins do século XVIII, o rei espanhol Carlos IV estava em uma situação delicada, em consequência das guerras europeias travadas entre Inglaterra e França. A política diplomática de Carlos IV, embora tenha levado a Espanha a uma guerra contra a Inglaterra, não foi suficiente para afastar a ameaça francesa. Em 1807, Napoleão decidiu avançar sobre a Península Ibérica, para controlar a monarquia espanhola e invadir Portugal.

A situação interna do reino espanhol também era desfavorável. Havia uma forte oposição a Carlos IV e, particularmente, a seu primeiro-ministro, Manuel Godoy. O motim de Aranjuez, de março de 1808, impôs a Carlos IV a abdicação em favor de seu filho, Fernando VII, e a deposição de Godoy. Em maio, com as tropas francesas já ocupando várias regiões da península, ocorrem as abdições de Bayona, quando a coroa espanhola passa dos Bourbons para José Bonaparte, irmão de Napoleão. O rei Fernando VII foi preso e, à medida que a notícia se espalha pelas províncias espanholas, juntas insurrecionais são formadas em nome da fidelidade ao rei.

A reação não era esperada por Napoleão. A resistência foi em grande medida popular, uma vez que muitos membros das elites procuravam fazer acordos com o novo governo e receavam qualquer tipo de enfrentamento aberto. A formação das juntas nos municípios e nas províncias já colocava em pauta um conjunto de problemas que acompanharia toda a chamada revolução hispânica que, conforme análise de François Xavier Guerra, foi um processo único que incorporou os acontecimentos revolucionários na Espanha e os movimentos de independência na América.

A formação das juntas, desde o princípio, demonstra a vigência de valores políticos do Antigo Regime convivendo com elementos que já anunciavam as mudanças futuras. A fidelidade ao rei, a defesa da religião católica, dos costumes e da pátria aparecem entremeados com a ideia de nação, muitas vezes com um sentido moderno. O primeiro problema colocado foi a questão da legitimidade do poder. Na ausência do rei, quem deveria governar? Os argumentos utilizados pelas juntas foram de caráter contratualista: o poder, que estava nas mãos do rei, deveria voltar para o povo, que seria a fonte da soberania. Esse argumento é interessante, pois já demonstra uma mudança de concepção: nas teorias absolutistas, a origem do poder real é divina, mas, na visão contratualista, a origem é o povo, a sociedade. As juntas insurrecionais, portanto, reuniam a soberania por decisão do povo, em um momento em que não havia governo legítimo.

O segundo problema enfrentado era a fragmentação da resistência. Foram criadas juntas em diversas cidades espanholas, mas era necessário organizar e centralizar o movimento. Em setembro de 1808, é formada a *Suprema Junta Central Governativa Del Reino*, que governa no lugar e em nome do rei. A formação dessa Junta Central também evidencia as transformações que estavam ocorrendo: não se reconhecia mais a legitimidade dos conselhos e das autoridades delegadas da monarquia, o poder deveria ser exercido pelas juntas, que seriam a expressão dos interesses do povo. Na América, assim que as notícias dos acontecimentos chegaram (em alguns lugares poderia demorar até 5 meses), os mesmos problemas são colocados. As autoridades coloniais (os funcionários dos vice-reinados) começam a perder a legitimidade, e alguns cabildos assumem a dianteira criando juntas provisórias de governo.

As reações iniciais dos americanos eram muito semelhantes às dos peninsulares. Não havia uma intenção clara de aproveitar a situação para conquistar a independência. Falava-se na lealdade ao rei e à monarquia e rechaçava-se a dominação francesa, mas também eram feitas reivindicações de autonomia e mudanças no governo colonial.

Com a formação da Junta Central, que se reuniu durante a maior parte do tempo em Sevilha, numa situação em que o exército francês ocupava quase todas as províncias espanholas, novos problemas foram surgindo. As bases de poder e legitimidade da Junta Central eram precárias, não somente pelo contexto militar desfavorável, mas também pela própria maneira como a representação da Junta foi indicada, reunindo delegados das juntas municipais. Por isso, passou-se a debater a convocatória das cortes e a eleição de deputados americanos. Nesse momento, segundo Guerra, os dois problemas fundamentais da revolução hispânica passaram a ser debatidos: o que era a nação? Qual deveria ser a relação entre a Espanha e a América?

Em janeiro de 1809, a Junta Central publicou um decreto convocando os americanos a elegerem seus membros para a Junta.

O teor desse decreto já demonstra as contradições do processo e as sementes da ruptura entre Espanha e América. O texto inicia afirmando que os domínios espanhóis na América não eram colônias, e sim parte integrante da monarquia. Porém, a participação americana na representação nacional é oferecida como uma espécie de concessão, e não como um direito. Pior que isso, somente a disparidade na representação: enquanto a Península teria 36 deputados, a América e as Filipinas juntas teriam somente 9, sendo que ambas as partes tinham mais ou menos a mesma quantidade de habitantes. A reação dos americanos foi diversa: por um lado, houve satisfação por poder participar do poder nacional, pela primeira vez; mas, por outro, a desigualdade no tratamento deixou muitos americanos ressentidos.

François Xavier Guerra afirma que, desde o início da formação da Junta Central, três correntes políticas disputavam a direção do processo: 1) os absolutistas, que desejavam a restauração da monarquia sem grandes modificações políticas; 2) os constitucionalistas históricos, que se inspiravam no modelo inglês, queriam a reforma da monarquia e a instauração de um sistema constitucional; 3) os liberais, que constituíam a ala mais radical da resistência e eram partidários da soberania do povo e de uma constituição inspirada na francesa. Todas as correntes, grosso modo, existiam na Espanha e na América. Os absolutistas eram aqueles ligados à antiga monarquia, membros importantes da administração, no reino e nas colônias; os constitucionalistas eram a grande maioria; os liberais eram minoritários, muito jovens e pertenciam às elites intelectuais.

Esses grupos debatem intensamente vários aspectos da formação da Junta Central e, principalmente, a convocatória das cortes. As formas de eleição, a composição, a maneira de votar, a distribuição dos poderes etc. A princípio, o discurso que prevalece, apesar das diferenças, é o da regeneração das antigas liberdades e da necessidade de votar uma constituição para a monarquia. No entanto, o que parecia uma situação dominada pelos constitucionalistas históricos acaba resultando em uma vitória dos liberais, com a mudança rápida de uma retórica reformista para uma revolucionária.

Ao mesmo tempo que esses debates são realizados, a situação militar da resistência se deteriora. O exército francês avança muitas posições ao longo de 1809 e a Junta Central é obrigada a recuar para Cádiz, uma cidade portuária no litoral sul da Espanha. Pressionada pelos franceses, em janeiro de 1810, a Junta Central é dissolvida, e o poder é transferido para um Conselho Regencial. A ocupação francesa é bem-sucedida e os clamores revolucionários seriam temporariamente sufocados na Espanha.

No entanto, é justamente nesse momento que as revoluções de independência vão começar a estourar na América. Quando as notícias da dissolução da Junta Central e da vitória do exército francês chegam, os hispano-americanos percebem que, sem um governo legítimo e com a derrota da resistência, é necessário que eles mesmos construam suas próprias instituições políticas.

Para François Xavier Guerra, esse período que vai do início da resistência à ocupação francesa até a dissolução da Junta Central é fundamental para a revolução hispânica. Nestes dois anos, houve uma transformação ideológica e política. A retórica revolucionária dos liberais acabou sendo vitoriosa e, a partir de então, a irrupção da política moderna e das novas concepções de representação, igualdade, cidadania e nação tornarão o processo de independência irreversível.

As guerras de independência, 1810-1826

O ano de 1810 marca o princípio dos movimentos de independência na América espanhola. Se nos dois anos anteriores as turbulências políticas ocorreram em grande parte na Península, de 1810 a 1826 os americanos viveriam um período marcado por guerras e conflitos, que resultaram na independência da maior parte dos territórios do império espanhol na América.

As juntas de Caracas, Buenos Aires, Cartagena, Bogotá e Santiago do Chile e a insurreição liderada por Miguel Hidalgo

no México foram os primeiros movimentos, iniciados entre abril e setembro de 1810, que refletiram os acontecimentos peninsulares dos dois anos anteriores e, em particular, a queda da Junta Central no início do ano. Se ainda não estava claro que esses movimentos iriam obter sucesso na luta pela independência, já demonstravam o ímpeto dos hispano-americanos de construir suas próprias instituições e protagonizarem as lutas revolucionárias das duas décadas posteriores. Normalmente, observa-se que essa primeira fase dos movimentos de independência teve três focos principais, todos eles com características peculiares: o Rio da Prata, Nova Granada e o México.

A revolução de maio de 1810 em Buenos Aires deflagrou o movimento na região platina. No mesmo ano, foi formada uma junta insurrecional em Santiago do Chile e, em 1811, foi declarada a independência do Paraguai. A junta de Buenos Aires, desde o princípio, procurou alastrar a revolução para as outras províncias platinas. No entanto, houve resistência na Banda Oriental (Uruguai), no Paraguai e no Alto Peru (Bolívia). Nessas regiões, ou havia uma presença realista forte (como era o caso do Alto Peru) ou havia um forte desejo de autonomia, o que levava ao receio de se submeter ao poder emergente de Buenos Aires. Mesmo nas províncias do interior do que posteriormente se tornou a Argentina (como Tucumán, Córdoba, Entre Ríos e Corrientes, entre outras), diferenças econômicas e sociais levavam aos proprietários dessas regiões a desconfiar da política de Buenos Aires, originando as tensões entre centralistas e federalistas, que iriam marcar a formação do estado nacional argentino no século XIX.

No vice-reinado de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela (que incluíam os territórios dos modernos países da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá), os focos do movimento de independência foram as cidades de Caracas e Santa Fé de Bogotá. Francisco de Miranda e Simón Bolívar iniciaram a revolução na Venezuela, mas a oposição conservadora resistiu ao governo patriota. Bolívar procurou ampliar as bases territoriais e sociais

do movimento para o território da Nova Granada e, apesar de alguns avanços logrados pelos revolucionários, a situação ficaria extremamente complicada a partir de 1814. Neste ano, Fernando VII retornou ao trono espanhol e o absolutismo foi restaurado. Um grande exército foi enviado para a América para retomar o controle espanhol.

A maré revolucionária dos movimentos de independência, que tinham avançado por diversos territórios da América do Sul, começou a retroceder perante a resistência conservadora e a retomada do absolutismo espanhol. No início de 1817, o único movimento patriota que controlava a situação era o de Buenos Aires, ainda assim com dificuldades internas e enfrentando a ameaça da expansão portuguesa na Banda Oriental.

No México, o movimento patriota teve características diferentes das encontradas na América do Sul. Não foi formada uma junta revolucionária como em Buenos Aires ou Caracas. Uma rebelião liderada pelo padre Miguel Hidalgo contou inicialmente com o apoio de *criollos* das regiões do México rural. O apoio crescente dos índios e mestiços levou a rebelião para rumos mais radicais, o que acabou afastando os proprietários abastados. Hidalgo foi executado em 1811, mas a rebelião seguiu sob comando de outro padre, José Maria Morelos, que também foi executado em 1815.

No México, assim como no Peru e em Cuba, havia fortes resistências aos projetos de independência. A administração colonial espanhola tinha uma presença mais forte nessas regiões (que eram os centros políticos, militares e econômicos do império) e os *criollos* receavam a radicalização da revolução, preocupados com a grande presença de índios, mestiços e negros escravos.



Figura 7.1: As independências hispano-americanas.

Fonte: http://www.kalipedia.com/popup/popupWindow.html?tipo=imagen&titulo=Independencia+americana&url=/kalipediamedia/historia/media/200806/06/hischile/20080606klphishch_1_Ees_LCO.png&popw=524&poph=548

A partir de 1817 teve início uma segunda fase dos movimentos de independência na América espanhola. Segundo Stuart Schwartz e James Lockhart, o objetivo de separação total da Espanha já era generalizado, mas a monarquia havia conseguido debelar os rebeldes patriotas na maior parte das regiões americanas. Porém, estava por iniciar uma onda avassaladora de guerras que levaria à destruição do império espanhol na América continental.

Tropas enviadas do Rio da Prata, sob comando de José de San Martín, conquistaram o Chile em 1817 e prosseguiram em direção ao Peru. Em 1821 Lima foi conquistada, mas os realistas ainda dominavam o interior. As perspectivas dos revolucionários

eram mais alvissareiras, pois em 1820 as tropas espanholas que seriam enviadas para a América se amotinaram, dando início a uma insurreição que acabou com o absolutismo espanhol e obrigou Fernando VII a restaurar a constituição. Sem reforços vindos do reino, os realistas ficaram em uma situação complicada na América.

Além da ofensiva de San Martín vinda do Sul, Bolívar vinha conquistando vitórias e alastrando o movimento patriota desde a Venezuela e a Nova Granada. Em 1823, Bolívar chegou a Lima e passou a comandar o exército para combater o último bastião do poder espanhol, o Peru. A batalha de Ayacucho, de dezembro de 1824, comandada pelo general Antonio José de Sucre, foi um golpe definitivo ao exército espanhol. No início de 1826, as últimas tropas realistas foram derrotadas, e toda a América do Sul foi libertada do domínio colonial.

No México, a situação transcorreu de forma distinta. A insurreição espanhola de 1820 foi o sinal para que os *criollos* conduzissem um movimento de independência conservador. Agustín de Iturbide, que tinha combatido as guerrilhas rebeldes do México na década de 1810, conseguiu o apoio de vários setores da sociedade e declarou a independência mexicana em 1821, tornando-se imperador em 1822. Embora o regime monárquico não tenha durado muito tempo, a partir daquele momento o México tornou-se definitivamente independente.



A batalha de Ayacucho

Foi uma batalha entre o exército patriota, comandado pelo general Antonio José de Sucre, e os realistas, comandados pelo vice-rei José de La Serna e Hinojosa. Ocorreu em Ayacucho, no Peru, no dia 9 de dezembro de 1824, e envolveu cerca de 6.000 soldados de cada um dos lados. Mais de 2.000 pessoas morreram, a maior parte do lado dos realistas.

Os patriotas obtiveram uma vitória fundamental que praticamente destruiu a contrarrevolução nos Andes e consolidou a independência do Peru e da Bolívia.

Reflexões sobre os processos de independência

Fazendo um balanço dos processos de independência, é interessante notar alguns aspectos gerais. Em primeiro lugar, a cronologia dos acontecimentos. O período de 1808 a 1810 é extremamente importante, pois ali o colapso do império espanhol fica evidente, e a ausência do soberano acarreta uma crise de legitimidade do poder colonial e, conseqüentemente, abre caminho para o surgimento dos movimentos americanos que desejavam governos mais autônomos.

Um segundo momento importante é o que inicia com a formação das juntas na América do Sul e a insurreição de Hidalgo no México, em meados de 1810. Até 1814, apesar das dificuldades, os movimentos revolucionários na América do Sul têm relativo sucesso. Com o retorno de Fernando VII ao trono e a restauração do absolutismo, a Espanha pôde enviar tropas em 1814 e assim conseguiu com sucesso reprimir a revolução. A situação no México é distinta, já que o próprio caráter do movimento rebelde liderado por Hidalgo e depois por Morelos difere das juntas patriotas de Buenos Aires e Caracas. No México, havia uma forte presença realista e, além disso, as classes proprietárias *criollas* tendiam ao conservadorismo, temendo as rebeliões populares com a participação ativa de índios e mestiços. Portanto, apesar das rebeliões mexicanas terem ameaçado o poder colonial no México, o apoio das classes proprietárias ao realismo e ao conservadorismo não permitiu que o movimento independentista avançasse nesse momento.

Entre 1814 e 1817 os movimentos de independência pareciam ter perdido o fôlego, e a reação realista tomava as posições conquistadas pelos revolucionários. No início de 1817, apenas Buenos Aires parecia estar sob controle dos patriotas. Mas nesse mesmo ano, a situação se reverteria novamente. A formação de exércitos fortes que realizaram expedições militares de longa distância na América do Sul, comandados por San Martín e Bolívar, conseguiram avançar o movimento de independência cercando o último bastião da resistência espanhola, o Peru. Para o sucesso desses exércitos, foi fundamental a insurreição espanhola de 1820, que acabou com o absolutismo de Fernando VII e impediu o envio de novas tropas para a América. Entre 1817 e 1826 ocorreram as grandes batalhas do processo de independência, especialmente na América do Sul, que resultaram no sucesso dos patriotas.

Essa cronologia, com suas diversas fases, demonstra que os fatores globais se combinaram com os locais para condicionar os rumos dos movimentos. A crise do império espanhol e os acontecimentos peninsulares (invasão napoleônica, formação e queda da Junta Central, retorno de Fernando VII e a insurreição espanhola de 1820) foram determinantes para o sucesso dos movimentos de independência. No entanto, só é possível compreender as características e as formas com que eles evoluíram a partir das especificidades locais.

Conforme a análise de Pierre Chaunu, é necessário atentar para a geografia profunda do império espanhol na América. Os movimentos separatistas triunfaram imediatamente em Buenos Aires. Na Venezuela também tiveram um sucesso rápido e só recuaram sob pressão intensa do exército espanhol, facilitada pela posição geográfica da região no Caribe. Portanto, segundo Chaunu, o Rio da Prata e a Venezuela foram os setores mais maduros, nos quais o império espanhol fazia tempo que tinha uma débil presença administrativa, econômica e política. No México, o conservadorismo dos *criollos* impede o sucesso das rebeliões de Hidalgo e Morelos. No Peru e na Bolívia, o conservadorismo é ainda mais forte. As

classes *criollas* eram profundamente ligadas ao império espanhol e não queriam ouvir falar de movimentos de independência, receando que as massas de índios e mestiços (que consistiam na imensa maioria da população) pudessem ameaçar sua posição social. É justamente nos Andes o último foco da resistência espanhola e de onde foram enviadas tropas para combater os movimentos revolucionários.

Outra questão importante diz respeito ao projeto dos grupos políticos americanos nos primeiros anos após 1808. A historiografia mais recente demonstrou, especialmente para o caso mexicano, que os movimentos iniciais não tinham por objetivo a emancipação, e sim desejavam uma maior participação no governo e autonomia para suas regiões. Timothy Anna analisou os grupos políticos da Cidade do México e concluiu que, entre 1808 e 1821, eles se caracterizavam, em geral, pela lealdade à monarquia de Fernando VII, mas perseguindo o objetivo de construir instituições locais autônomas. É claro que essa tese, embora seja bastante adequada para o México, deve ser reelaborada para pensar casos como o da Venezuela e o do Rio da Prata. Ainda assim, essa visão sobre o fenômeno foi importante para a crítica às teses nacionalistas, que atribuíam aos líderes do movimento um desejo de independência e uma oposição irrefreável contra a tirania e o domínio espanhóis.

A relação entre nação, nacionalismo e estado é outra questão importante que surge da análise das revoluções hispano-americanas. A visão que surgiu ainda no século XIX, cunhada por alguns historiadores de "nacionalista", interpretava os movimentos como uma luta, desde o início, pela independência nacional. O motor para esses movimentos seria a existência de uma consciência nacional (argentina, mexicana, venezuelana, peruana etc.) que nos tempos coloniais estava oprimida pelo domínio espanhol. As guerras de independência teriam despertado as nacionalidades até então adormecidas. No entanto, estudos mais recentes demonstram a inexistência de nacionalidades e de sentimentos nacionais. As nações e a identidade nacional seriam o resultado das guerras e da construção dos estados independentes, um processo que avançou até a segunda metade do século XIX.

Relacionada a esse tópico está a reinterpretação das próprias características das guerras de independência. Na medida em que não eram lutas inequívocas pela libertação de nações oprimidas, como os conflitos poderiam ser caracterizados? Para Pierre Chaunu, eram as guerras civis que opuseram diversos grupos sociais na América. Não é possível compreender o processo como uma luta anticolonial entre americanos e espanhóis. Mesmo os movimentos patriotas mais diretos que lutavam pela independência (assim como os exércitos de Bolívar, San Martín, entre outros) devem ser compreendidos como parte de um processo mais amplo e complexo, em que outros projetos (mais ou menos radicais) estavam em jogo.

Há ainda um conjunto de outros pontos interessantes para se discutir sobre as revoluções de independência, como os conflitos de classe, a participação das classes populares, as relações étnicas e raciais, a chamada ascensão das “classes médias”, as hierarquias territoriais e políticas etc. Alguns desses temas serão vistos nas outras aulas do curso, quando serão analisados os processos de independência específicos de cada região.



Os Libertadores da América

Termo utilizado para identificar os principais líderes das revoluções hispano-americanas, como Simón Bolívar, José de San Martín, Antonio José de Sucre, Bernardo O’Higgins, José Gervasio Artigas, entre outros. A título de curiosidade, a Copa Libertadores da América, competição que reúne os clubes de futebol dos países da América do Sul, tem seu nome em homenagem aos líderes das revoluções americanas.



Atende ao Objetivo 1

1. Uma análise sobre os processos de independência na América espanhola deve necessariamente trabalhar com uma cronologia que considere diversos fatores para explicar os rumos dos movimentos patriotas. Em linhas gerais, pode se pensar em três fases do processo: a primeira, de 1808 a 1810; a segunda, de 1810 a 1817; e a terceira, de 1817 a 1826. Escolha e examine um dos períodos, explicando sua importância para as revoluções de independência.

Resposta Comentada

Para responder a esta atividade, o aluno deverá escolher um dos períodos indicados:

1) Entre 1808 e 1810, ocorreu a grande crise da monarquia espanhola, que provocou a desintegração do império. A invasão napoleônica em 1808 resultou na abdicação do rei Fernando VII, deixando o império espanhol em uma crise de governabilidade. Na Espanha, a resistência expressou-se na formação de uma junta central, que tentou governar em nome do rei. Porém, sua incapacidade em incorporar a população americana e, finalmente, a derrota da resistência frente ao avanço das tropas napoleônicas ocasionaram o surgimento dos movimentos independentistas na América a partir de 1810.

2) Entre 1810 e 1817, os movimentos de independência iniciaram sua luta direta contra a dominação espanhola, mas só obtiveram um sucesso restrito. Em 1810, foram criadas juntas revolucionárias em Caracas e Buenos Aires, e uma rebelião tentou derrubar o governo espanhol no México. No entanto, as forças leais à Espanha, com o reforço dos exércitos metropolitanos enviados após o retorno de Fernando VII em 1814, conseguiram reprimir os movimentos, com exceção do Rio da Prata. Nesse primeiro período, o processo de independência foi limitado, e as forças realistas conseguiram conter a expansão dos patriotas.

3) Entre 1817 e 1826, guerras intensas derrubaram definitivamente o poder colonial espanhol na América continental. A partir de 1817, a força dos grandes exércitos comandados por Bolívar e San Martín, associada à incapacidade espanhola de enviar novas tropas para a América, conseguiu com sucesso, após cruentas batalhas, rechaçar totalmente o domínio colonial da América do Sul, no ano de 1826. No México, a insurreição espanhola de 1820 foi o sinal para que os conservadores, que até então tinham combatido as rebeliões dos patriotas, conduzissem o processo de emancipação.

Os debates historiográficos: do século XIX ao XXI

Em 2010, foi comemorado o bicentenário das independências da América espanhola. Foi um momento ideal para festejar, mas ao mesmo tempo também permitiu que se fizesse uma reflexão profunda sobre os significados do surgimento dos estados nacionais e suas consequências para o mundo de hoje.

Nas duas últimas décadas, a historiografia sobre as independências tem revisado muitos dos pressupostos que eram plenamente aceitos por pesquisadores da história da América Latina. Nesta parte da aula, vamos analisar as principais características dos distintos modelos de interpretação do fenômeno, tal como eles foram se desenvolvendo desde o século XIX.

A historiografia nacionalista

Logo após a conclusão dos processos de independência dos países hispano-americanos, começaram a surgir interpretações que visavam legitimar e justificar a formação dos estados nacionais. Intelectuais e políticos, muitas vezes ligados diretamente aos movimentos de independência ou que disputavam a primazia política nas novas nações, elaboraram histórias que tinham como marca fundamental a ideia de nação.

Como justificar a existência de diversos estados em um território que no período colonial faziam parte de uma mesma unidade política? As próprias instituições culturais das nações independentes incentivavam a realização de histórias nacionais. Assim, o tema privilegiado era a própria nação (México, Argentina, Chile, Venezuela, Peru etc.), cuja história era contada desde os primórdios da conquista até o século XIX.

A ideia fundamental por trás desses estudos era mostrar que a consciência nacional e a própria nação já eram uma realidade desde os tempos coloniais. A opressão da monarquia espanhola impedia que esses povos se organizassem enquanto estados nacionais independentes. Esses relatos tinham um caráter patriótico e estavam marcados pelas disputas e guerras recentes contra a dominação espanhola.

Segundo Alfredo Ávila, as guerras de independência foram analisadas como um conflito entre os liberais patriotas e os absolutistas espanhóis, ignorando-se a complexidade do processo e as posições contraditórias dos diversos agentes nos movimentos independentistas. Essas histórias patriotas não levavam em consideração o caráter global do processo de independência, e procuravam compreender as causas e o desenrolar do movimento unicamente a partir das fronteiras nacionais. As conexões e vinculações internacionais eram esquecidas, e todas as explicações eram buscadas na história específica de cada nação.

Uma vez que se pensava de forma esquemática em uma oposição de liberalismo dos americanos contra o despotismo dos espanhóis, as influências do liberalismo ibérico para os movimentos independentistas foram negadas, e buscou-se uma filiação com a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Os heróis da independência e os intelectuais ilustrados foram valorizados como impulsionadores de uma consciência nacional que, nos tempos coloniais, estava adormecida pela opressão espanhola, e irrompeu no desenrolar das revoluções.

Na Argentina, por exemplo, pensadores liberais ao longo do século XIX elaboraram relatos para justificar a própria existência da nação. A Geração de 1837, formada por Sarmiento e Alberdi, entre outros, rechaçava a herança colonial espanhola, tanto política quanto cultural, e a ela atribuía as dificuldades de construção de uma nação liberal moderna na Argentina. Essa construção do passado nacional argentino foi aperfeiçoada por Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre. Segundo Susana Bandieri, Mitre pensava a história não como um processo realizado pelos homens e mulheres, mas sim como um instrumento da lei ou da força natural do progresso. Portanto, a independência fazia parte da ordem natural das coisas, e a elite ilustrada que concebeu os planos da emancipação simplesmente soube aproveitar o momento propício e realizar uma obra – a construção da nação argentina – que já estava predeterminada.

Enfim, apesar de muitas variações e interpretações diferentes, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX predominou uma historiografia nacionalista e liberal nas explicações sobre as independências hispano-americanas, conforme a análise de Manuel Chust e José Serrano. Essa historiografia, segundo Maria Elisa Mäder, tem como pressuposto que o nacionalismo teria precedido a construção dos estados nacionais e as nações teriam surgido já nas guerras de independência. A independência era vista como uma luta entre patriotas e realistas, a partir de uma visão que simplificava a sociedade americana, assim como a espanhola. A diversidade étnica, econômica e social e também regional das

sociedades hispano-americanas não era levada em conta, e apenas os grandes heróis e líderes, provenientes das elites *criollas* brancas, eram considerados como protagonistas do processo.



A Geração de 37

Grupo formado por jovens intelectuais e políticos argentinos exilados pelo governo de Juan Manuel de Rosas. Formado em 1837 por Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutiérrez, Esteban Echeverría e Domingo Faustino Sarmiento, seu mais conhecido expoente. Esses intelectuais se opunham ao governo de Rosas, a quem consideravam a encarnação da barbárie e do atraso, e defendiam uma república argentina liberal. Suas obras literárias eram influenciadas pelo romantismo e pensavam a questão da nação e da nacionalidade como elementos fundamentais para a construção da Argentina moderna.

A historiografia dos anos 1950: as revoluções democrático-burguesas

As interpretações nacionalistas sofreram um primeiro abalo na década de 1950. Autores como Jacques Godechot e Robert R. Palmer trabalharam com a ideia de que o período que vai das últimas décadas do século XVIII até as primeiras do século XIX viveu uma onda irreversível de revoluções burguesas e democráticas (com destaque para a Revolução Americana e para a Revolução Francesa). As independências na América Latina seriam um mero reflexo da crise do absolutismo europeu, que tornou insustentáveis os laços

coloniais. Para esses autores, o Iluminismo teria tido um papel chave nas revoluções de independência na América espanhola, pois dava suporte às críticas ao absolutismo e ao colonialismo.

Maria Elisa Mäder lembra que os trabalhos de Godechot e Palmer, escritos na década de 1950, expressavam uma visão do contexto político da Guerra Fria, que valorizava a tradição democrática e liberal ocidental. Ao mesmo tempo, as obras de Godechot e Palmer foram criticadas, talvez de forma imprópria, por supostamente favorecerem a política norte-americana de combate ao comunismo soviético na América Latina e por reforçarem uma identidade burguesa liberal e democrática no mundo ocidental. A visão desses autores foi muito criticada, tanto por sua avaliação da Revolução Francesa (na qual o papel das lutas de classe era diminuído) como também dos processos de independência na América Latina, que eram vistos como uma expressão da revolução atlântica originada na França e nos Estados Unidos.

A primeira onda revisionista: o triunfo da história econômica e social

Embora a historiografia da década de 1950 tenha contribuído para a crítica da visão nacionalista, é nas décadas de 1960 e 1970 que surge, de forma consistente, o que podemos chamar de uma onda revisionista. Marcada pela formação de uma nova geração de acadêmicos profissionais, vinculados a programas de pós-graduação, os historiadores revisionistas retomaram as pesquisas documentais, descobrindo e explorando fontes primárias até então pouco utilizadas. As influências teóricas desses autores eram variadas, indo desde o marxismo e a teoria da dependência até as inovações trazidas pela segunda geração dos *Annales*, mas todos tinham uma forte inspiração materialista.



A Escola dos Annales

Foi um grupo de historiadores vinculados à revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Caracterizava-se por preconizar a incorporação de métodos das ciências sociais aos estudos históricos, defendendo a ideia de uma história total, que explicasse os grandes processos históricos. Combatiam especialmente a chamada história factual, que enfatizava os eventos políticos e o estudo dos grandes homens e deixava de lado as análises sobre as estruturas sociais, econômicas e culturais. A segunda geração dos *Annales* teve como principal expoente Fernand Braudel, que revolucionou a historiografia ocidental ao publicar em 1949 o livro *O Mediterrâneo no tempo de Felipe II*, em que buscava o estudo dos processos históricos de longa duração, enfatizando aspectos econômicos e sociais e a importância dos fatores geográficos. Junto com as correntes históricas influenciadas pelo marxismo, os *Annales* foram os principais responsáveis pela transformação na historiografia ocidental no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Autores como John Lynch, Pierre Chaunu, Tulio Halperín Donghi, Enrique Florescano, Eric Van Young, Brian Hamnett e David Brading, apesar de suas diferenças, realizaram estudos monográficos e interpretações gerais que superaram definitivamente o patriotismo e o nacionalismo da historiografia tradicional. O clima político da década de 1960 ajuda a explicar essa virada: além da valorização da pesquisa documental e do rigor metodológico, a Revolução

Cubana foi um evento que atraiu a atenção de historiadores estrangeiros, sobretudo franceses, britânicos e norte-americanos, para os estudos da América Latina.

Pierre Chaunu, por exemplo, procurou explicar os processos de independência valorizando aspectos internos e externos. As complexidades da sociedade colonial espanhola foram valorizadas, e os conflitos econômicos, sociais e políticos entre *criollos*, índios, negros e mestiços foram considerados fundamentais para a explicação do processo. Ao mesmo tempo, Chaunu deixava claro que as causas da ruptura colonial só poderiam ser entendidas a partir da crise da monarquia espanhola, o que implicava considerar o contexto internacional das revoluções de independência. Em suma, a obra de Chaunu procurou equilibrar os fatores externos, que desencadearam a ruptura, com as complexidades internas de cada uma das regiões coloniais, que explicam os diferentes ritmos do fenômeno e o surgimento de distintas nações.

Na historiografia revisionista, os grandes heróis patriotas que protagonizavam os estudos nacionalistas foram deixados de lado pelo exame das classes populares, dos conflitos sociais e das estruturas econômicas. A história política, até então predominante, deu lugar a estudos de história social e econômica.

A influência do Iluminismo para a gestação da crítica ao colonialismo também foi contestada, enfatizando-se o conservadorismo ideológico da elite *criolla*, além das raízes ibéricas do pensamento emancipacionista. Ao mesmo tempo, os grandes exemplos da Revolução Francesa e da Revolução Americana, que eram vistos como impulsionadoras dos movimentos de independência, foram revistos: identificou-se o temor que os *criollos* tinham de que os movimentos de independência seguissem um rumo radical, que poderia abalar sua posição privilegiada na sociedade colonial. As elites coloniais temiam especialmente o protagonismo das classes populares, e a Revolução Haitiana, liderada por escravos, era vista como algo a ser evitado de qualquer maneira pelos líderes patriotas.

As independências deixaram de ser interpretadas como uma luta entre espanhóis e americanos e passaram a ser vistas como guerras civis, cujos rumos eram contraditórios. Assim, o projeto de independência e ruptura com a Espanha deixou de ser entendido como uma ideia preexistente, fruto de uma suposta consciência nacional que já existia desde o período colonial, e sim como uma consequência do desenrolar dos acontecimentos revolucionários. Na realidade, as nações foram construídas depois das guerras de independência, e o surgimento dos estados nacionais é que foi responsável pela formação da consciência nacional.

A renovação da história política e as revoluções de independência

A virada da década de 1980 para a de 1990 assistiu a uma profunda transformação nos paradigmas que orientavam a ciência histórica. A queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria inspiraram fortes críticas às interpretações marxistas e materialistas da História. Temas clássicos da historiografia latino-americana das décadas de 1960 a 1980, como os conflitos sociais, as lutas de classe, as estruturas econômicas, a exploração colonial, o subdesenvolvimento e a dependência foram sendo abandonados por uma nova historiografia interessada em temas inspirados nos novos paradigmas pós-modernos.

Além da ênfase na história cultural, os estudos de história política receberam um forte impulso, a partir de uma renovação na compreensão do conceito. Essa nova historiografia afastava-se da visão tradicional, pensando a política como algo mais amplo, relacionado com a ação social e individual dos sujeitos históricos nas questões coletivas. Assim, valorizou-se a intervenção dos indivíduos e dos grupos sociais na esfera pública, nas suas mais diversas e complexas expressões.

Um dos autores que mais influenciou essa nova concepção foi François Furet, a partir de seus estudos sobre a Revolução Francesa,

publicados em fins da década de 1980. Seguindo as ideias de Furet, François Xavier Guerra estudou as revoluções de independência na América espanhola, escrevendo obras que se tornaram referências importantes para a historiografia hispano-americana nos anos 1990.

Guerra analisava os processos de independência hispano-americanos sob o signo da transição da tradição para a modernidade. Sua proposta teórica e metodológica para o estudo do tema foi explicitada em uma obra que marcou época, *Modernidad e independencias: estudios sobre las revoluciones hispánicas*.

Na introdução do livro, Guerra demarca alguns pontos que para ele são fundamentais. Em primeiro lugar, as independências na América espanhola e a chamada revolução liberal na Espanha deveriam ser compreendidas como um processo único, condicionado pela irrupção da modernidade em uma monarquia de Antigo Regime que resultou na sua desintegração e no surgimento de estados soberanos.

A segunda questão dizia respeito à caracterização do processo: as independências podem ser consideradas como uma revolução? Para Guerra sim, desde que não se trabalhe com um conceito de revolução que se caracterize por uma transformação radical das estruturas sociais e econômicas. Tal entendimento levou muitos historiadores a negarem o caráter revolucionário dos processos de independência, na medida em que as principais características da economia e da sociedade da América espanhola não sofreram profundas alterações. Porém, para Guerra, essa avaliação deixa de lado um aspecto fundamental: o que os próprios contemporâneos, agindo diretamente nos acontecimentos, pensavam sobre o momento em que viviam. Guerra alega que os atores históricos pensavam estarem vivendo em uma nova era, marcada pelo surgimento de um novo homem, do indivíduo desgarrado da antiga sociedade estamental. Essa nova sociedade seria contratual, fundada em um pacto social, e a nova política seria a expressão de um povo soberano. No decorrer do processo de independência, essas novas concepções (chamadas por Guerra de um novo sistema global de referências) deixaram a esfera privada (as leituras e discussões

particulares de intelectuais) e adentraram a esfera pública, passando a determinar a política nesses novos tempos. Portanto, o processo era revolucionário, pois criou uma ruptura profunda na própria consciência dos atores sociais.

Para analisar apropriadamente esse processo revolucionário único, Guerra entende que a perspectiva deve ser necessariamente global, pois só assim é possível explicar a simultaneidade e a semelhança entre os processos nas diferentes regiões. E essa perspectiva não pode estar assentada nas diversas características econômicas e sociais das regiões da América espanhola ou da Península. Se o processo era único e foi marcado pela simultaneidade e semelhança, como supõe Guerra, a explicação não pode ser buscada nos elementos que distinguem as regiões (como a economia, as características demográficas etc.). O que todas as regiões da América espanhola tinham em comum na época das independências? Todas faziam parte de um mesmo conjunto político e cultural, a monarquia espanhola. Portanto, é no campo político e cultural que devem ser buscadas as explicações para o processo. Por fim, Guerra também enfatiza a necessidade de se prestar atenção nas cronologias. Como se tratava de um processo revolucionário único, que deve ser interpretado a partir de uma lógica política e cultural, o historiador deve estar atento ao chamado “tempo curto”. Em uma época de profunda ruptura, as transformações políticas são rápidas, de modo que o passar de alguns anos ou mesmo de poucos meses pode fazer toda a diferença.

A partir dessas referências teóricas e metodológicas, compreende-se por que Guerra confere especial atenção ao período que vai de 1808 a 1810, que ele chama de os dois anos cruciais. Para ele, os acontecimentos que têm início com a resistência peninsular à invasão francesa (que resultam na formação das juntas municipais e na central) e terminam com a dissolução da Junta Central em janeiro de 1810 são fundamentais para as revoluções hispânicas, no que se referem tanto ao trânsito em direção à modernidade quanto à gestação das independências. É nesse momento que se

discutem duas questões fundamentais: a igualdade na representação entre a América e a Espanha e as próprias concepções de nação e de governo, agora entendidos a partir do princípio da soberania popular. François Xavier Guerra conclui que nesse breve período de dois anos ocorreu uma transformação ideológica entre os grupos revolucionários, tanto peninsulares quanto americanos, que fez com que a revolução hispânica se tornasse um processo irreversível.

Além de Guerra, outros autores contribuíram para a renovação historiográfica mais recente nos estudos das independências hispano-americanas, como José Carlos Chiaramonte, Jaime E. Rodríguez e Antonio Annino. Apesar de trabalharem com perspectivas diversas, e algumas vezes discordantes, temas como a linguagem política, os conceitos, o liberalismo, a representação, a soberania e a cidadania passaram a ser parte integrante dos estudos sobre os processos de independência na América espanhola.

CONCLUSÃO

A comemoração do bicentenário das independências hispano-americanas é uma ótima oportunidade para rediscutir as principais teses sobre a questão. A independência é o tema mais trabalhado na historiografia dos países da América Espanhola.

Há muitas interpretações que enfatizam aspectos diferentes, trabalham com cronologias, abordagens e metodologias variadas, e atribuem significados particulares para os processos de independência.

Muitos intelectuais, políticos e historiadores escreveram sobre o tema, que recebeu diversas ênfases, desde a visão predominantemente nacionalista do século XIX, até as abordagens mais atuais, que enfatizam uma visão global do processo e o reconhecimento de novas questões que contribuem para tornar mais complexa a nossa visão sobre a formação da América Latina.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

A partir de 1808 se abre em todo o mundo hispânico uma época de profundas transformações. Na Espanha começa a revolução liberal, na América o processo que resultará na independência [...]. Na maioria dos casos, estas profundas rupturas foram estudadas como se fossem fenômenos independentes. Talvez porque ainda os contemplemos com os olhos dos historiadores, americanos ou espanhóis, do século XIX, para quem o marco de referência era o estado nacional (GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 11). Obs.: tradução livre, de autoria do conteudista.

Após os acontecimentos de 1810 [a revolução de maio em Buenos Aires], os governos que sucederam a primeira junta teriam que enfrentar a necessidade de se tornarem independentes da Espanha e de organizar uma nova nação. Porque assim como ainda não existia um povo argentino, tampouco existia uma nação e uma nacionalidade argentinas, as quais seriam fruto e não origem do processo que se iniciava (CHIARAMONTE, José Carlos. "Autonomía e independencia en el Río de La Plata. 1808-1810. *História Mexicana*, v. 58, n. 1, p. 363, 2008,). Obs.: tradução livre, de autoria do conteudista.

Os dois trechos foram retirados de trabalhos de historiadores que marcaram a historiografia mais recente sobre os processos de independência na América espanhola e indicam a necessidade de superar uma visão nacionalista, surgida ainda no século XIX. Explique a posição desses autores à luz do desenvolvimento das diferentes correntes historiográficas sobre o tema.

Resposta Comentada

José Carlos Chiaramonte e François Xavier Guerra enfatizam a necessidade de superar uma visão historiográfica nacionalista, que analisa as revoluções de independência hispano-americanas a partir dos quadros explicativos dos estados nacionais. Essa visão surgiu no século XIX, muitas vezes veiculada por intelectuais e políticos diretamente envolvidos com o processo de formação das nações independentes. A necessidade de justificar a nova realidade política os levava a explicar a independência a partir da história particular de cada um dos novos países (o México, a Argentina, a Venezuela etc.), tentando provar que a consciência nacional e a nação eram uma realidade desde os tempos coloniais. As críticas a essa visão surgiram desde meados do século XX, quando os historiadores demonstraram que as causas da ruptura colonial só poderiam ser concebidas a partir da crise da monarquia espanhola, o que os levou a considerar o contexto internacional das independências. O fenômeno não poderia mais ser interpretado como uma luta dos americanos contra os espanhóis pela libertação nacional, uma vez que os projetos de independência foram uma consequência do desenrolar dos acontecimentos revolucionários. As nações não tinham uma existência prévia, elas foram construídas durante e depois do surgimento dos países independentes.

RESUMO

As revoluções de independência hispano-americanas foram desencadeadas pela crise do império espanhol, com a invasão napoleônica e a consequente abdicação do rei Fernando VII. Embora a resistência à ocupação francesa tenha se alastrado na Espanha e recebido o apoio dos americanos, ela foi derrotada em fins de 1809. Com a ausência do rei e a crise na legitimidade do poder, os americanos iniciaram, em 1810, a construir governos próprios exigindo mais autonomia ou a independência.

As juntas de Caracas e Buenos Aires e a rebelião de Hidalgo no México são marcos do início das revoluções na América espanhola. Na América do Sul, apesar da expansão inicial dos movimentos patriotas, a reação realista, reforçada a partir de 1814 com o envio de tropas espanholas após o retorno de Fernando VII, conseguiu retomar o domínio.

No início de 1817, apenas em Buenos Aires os patriotas eram vitoriosos. A partir desse ano, a situação mudou: fortes expedições militares lideradas por Simón Bolívar e San Martín derrotaram os realistas na América do Sul, até o último bastião da resistência espanhola no Peru no início de 1826. A vitória avassaladora dos exércitos dos libertadores da América foi facilitada pela revolução espanhola de 1820, que impediu o envio de tropas reais para combater os patriotas.

Embora todo o processo de independência na América espanhola possa ser apresentado resumidamente desta forma, existem intensas discussões e polêmicas historiográficas sobre o tema. No século XIX, ao mesmo tempo em que estavam sendo construídas as nações independentes, foram produzidas histórias que visavam justificar e legitimar a realidade política da época. Assim, afirmava-se a existência de identidades nacionais (mexicana, argentina, uruguaia, venezuelana etc.) ainda no período colonial.

Essa historiografia, que explicava as revoluções de independência no interior dos quadros nacionais, foi severamente criticada a partir dos anos 1950. Estudos acadêmicos produzidos por historiadores afirmaram a necessidade de inserir as independências e o surgimento das nações no quadro mais amplo da crise do império espanhol. Esses historiadores alegavam que a consciência nacional não existia no período colonial, ela foi uma construção e um resultado da formação dos estados nacionais ao longo do século XIX.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar o pensamento político americano nas revoluções de independência. Até lá!

História da América II

Referências

Aula 1

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BAYLIN, Bernard. *Origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.
- DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- HORSMAN, R. *Race and manifest destiny: the origins of american racial anglo-saxonism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1981.
- JUNQUEIRA, Mary. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KNAUSS, Paulo. (Org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick J. Turner*. Niterói: Eduff, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- PIKE, Fredrick. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: The University of Texas Press, 1992.
- SAXTON, A. *The rise and fall of white Republic: class politics and mass culture in nineteenth century America*. London: Verso, 1990.
- SCHLESINGER, A. *Os ciclos da história americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Aula 2

- APTHEKER, Herbert. *A documentary history of the negro people in the United States*. New Jersey: The Citadel Press, 1951.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2000.
- _____. *Abolitionism in the United States and Brazil: a comparative perspective*. New York: London: Garland Publishing Inc., 1995.
- BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- FREDERICKSON, George. *The black image in the white mind: the debate on Afro American character and destiny*. New York: Harper and Row, 1971.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HORSMAN, R. *Race and manifest destiny: the origins of american racial anglo-saxonism*. Harvard: Harvard University Press, 1981.

JORDAN, Winthrop. *White over black: American attitudes toward the Negro (1550-1812)*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1977.

LITWACK, Leon. *North of slavery: the negro in the free states (1790-1860)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

NASH, Gary. *Forging freedom: the formation of Philadelphia's black community (1720-1840)*. Cambridge: London: Harvard University Press, 1988.

SAXTON, A. *The rise and fall of white Republic: class politics and mass culture in nineteenth century America*. London: New York: Verso, 1990.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. *Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA*. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don (Org.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Aula 3

BERLIN, Ira et al. *Slaves no more: three essays on emancipation and the civil war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

EISENBERG, Peter L. *A guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FOHLEN, Claude. *América anglo-saxônica: de 1815 à atualidade*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.

GENOVESE, Eugene D. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

MCPHERSON, James M. *Battle cry of freedom: the civil war era*. Nova York: Oxford University Press, 1988.

MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Aula 4

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. New York: Columbia University Press, 1989.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, 1988.

VOVELLE, Michel. *Breve história da Revolução Francesa*. Lisboa: Presença, 1994.

Aula 5

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CARDOSO, Ciro F. S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHAUNU, Pierre. Interpretación de la independencia de América Latina. In: CHAUNU; VILAR; HOBBSAWM. *La independencia de América Latina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

_____. *História da América Latina*. São Paulo: Difel, 1979.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. Europa 1789-1848*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 19-72. v. 3.

_____. *América Latina, entre colonia y nación*. Barcelona: Crítica, 2001.

_____. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. 11. ed. Barcelona: Ariel, 2008 [1976].

PÉREZ HERRERO, Pedro. *La América española (1763-1898): política y sociedad: historia de España*. 3. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

STEIN, Barbara H.; STEIN, Stanley J. *A herança colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 179.

Aula 6

ARISTÓTELES. ARISTÓTELES. *Política*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UNB, 1997. 317p.

CHIARAMONTE, J. C. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionales. In: ZORAIDA VÁZQUEZ, Josefina; MIÑO GRIJALVA, Manuel (Coord.). *Historia General de América Latina: tomo VI: la construcción de las Naciones Latinoamericanas, 1820-1870*. [Madrid, Espanha]: Editorial Trotta; París, Francia: Ediciones Unesco, 2007.

DE VICTORIA, Francisco. *Sobre el poder civil: sobre los indios: sobre el derecho de guerra*. Madrid: Tecnos, 1998.

GUERRA, François-Xavier. Revolución francesa e revoluciones hispánicas: una relación compleja. In: _____. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial MAPFRE 2000.

HALPERÍN DONGHI, Tulio, *Tradición política española e ideología revolucionaria de mayo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

PRIETO, Leopoldo. Vida y pensamiento del padre Francisco Suárez. *Ecclesia ano XX*, n. 2, 2006, p. 187-210. Disponível em: <http://www.upra.org/archivio_pdf/ec62-prieto.pdf>. Acesso em: 12 maio 2010.

RODRIGUEZ, Jaime, La organización política de los Estados. In: ZORAIDA VÁZQUEZ, Josefina; MIÑO GRIJALVA, Manuel (Coord.). *Historia General de América Latina: tomo*

VI: la construcción de las Naciones Latinoamericanas, 1820-1870. [Madrid, España]: Editorial Trotta; París, Francia: Ediciones Unesco, 2007.

Aula 7

ÁVILA, Alfredo. Las revoluciones hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI. *Revista de Historia Iberoamericana*, [s.l.], v. 1, n. 1, 2008.

BANDIERI, Susana. La historiografía y los fundamentos ideológicos del movimiento revolucionario en el Río de la Plata. *Revista Pilquen* [s.l.], año 12, n. 12, 2010.

CHAUNU, Pierre; VILAR, Pierre; HOBBSAWM, Eric. *La independencia de América Latina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

CHIARAMONTE, J. C. *Ciudades, provincias y estados: los orígenes de la nación argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

_____. Autonomía e independencia en el Río de La Plata, 1808-1810: *Historia Mexicana*, [s.l.], v. 58, n. 1, p. 325-368, 2008.

CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio (Org.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: AHILA: Iberoamericana, 2007.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza, 1985.

LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. 11. ed. Barcelona: Ariel, 2008.

MÄDER, Maria Elisa. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. *Revista de História*, n. 159, p. 225-241, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.